

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIANA APARECIDA NUNES

**OS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA - PNLD 2018**

**PONTA GROSSA
2021**

JULIANA APARECIDA NUNES

**OS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA - PNLD 2018**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri.

**PONTA GROSSA
2021**

N972 Nunes, Juliana Aparecida
Os negros na História do Brasil republicano nos livros didáticos de história -
PNLD 2018 / Juliana Aparecida Nunes. Ponta Grossa, 2021.
124 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura
e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri.

1. Negros. 2. Período republicano. 3. Livros didáticos. 4. Ensino médio. I.
Cerri, Luis Fernando. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura
e identidades. III.T.

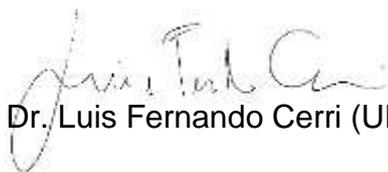
CDD: 981.05

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA APARECIDA NUNES

**OS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA - PNLD 2018**

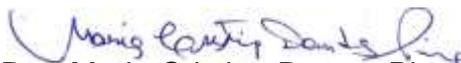
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 06 de agosto de 2021, pela seguinte banca examinadora:



Prof Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG - Orientador)



Profa. Dra. Janaína de Paula do Espírito Santo (UEPG)



Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina (UESB)

Ponta Grossa, 06 de agosto de 2021.

Dedico essa dissertação a todos os excluídos da sociedade que sofreram e sofrem algum tipo de preconceito e injustiças sociais diariamente. Em especial, à população negra, vítima dos mais diversos episódios de racismo.

AGRADECIMENTOS

Um dos momentos mais importantes da escrita dessa dissertação é poder agradecer a todos que contribuíram de alguma forma com a construção desse texto de forma direta ou indiretamente. Cada pessoa aqui citada foi fundamental para a conclusão da trajetória do mestrado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e por ter me dado forças para conseguir conquistar mais esse sonho tão almejado e superar todas as dificuldades que apareceram nesse percurso, que não foram poucas, desde problemas de saúde às limitações que a pandemia de Covid 19 trouxe para a realização dessa dissertação.

Aos melhores pais do mundo, Jair Soares Nunes e Eliane Soares Nunes, que nunca mediram esforços para que eu pudesse correr atrás dos meus objetivos. Agradeço por todas as vezes que me “cobravam” a conclusão do mestrado e escrita da dissertação e por sempre confiarem em meu potencial.

À minha irmã, Leticia Nunes, por ser minha confidente, companheira e melhor amiga. Por ouvir minhas lamentações e por todas as vezes que gastou seu tempo lendo meu texto e ajudando nas correções.

Ao meu irmão, João Paulo Nunes, por ser meu ajudante. Apesar da pouca idade, sempre fez o que era possível, desde buscar um carregador do notebook, ir atrás dos livros didáticos necessários para pesquisa em sua escola e escanear imagens.

Ao meu namorado, Elder Alves Reis Almeida, uma das pessoas mais calmas e inteligentes que eu tive o prazer de conhecer. Agradeço por ser meu maior incentivador, por acreditar em minha capacidade, por me dar forças para superar as adversidades que surgiram e por todas as vezes que passou a madrugada lendo meu texto, mesmo exausto após trabalhar o dia todo.

À Escola Elo Sagrado, meu local de trabalho. Em especial a Jane Mara Nava Pires e Luana Sviercoski, que desde o dia da entrevista acreditaram no meu trabalho, mesmo sendo recém-formada, com pouca idade e sem nenhuma experiência profissional. Sempre me senti acolhida por todos. Agradeço a oportunidade de poder estar todos os dias fazendo o que mais amo: lecionar.

Aos meus colegas de trabalho e profissão: Renan, Silvia, Mauricio, Fernando, Maria Isabel, Thiago, Luis Otávio, Viviane e Joselba por todas as conversas nos

intervalos, pelas trocas de aula quando precisei me ausentar e pela contribuição em meu crescimento profissional. Faço um agradecimento especial à Kelly, professora de inglês, por se prontificar a realizar a tradução do resumo dessa dissertação.

A todos os alunos e alunas que cruzaram meu caminho nesses quatro anos de docência. Saibam que aprendi muito com cada um de vocês. Sou grata por tornarem meus dias mais leves e por me fazerem sentir feliz e realizada como professora. Vocês são incríveis e ficarão marcados para sempre em minhas lembranças.

Aos meus professores, que desde a pré-escola ao mestrado me ajudaram a perceber o quão lindo é dedicar a vida a lecionar. Cada um deixou marcas em mim que levo para a vida. Em especial à Francisca Batista, minha primeira professora. Lembro até hoje com muito carinho das suas aulas e o amor que transmitia a nos ensinar.

Aos meus professores de História durante a educação básica: Alci José Rodrigues, Edna Jensen e Gismo Cavalheiro da Silva. Vocês são os responsáveis por despertarem em mim curiosidade, vontade de buscar o conhecimento, senso crítico e paixão pela História. Levo um pouquinho de cada um de vocês em cada aula que leciono.

Aos meus amigos, por todo o carinho e afeto que me deram não só no período do mestrado, mas em todos os momentos da minha vida. Em especial à Diandra Oliveira dos Anjos, minha *teacher* favorita. Ela que sempre esteve comigo desde meus oito anos de idade, independente da situação e que nunca me negou uma ajuda, ao Renan Sota Guimarães, que além de amigo é meu colega de trabalho e que passou por esse período conturbado do mestrado no mesmo período que eu e à Amanda Vieira da Silva, que celebrou e vibrou comigo em todas as minhas conquistas, desde a aprovação do vestibular à aprovação para cursar o mestrado, inclusive, estávamos juntas nesses dois momentos especiais.

À comunidade da Capela Santa Teresinha, em Carambeí-PR, minha segunda casa. Muitas vezes os momentos de trabalho voluntário na igreja foram meu refúgio para desligar dos problemas cotidianos e aliviar as tensões.

Ao Programa de Pós-graduação em História da UEPG pela oportunidade de trilhar o caminho do mestrado e aos professores que contribuíram grandemente não só para a realização desse trabalho, como na minha formação como profissional.

Aos colegas de mestrado, com os quais pude aprender muito. Em especial ao Matheus Mendanha Cruz, amigo que ganhei durante a graduação e pelo qual nutro uma imensa admiração. Obrigada por me ouvir, me aconselhar, pelas indicações de emprego, trocas de experiências, pelos textos que escrevemos juntos e pelas risadas. Te considero como um irmão que a vida me deu.

À Elaine Aparecida Mayer, outra amiga da graduação que mesmo tendo os caminhos separados, já que eu fui para o mestrado acadêmico e ela para o profissional, sempre se preocupou comigo e com minha dissertação. Sou grata por todas as nossas conversas sobre os sofrimentos e desafios da vida acadêmica e por se fazer presente, mesmo estando longe fisicamente.

Ao Professor Dr. Luis Fernando Cerri, meu orientador desde a iniciação científica no terceiro ano de graduação. Agradeço por acreditar no meu trabalho, por todas as leituras cuidadosas, correções, apoio e incentivo nessa trajetória. Aprendi muito com você, não só academicamente, mas como pessoa.

À Professora Dra. Janaina de Paula do Espírito Santo, parte da banca avaliadora, que acompanhou esse trabalho desde o início, quando ainda era um projeto. Muito obrigada por toda a ajuda e por estar disponível a me ouvir, mesmo cansada, após chegar de viagem. Levarei para a vida os conselhos que me deu.

À Professora Maria Cristina Dantas Pina, parte da banca avaliadora, a qual eu mandei um e-mail no começo do mestrado, antes mesmo de saber que seria parte da minha banca. Meu objetivo era conseguir sua tese de doutorado, já que ela se referia à livros didáticos. Tanto sua tese quanto suas colocações durante o exame de qualificação foram imprescindíveis para a conclusão do trabalho.

Por fim, agradeço ao Grupo de Estudos em Didática da História - GEDHI - da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o qual estive afastada no último ano, mas que faz parte da minha trajetória como pesquisadora desde a graduação. Cresci muito dentro desse grupo e tive o privilégio de aprender com todos os membros.

*Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade
[...]
Negro é a raiz da liberdade.*

(Sorriso Negro - Dona Ivone Lara)

RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo entender como os negros são representados ao longo do período republicano brasileiro nos livros didáticos de História do ensino médio. Para alcançarmos esse resultado, primeiramente, fizemos um levantamento de todas as dissertações e teses que tem como tema principal os negros nos livros didáticos de história produzidas a partir do início do segundo milênio. Com esse levantamento, conseguimos identificar que a maior parte das pesquisas aborda esses indivíduos através de uma análise qualitativa e em livros destinados ao ensino fundamental. Por esse motivo, optamos por analisar os livros do ensino médio e aliar o método quantitativo ao qualitativo, visto que um pode preencher lacunas deixadas pelo outro, assim promovendo uma análise integral do objeto. A análise qualitativa foi pautada na análise de conteúdo de Bardin e a quantitativa na análise por área. Para compreender a atual situação dos livros didáticos no Brasil na atualidade, traçamos um breve histórico desses livros no país e a importância da criação do Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, seu alcance e suas limitações. Os livros escolhidos para essa análise foram os do PNLD de 2018. Essa escolha se deu pelo fato de que no início da realização dessa pesquisa, esses materiais estavam em contato direto com os alunos nas salas de aula de todo o Brasil. A ideia inicial era analisar todas as coleções aprovadas pelo MEC para circularem nas escolas, porém, devido à pandemia da COVID-19 e o fechamento das escolas não foi possível adquirir todas as coleções. Por esse motivo, analisamos apenas as quatro coleções adquiridas a tempo. Com essa pesquisa concluímos que se comparado ao espaço destinado ao Brasil na República nesses materiais, o espaço destinado aos negros ainda é pequeno. Se tratando da forma como aparecem, na maioria das vezes eles são retratados em condição de reivindicação dos direitos, o que consideramos um ponto positivo, porém, é perceptível que é muito pequeno o espaço destinado às situações de opressão sofridas pelos afrodescendentes, o que pode contribuir com a percepção e o discurso que ignoram as desigualdades de oportunidades e condições de vida.

Palavras-chave: Negros. Período Republicano. Livros Didáticos. Ensino Médio.

ABSTRACT

The main objective of the present dissertation is to understand how blacks are represented throughout the Brazilian Republican Period in high school history textbooks. To achieve this result, we first conducted a survey of all the dissertations and theses that have blacks as their main theme in history textbooks produced since the beginning of the second millennium. With this survey, we were able to identify that most of the researches approach these individuals through a qualitative analysis and in textbooks aimed at elementary school. For this reason, we chose to analyse the high school books and combine the quantitative and qualitative methods, since one can fill in the gaps left by the other, thus promoting a comprehensive analysis of the object. The qualitative analysis was based on Bardin's content analysis and the quantitative analysis on the analysis by area. To understand the current situation of textbooks in Brazil today, we traced a brief history of these books in the country and the importance of the creation of the National Textbook Program - NTP, its scope and limitations. The books chosen for this analysis were from the NTP 2018. This choice was because at the beginning of this research, these materials were in direct contact with students in classrooms all over Brazil. The initial idea was to analyse all the collections approved by the MEC to circulate in schools, however, due to the COVID-19 pandemic and the closing of schools it was not possible to acquire all the collections. For this reason, we analysed only the four collections acquired in time. With this research, we concluded that if compared to the space destined to Brazil in the Republic in these materials, the space destined to Blacks is still small. When it comes to the way, they appear most of the time they are portrayed in a condition of claiming rights, which we consider a positive point. However, it is noticeable that there is very little space devoted to situations of oppression suffered by African descendants which may contribute to a perception and discourse that ignore inequalities in opportunities and living conditions.

Keywords: Blacks. Republican Period. Textbooks. High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa dos Livros pertencentes a coleção “História Sociedade e Cidadania”, PNLD 2018.....	71
Figura 2 - Capa do Livro “História Passado e Presente”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018	73
Figura 3 - Capa do Livro “História Global”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018...	75
Figura 4 - Capa do Livro “História em debate”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018	77
Figura 5 - Cena do filme “O pagador de promessas”	87
Figura 6 - Pintura “Alegoria à Proclamação da República e à partida da família imperial”	89
Figura 7 - Carlos Alberto Torres levantando a taça da copa do mundo de 1970	90
Figura 8 - Trabalhadores carregando as sacas de café	91
Figura 9 - Clube da esquina	93
Figura 10 - Capa do disco “Tropicália ou Panis et Circensis”	94
Figura 11 - Pelé comemorando um gol feito na Copa do Mundo do México em 1970 contra a seleção da Itália.....	98
Figura 12 - Primeiro congresso nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas - Belo Horizonte - 1961	99
Figura 13 - Pintura “Arcos da Lapa” de Heitor dos Prazeres.....	100
Figura 14 - Passeata das mulheres da Frente Brasil Popular, Rio de Janeiro - 1989	100
Figura 15 - Favela do Morro do Pinto - Rio De Janeiro	101
Figura 16 - Camponeses no interior do Ceará entre 1877 e 1879	102
Figura 17 - Pessoas que se renderam ao exército em Canudos.....	102
Figura 18 - Presos após o fim da Guerra do Contestado	103
Figura 19 - Pintura representando os escravizados	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de pesquisas referente aos negros nos livros didáticos de História defendidas por período (2000-2019)	50
Gráfico 2 - Percentual das perspectivas abordadas nas pesquisas referente aos negros nos livros didáticos de História (2000-2019)	51
Gráfico 3 - Número de pesquisas em livros didáticos (2000-2019) que se destinam aos negros por período abordado	58
Gráfico 4 - Percentual dos itens abordados pelas pesquisas voltadas aos negros nos livros didáticos (2000-2019).....	59
Gráfico 5 - Percentual referente à metodologia utilizada para a análise dos livros didáticos que abordam a questão dos negros (2000-2019)	61
Gráfico 6 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Sociedade e Cidadania	83
Gráfico 7 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Passado e Presente	85
Gráfico 8 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Global	88
Gráfico 9 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História em Debate	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertações e teses referentes aos negros nos livros didáticos de História defendidas entre 2000 e 2019.....	47
Quadro 2 - Coleções correspondentes ao componente curricular de história aprovadas pelo PNLD de 2018	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas de pós-graduação em que as pesquisas sobre os negros nos livros didáticos foram realizadas (2000-2019)	56
Tabela 2 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Sociedade e Cidadania - PNLD 2018.....	72
Tabela 3 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Passado e Presente - PNLD 2018	74
Tabela 4 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Global - PNLD 2018	76
Tabela 5 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História em Debate - PNLD 2018	78
Tabela 6 - Espaço ocupado pela História do Brasil nos livros didáticos de História- PNLD 2018.....	79
Tabela 7 - Espaço ocupado pelos negros na História do Brasil republicano nos livros didáticos de História - PNLD 2018	80
Tabela 8 - Quantidade de imagens referentes aos negros ao longo da república brasileira nos livros didáticos de História - PNLD 2018	96
Tabela 9 - Classificação das imagens que representam os negros no período republicano nos livros didáticos de História - PNLD 2018.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTD	Frère Théophile Durand
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PR	Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SP	São Paulo
TEM	Teatro Experimental do Negro
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - OS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	27
1.1 BREVE HISTÓRICO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	29
1.2 AS TENSÕES NA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS	30
1.3 O PNLD: HISTÓRICO, ALCANCES, LIMITAÇÕES E RETROCESSO	34
1.4.2 Etapas do Ensino	54
1.4.3 Período de Análise	57
1.4.4 Itens analisados	59
1.4.5 Metodologia.....	61
1.5 OS LIVROS ANALISADOS, METODOLOGIA DA PESQUISA E REFERENCIAL TEÓRICO	63
CAPÍTULO 2 - OS LIVROS DIDÁTICOS E A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO PERÍODO REPUBLICANO	70
2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2018.....	71
2.1.1 História Sociedade e Cidadania	71
2.1.2 História Passado e Presente	73
2.1.3 História Global.....	75
2.1.4 História em debate	77
2.2 ANÁLISE POR ÁREA.....	78
2.3 ANÁLISE POR CATEGORIAS	81
2.4 ANÁLISE DAS IMAGENS	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A - APARIÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS	116
APÊNDICE B - DIVISÃO DE CADA LIVRO	123

INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa dissertação é analisar de que maneira os negros são representados nos livros didáticos de História do ensino médio. A motivação para essa dissertação surgiu por ocasião dos mais de 15 anos da promulgação da Lei 10.639 do ano de 2003. Através dela, o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana passou a ser obrigatório em todas as modalidades de ensino. Nesse momento, houve uma grande procura de cursos para especialização de professores que não haviam tido contato com as discussões sobre esse assunto durante sua formação acadêmica e que agora precisavam trabalhar com esse conteúdo em sala de aula. As licenciaturas sofreram pressões para adaptarem seus currículos de modo a cumprir a nova demanda da Lei. Conforme Pereira (2008), a disciplina de História tornou-se uma área estratégica para que se trabalhassem esses conteúdos, apesar de que a lei determina que este é um tema interdisciplinar, ou seja, todas as disciplinas são responsáveis por trabalhar com essa temática.

Um outro local estratégico para tentar suprir a demanda desses conteúdos foram os livros didáticos. Aconteceu uma grande pressão para que as editoras adaptassem suas obras, de modo a auxiliar os professores nessa tarefa. Passados 16 anos da promulgação dessa lei e considerando que esse tempo é suficiente para que os conteúdos referentes a ela estejam contemplados nesses livros, surgiu a curiosidade de saber como os negros estão sendo representados nos livros didáticos de História.

Para entender melhor qual a situação do livro didático na atualidade, foram realizadas a leitura e análise dos guias dos livros didáticos de 2013 (quando se completaram os primeiros 10 anos da promulgação da Lei, tempo que pode ser considerado suficiente para adaptações) ao de 2018 (o mais recente disponível quando essa pesquisa foi iniciada) disponibilizados pelo MEC. Esses guias servem de base para a escolha dos professores, possuem o resumo das coleções que foram aprovadas para serem distribuídas nas escolas públicas, suas características e um parecer geral sobre todas as coleções, o que elas trazem e o que deixam de trazer, quais seus pontos fortes e pontos fracos.

Por meio dessa análise ficou perceptível que houve um grande avanço no que diz respeito à questão dos negros. Os livros passaram a trazer esses indivíduos em diversos momentos distintos, superando a separação em capítulos apartados dos

demais e das mais diversas formas. Porém, eles ainda levantam como ponto negativo a falta de abordagem do negro após o período de escravidão. Eles praticamente somem da narrativa, dando a falsa sensação de que todos os problemas relacionados aos negros remetem ao período de escravidão, o que não é verídico. Assim deixa de lado fatos importantes da história da população negra, como repressões, lutas e resistências. Além disso, é desconhecida a realidade atual dessa população (BRASIL, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Através do estudo de Nascimento (2005) intitulado “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolicionismo no ensino de História”, é perceptível que essa realidade não se limita apenas aos manuais didáticos, mas também faz parte da forma como os estudantes veem os negros após a abolição e na atualidade. Nesse estudo, foram levantadas algumas questões de vestibular com respostas abertas, buscando compreender a situação dos negros após o fim do regime escravista. Muitas das respostas dos estudantes remetem a um total apagamento sobre a situação desses indivíduos após o fim da escravidão e ainda trazem respostas que tendem a ver os negros de forma estereotipada e em situação de inferioridade.

Olhando notícias jornalísticas da atualidade, é possível perceber a forma como a ideia de ser negro na sociedade atual ainda é vista com inferioridade e preconceito. Exemplos disso são os episódios de racismo sofridos por um rapaz negro que ao comprar numa grande rede de *fast food*, no campo destinado ao nome do cliente, foi denominado como macaco¹, o caso de João Alberto, homem negro que foi morto por dois homens brancos na rede de supermercados Carrefour em Porto Alegre,² ou ainda a primeira vereadora negra eleita em Joinville que recebeu ameaças de morte em redes sociais para que seu suplente branco pudesse assumir o cargo³, entre tantas outras situações.

¹ Nessa notícia, atendente da rede de fast food *Burger king* denominou rapaz negro como macaco em nota fiscal, na Zona Sul da cidade de São Paulo. O jovem protestou em suas redes sociais indignado por acontecer esse episódio em pleno Século XXI. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/jovem-denuncia-burger-king-apos-ser-nomeado-macaco-em-nota-fiscal/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

² João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi morto por dois seguranças do supermercado Carrefour localizado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O caso ocorreu no dia 19/11/2020, véspera do dia da Consciência Negra. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2021.

³ Ana Lucia Martins, a primeira mulher negra eleita para ocupar o cargo de vereadora na cidade de Joinville em Santa Catarina, recebeu diversas ameaças de morte em suas redes sociais através de um

Quando se trata especificamente da trajetória dos negros no Brasil após a abolição da escravidão e início da República, é necessário levantar alguns pontos importantes. Primeiro, que foram abandonados à própria sorte, sem nenhum tipo de auxílio com o fim do regime escravista, o que trouxe como consequência uma situação de vida precária para essa população. Além disso, é importante lembrar que eles sofreram as mais diversas formas de repressão ao longo desse período (ALBUQUERQUE, 2010).

Outro ponto importante é que após o fim da escravidão no Brasil, era necessário encontrar uma nova forma de ver os negros na sociedade, visto que, anteriormente esses indivíduos não eram considerados, pois sua função era exercer o trabalho escravo e segundo, Munanga (2005), a própria constituição previa que estes eram objetos de seus donos. Isso fazia com que eles fossem deixados de lados nas narrativas referentes ao país, diferente do que aconteceu com o indígena ao longo do movimento romântico, mesmo que isso ocorresse de forma estereotipada.

As teorias raciais produzidas na Europa ao longo do século XVIII passaram a circular no Brasil a partir da década de 1870, ou seja, ainda antes da abolição da escravidão e início da República. Essas teorias ganharam inúmeras interpretações distintas e adquiriram contorno próprio conforme a realidade brasileira. Elas vinham do exterior no início desse período e buscavam identificar diferenças básicas entre o ser humano, conflitando diretamente com os ideais da Revolução Francesa de igualdade entre todos.

Porém, durante o século XIX, as ideias de que as diferenças raciais eram essenciais para a formação do ser humano é que foram veiculadas com maior força. A questão racial passou a ser diretamente relacionada com questões intelectuais e pré-disposição à criminalidade. Dentro disso encontravam-se dois grupos: os poligenistas e monogenistas. Os monogenistas acreditavam que os seres humanos tinham um elo de criação em comum e que as diferenças surgiam com o distanciamento dos ideais cristãos. Já os poligenistas diziam que a humanidade tinha vários polos de criação, afastando-se da ideia de um denominador comum (SCHWARCZ, 1993).

Algumas teorias ganharam grandes adeptos aos estudos, como é o caso da antropologia criminal, pela qual, utilizavam da frenologia- medição do crânio- para argumentar que haveria uma predisposição de indivíduos negros ao crime ou até mesmo ao descontrole emocional (loucura) e falta de capacidade de aprendizagem.

As críticas não se pautaram apenas aos indivíduos negros, mas também aos mestiços que eram vistos como inferiores. As teorias europeias viam esse fenômeno como um grande mal para a continuidade do progresso dessa região e como a possível causa da degeneração da sociedade. Por isso, chegou a ser proibido o casamento inter-racial. O pesquisador Broca chegou a fazer um comparativo entre a mula e o mestiço, apontando que estes poderiam ser inférteis assim como o animal (ORTIZ, 2006).

A publicação da obra “a Origem das espécies” de Darwin trouxe termos como “sobrevivência do mais forte” e “adaptação para diálogo” nas mais distintas ciências, apesar de demarcar que os seres humanos tinham ancestrais em comum. Essa teoria foi um grande marco para a ciência nesse momento e acabou recebendo novas adaptações para as áreas mais variadas da ciência, como é o caso do Darwinismo social.

Se tratando do Brasil, o problema é que as teorias raciais só entram em contato com os pesquisadores daqui após já terem caído em desuso na Europa. Nessa localidade, as teorias em questão já ganharam novas versões ou até mesmo complementação. Conforme Ortiz (2006), a escolha de qual teoria europeia usar como base para sua pesquisa era puramente do pesquisador e que os brasileiros faziam sincretismos entre ideias novas e defasadas tendo como base os ideais que circulavam na sociedade.

A questão é que era praticamente impossível pensar em uma raça pura num país como o Brasil em que há a presença de elementos como os negros, indígenas e mestiços. Além disso, era necessário achar formas de justificar o “atraso” do Brasil perante a civilização europeia.

No que se refere a desigualdades e diferenças, José D’Assunção Barros (2009) classifica as diferenças como oposições binárias, as quais variam de pessoa para pessoa e que não podem ser reversíveis, como as questões de idade. Já as desigualdades fazem parte de uma construção social, podendo ser moldada e reformulada ao longo do processo histórico. Elas ultrapassam a esfera individual e acabam atingindo um grupo específico. A questão da cor encaixa-se como

desigualdade, pois não há como definir um padrão efetivo de negros e isso foi criado como uma forma de legitimar a dominação dos brancos europeus quando chegaram a África. As desigualdades relacionadas a cor de pele passaram por esse processo de desconstrução e reconstrução após o início do Período Republicano.

Para esse processo de construção e reconstrução, foi fundamental o papel dos intelectuais com seu engajamento e produção para que passassem a circular novas ideias sobre os negros ao longo da República. Vale ressaltar que não há uma definição absoluta e definitiva sobre o que é um intelectual⁴. Ela vai se modificando conforme a época em que está sendo utilizada. Conforme Helenice Rodrigues da Silva (2005), os modelos de representação intelectual vão se transformando devido as mutações históricas e seu espaço de ação depende da conjuntura histórica em que se encontra.

Pensando nos diferentes momentos históricos, Pécaut (1990) em seu livro “Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação”, dividiu os intelectuais em duas gerações diferentes. Como aqui nessa dissertação o destaque é para as representações dos negros na República, citaremos um exemplo de cada uma dessas gerações definidas por Pécaut e o impacto da produção desses autores.⁵

A primeira corresponde aos anos de 1920 e 1940 e esses preocupavam-se principalmente com problemas relacionados à identidade nacional e das instituições políticas. Para eles, “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p. 15), e apesar de discordarem em muitos aspectos, concordavam que essa construção deveria partir da elite para a população em geral. Eles próprios buscavam através de suas obras uma forma de garantirem seu lugar na elite. Um autor que se encaixou nessa geração foi Gilberto Freyre que publicou, em 1930, “Casa Grande e Senzala”.

Esse autor inovou ao tratar pela primeira vez do cotidiano da casa grande e senzala e as relações existentes nelas, pautando-se dessa forma pelo viés do que podemos chamar de uma História Cultural. Ele trouxe contribuições fantásticas para a forma de ver a História brasileira, indo além das questões biológicas e econômicas

⁴ Parte dos trechos referentes aos intelectuais foi publicado anteriormente pela autora no artigo: NUNES, J. A. Um novo lugar social a ser ocupado: os intelectuais e as representações dos negros no Brasil republicano. Revista história e diversidade, v. 10, p. 166-181, 2018.

⁵ Cabe aqui ressaltar que esses exemplos citados como parte de cada uma das gerações não são os únicos. Há vários outros nomes que pesquisam no mesmo período e com ideias bastante semelhantes. No caso da primeira geração, podemos citar Sérgio Buarque de Holanda e sua obra “Raízes do Brasil” (1936) e Oliveira Vianna, que escreveu a obra “Raça e assimilação (1932)”. Como nomes da segunda geração podemos citar Fernando Henrique Cardoso e sua publicação “O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional” (1958) e Roger Bastide, com “Brasil, terra de contrastes (1957)”.

e considerando as três raças: negros, indígenas e brancos como formadoras da sociedade.

O grande problema de sua obra é que ela passa a impressão de que havia uma relação cordial entre os escravizados e os brancos donos dos mesmos e afirma que a escravidão no Brasil foi menos dura que em outras localidades, dessa forma fazendo com que se crie a chamada democracia racial. Leclerc (2004), discute que é praticamente impossível entender até que ponto o intelectual cria a ideia ou esse é criado por ela. Esse é o caso dessa obra de Freyre, já que ao mesmo tempo é ela que traz pela primeira vez a ideia de democracia racial, a mesma que de certa forma já se encontrava propagada na mentalidade da população em geral.

Apesar de se posicionar como um ferrenho opositor ao racismo, é perceptível com a leitura da sua obra a valorização do elemento branco como sendo o principal para a formação da cultura brasileira. “Ele é o elemento dominante nos aspectos da cultura material e simbólica. É ele o motor e idealizador de todo o processo e é dele a supremacia militar” (SOUZA, 2000, p. 76).

A segunda geração data a partir dos anos de 1950 até 1964- quando é instaurada a Ditadura civil-militar. Essa geração já não se preocupava em garantir seu status como elite escrevendo por esse viés. Muito pelo contrário, esses partiam seus estudos da grande massa da população e voltavam-se a eles. Havia o sentimento de que eles deveriam conscientizar a população em geral do seu poder de revolução e serem intérpretes do povo. Como exemplo podemos citar Florestan Fernandes.

Fernandes voltou grande parte dos seus estudos a entender a situação social dos negros, sendo a principal de suas obras “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1964 e apontado como o livro que foi o grande marco na desconstrução da ideia de democracia racial (NASCIMENTO, 2005). Esse comungava de uma tradição marxista, por essa razão, seus estudos analisavam a situação dos negros através das classes sociais.

Para ele, os negros teriam uma grande desvantagem na sociedade de classe para se estabelecer. Desde que havia sido abolida a escravidão, estes em nenhum momento tiveram auxílio de qualquer entidade para que de fato conseguissem se estabelecer com igualdade aos brancos e os negros só conseguiriam reverter a situação aliando fatores raciais com a classe social e que somente com a mescla desses dois itens é que o preconceito poderia ser superado.

Esse autor, assim como demais autores dessa geração, contribuiu para tentar superar a ideia de uma escravidão amena no Brasil e da democracia racial. Porém, não pode ser deixado de lado algumas limitações de sua obra, pois ao fazer uso da teoria de que os negros só teriam oportunidades de superar o preconceito racial por meio da integração no mundo capitalista, acabou transmitindo a ideia de que essas pessoas se encontram à margem do sistema por sua incapacidade de inserir-se na nova realidade e a esses deveria ser dado respaldo. Entendemos que as desigualdades existentes no sistema capitalista dificultam a inserção dos negros na sociedade, mas enfatizamos aqui que o problema do racismo vai além desse fator de forma isolada.

A divisão estabelecida por Pécaut (1990) e que serviu como base para a separação dos intelectuais que retratam os negros se delimita às duas gerações listadas acima. Porém, é impossível desconsiderar a grande quantidade de publicações voltadas ao estudo dos afro-brasileiros tentando desconstruir as ideias e metodologia utilizada pela segunda geração que pensou os negros em território nacional posteriormente aos anos de 1960 (NUNES, 2018).

A década de 1980 foi fundamental para a história brasileira, pois nela que o Brasil foi redemocratizado novamente. O ano de 1988 marcou o centenário da abolição da escravidão, o que fez com que crescesse o interesse por essa temática.

Os intelectuais que se dedicaram a esses estudos perceberam que a desigualdade racial é uma forma encontrada pelos brancos de manterem seus privilégios e que isso vai se moldando com o tempo conforme os interesses dos mesmos. Esses estudos acabaram mudando de perspectiva e deixaram de ver os negros como seres submissos e que precisavam de ajuda para reverter sua situação e passaram a vê-los como pessoas autônomas, com interesses próprios e que no decorrer da história lutaram por seus direitos e melhores condições de vida.

Como precursor dessa forma de estudo podemos citar o historiador Sidney Chalhoub, através de sua tese de doutorado intitulada “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte”, publicada no ano de 1990 como livro. Primeiramente, ele é inovador por retratar a escravidão na cidade do Rio de Janeiro e não no campo como na maioria dos trabalhos. Além disso, ele traz os escravizados como capazes de elaborar estratégias para tentar se livrar do estado em que se encontravam.

Mas, ao mesmo tempo em que os negros sofreram diferentes formas de repressões, eles se organizaram e lutaram para conquistar seus direitos. Essa organização é chamada de movimento negro e conforme Pereira (2013), ele pode ser dividido em três fases diferentes. A primeira se iniciaria com a fundação da Frente Negra Brasileira- FNB- em 1931 e se encerraria em 1937 com o fechamento da mesma pelo governo de Getúlio Vargas. A segunda se daria a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, tendo como principal marco a criação do Teatro Experimental do Negro- TEN- e atuando até a Ditadura civil-militar. Já a terceira fase, chamada de movimento negro contemporâneo teve início em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado- MNU. Cada uma dessas fases possui lutas diferentes.

Nessa última fase, novas formas de reivindicação entraram em discussão. Uma delas se deu no campo educacional. Eles passaram a pedir a revisão de preconceitos no ensino, a valorização da sua cultura e professores capacitados para trabalharem com os temas envolvendo a cultura afro-brasileira.

Se tratando especificamente da questão dos negros José D'Assunção Barros pontuou que “qualquer desigualdade que esteja sendo imposta a algum grupo ou indivíduo está sujeita ela mesma à já mencionada circunstancialidade histórica, sendo em primeira ou última instância reversível.” (BARROS, 2009, p. 24).

Partindo da ideia de que as desigualdades são reversíveis, destaca-se a importância do ensino como um campo estratégico para que isso aconteça. Nele, há a transmissão de valores que podem ser incorporados à forma de ver o mundo desses estudantes, podendo interferir também na forma como eles se identificam e identificam aos demais. Sendo os livros didáticos uma das mais importantes ferramentas do ensino de História (RÜSEN, 1997), é necessário compreender como os negros estão sendo representados nesses livros.

Levando em consideração os pressupostos levantados acima, a presente dissertação objetiva-se a analisar como os negros são representados na História do Brasil nos livros didáticos de História do ensino médio no período pós-abolição da escravidão pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático- PNLD- 2018, sendo os livros que se encontram em contato direto com os alunos na atualidade.

A escolha por abordar o período pós-abolição se deu por uma curiosidade pessoal que surgiu em minha trajetória escolar. Durante o ensino médio no ano de 2013, em um debate sobre a política de cotas para negros, percebi que não possuía conhecimento algum sobre as condições de vida dos negros após a abolição da

escravidão. Essa curiosidade me acompanhou durante o final desse ano e no ano seguinte. Cursando História, decidi voltar-me a estudar esse assunto que tanto despertava meu interesse. Hoje em sala de aula, mas na posição de docente, percebo que o conhecimento dos alunos sobre esse período é praticamente nulo.

Já a escolha por trabalhar com materiais destinados ao ensino médio se deu através do levantamento feito sobre as pesquisas de mestrado e doutorado realizadas com livros didáticos e voltadas aos negros a partir dos anos 2000 disponível na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD) (vide Capítulo 1). Os dados levantados apontaram que a maior parte desses trabalhos foram realizados com livros destinados ao Ensino Fundamental. Reconhecendo a demanda por pesquisas em materiais de ensino médio, o presente trabalho volta-se a essa etapa de ensino.

A decisão por trabalhar com os livros didáticos do PNLD 2018 se deu por serem os materiais que estavam disponíveis nas escolas no período em que iniciei o mestrado (no triênio 2018, 2019 e 2020) e que influenciavam diretamente os alunos que estão estudando nesse período, fazendo parte da cultura histórica destes indivíduos.

Além de serem os materiais que estavam disponíveis nas escolas ao longo da realização dessa pesquisa, há um outro fator bastante relevante sobre o PNLD 2018: ele foi o último a ser vigorado sem as alterações propostas pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.

Esse decreto altera o processo de avaliação e escolha dos livros didáticos a serem disponibilizados para as escolas públicas de todo o país. Essas mudanças fizeram parte de um novo projeto de governo que passou a vigorar no Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff.

Dentre as mudanças no PNLD podemos citar a diminuição na autonomia dos professores para a escolha dos livros, o afastamento das universidades públicas da elaboração de critérios a serem seguidos pelos livros didáticos para serem aprovados e o favorecimento da implementação de sistemas apostilados de ensino.

Essas mudanças fazem com que os avanços conquistados anteriormente graças a esse programa retrocedam, fazendo com que o ensino seja visto como parte de uma lógica mercadológica que favoreça um ensino estruturado e controlado pelo estado, dando menor autonomia ao professor para executar sua função e formando indivíduos prontos para o mercado de trabalho, mas sem capacidade de desenvolver um pensamento crítico.

A ideia inicial era analisar as treze coleções aprovadas para figurarem entre as possíveis escolhas dos professores. Por estarem entre os materiais passíveis de escolha, significa que de alguma forma estes atingiram, mesmo que minimamente, os critérios exigidos pelo MEC. Porém, devido a pandemia de COVID-19 e o fechamento das escolas, não foi possível adquirir todas as coleções a tempo, por isso, realizamos a análise de apenas as quatro coleções que conseguimos encontrar a tempo. São elas: *História Global*, de Gilberto Cotrim, *História Passado e Presente*, de Gislaine Azevedo e Reinaldo Seriacopi, *História Sociedade e Cidadania*, de Gilberto Cotrim, *História em Debate*, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo.

Para a análise dos livros, optou-se por aliar as análises quantitativas e qualitativas, a fim de que ambas se complementem e o livro seja abordado em todos os aspectos possíveis. Também, serão abordados tanto os textos como as imagens presentes. Como análise quantitativa foi feita a análise por área do livro, a contagem e classificação de imagens. Como análise qualitativa, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). As análises citadas nesse parágrafo serão trabalhadas detalhadamente no capítulo I, no item 1.4 intitulado “os livros analisados, metodologia da pesquisa e referencial teórico”.

A presente dissertação divide-se em dois capítulos. No capítulo 1, intitulado “Os negros nos livros didáticos de História do Brasil”, será apresentada uma breve trajetória dos livros didáticos no Brasil e o mercado editorial que esse está englobado, bem como o papel dos professores e alunos na utilização desse material, dando enfoque às políticas públicas que envolvem esses materiais, em especial ao PNLD. Além disso, foi realizado um levantamento com todas as pesquisas em livros didáticos sobre os negros a partir do segundo milênio. Essas foram analisadas com o objetivo de entender melhor o que as pesquisas atuais retratam e as contribuições que a mesma pode trazer. Ainda, serão apresentadas as fontes da pesquisa e será trabalhado a fundo as metodologias que são utilizadas para a análise dos manuais didáticos.

O capítulo 2, intitulado “Os livros didáticos e os negros no período republicano”, volta-se para apresentar detalhadamente o resultado de cada uma das análises realizadas com os livros didáticos. Inicialmente, serão trazidos detalhes sobre cada uma das coleções a serem analisadas, como os autores, a editora responsável pela obra, os objetivos e a/as perspectiva historiográfica apontadas pelos autores, como os conteúdos são divididos e como os capítulos estruturam-se. Em seguida, traremos

os resultados da pesquisa. Em termos de espaço, ainda é pequeno o local destinado aos negros na História do Brasil, porém a maior parte dos livros os trazem representados em situações de reivindicação, sem deixar de dar ênfase às situações de opressão ou inferioridade.

Entendemos que ao mesmo tempo que é essencial que os livros mostrem os negros como protagonistas em sua luta por direitos também é necessário que os estudantes entrem em contato com o que Bodo Von Borries (2016) chamou de “História traumática”, pois é somente através da conscientização das atrocidades que os negros sofreram e ainda sofrem em decorrência do preconceito racial que elas poderão ser superadas.

CAPÍTULO 1 OS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Nesse capítulo buscamos pontuar alguns aspectos que são essenciais aos livros didáticos e às pesquisas referentes a esse assunto. Primeiramente, trazemos uma breve trajetória desses materiais no Brasil. Conhecer o caminho desses livros no Brasil é essencial para compreendermos como eles atingiram a forma que possuem na atualidade. Cabe aqui pontuar que o objetivo não é traçar detalhadamente a trajetória desses materiais no Brasil, visto que os estudos que envolvem o histórico dos livros didáticos já se encontram consolidados e essa revisão bibliográfica já foi feita inúmeras vezes por pesquisadores que se dedicaram a estudar os livros didáticos.

Um dos principais pontos que visamos com essa breve trajetória é mostrar que os livros didáticos fazem parte da tradição escolar brasileira. Por circular no país há tantos anos, já estão consolidados e passam confiabilidade tanto às equipes escolares, como aos pais e alunos. Segundo Silva: “Não é à toa que a imagem estilizada do professor o apresenta com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos indispensáveis, indicotomizáveis.” (SILVA, 1996, p. 11).

Após conhecer como o livro didático chegou ao Brasil e como surgiram as primeiras políticas públicas que o envolvem em nosso país, passamos a trabalhar o enorme mercado editorial que o engloba. Como os livros são produzidos para as escolas públicas gratuitamente, para serem aprovados, eles precisam adequar-se a uma série de critérios exigidos pelo Programa Nacional do Livro Didático. Se não aprovado, o livro não poderá ser escolhido pelo professor, o que acarretaria grandes prejuízos para editora que o produziu.

Para Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2005), há três fatores presentes no sistema escolar atual que explicam o enorme volume de livros didáticos que circulam no Brasil: gradualidade, simultaneidade e universalidade. Por gradualidade entende-se que a cada ano que passa, o aluno muda de série (ou grau), o que faz com que seja necessário o livro usado no ano anterior seja trocado, já que cada livro é produzido para uma série específica.

Simultaneidade significa que os livros são pensados para atender muitos alunos simultaneamente e ensinar a todos sem levar em conta as particularidades de

cada indivíduo ou até mesmo as diferenças regionais, visto que esses mesmos materiais são distribuídos ao Brasil todo.

Ele é universal, pois cada estudante que frequenta a escola pública recebe um livro por componente curricular (História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Química, Física, entre outros). Até mesmo os estudantes que estão nas escolas particulares recebem livros ou materiais apostilados que englobam vários componentes curriculares.

Por essa necessidade desses livros pelo sistema escolar e por serem adquiridos em grande número anualmente pelo governo brasileiro, as editoras fazem de tudo para que suas obras sejam adquiridas pelos professores, que são os que escolhem quais materiais entrarão em contato com os seus alunos. As editoras com maior poderio econômico e de maior tradição se sobressaem sobre as menores.

Quanto à escolha nas escolas, conquanto seja importantíssima no contexto de autonomia didático-pedagógica e de gestão democrática do ensino público, dá margem à atuação das editoras na ponta, o que favorece, justamente, as empresas de maior poderio econômico. Desde meados dos anos 2000, o MEC vem instituindo regras para coibir o abuso das editoras na divulgação de seus materiais junto aos docentes, tais como a realização de eventos nas escolas e o envio de brindes. (BRITTO, 2011, p. 13).

Como enfatizado na citação acima, o MEC tentou diminuir o monopólio de algumas editoras sobre outras menores, proibindo a distribuição de brindes e o oferecimento de cursos para docentes. Mesmo assim, as editoras maiores acabam se sobressaindo por ter maiores recursos para propaganda de seus materiais. Conforme Flávia Caimi (2017), o fato de o professor ter contato com o material físico antes da avaliação acaba impactando na escolha por determinada coleção. Apenas editoras com grande suporte financeiro conseguem mandar exemplares e divulgadores para as escolas de todo o país. Por isso, muitas vezes editoras menores são compradas e incorporadas às que dominam o mercado.

Além de todos esses itens já elencados, é de extrema importância a abordagem do PNLD, programa responsável pela avaliação dos livros didáticos. É esse programa juntamente com as leis e normatizações voltadas à educação que estipulam quais conteúdos são obrigatórios dentro de sala de aula e garantem que circulem entre os alunos apenas livros isentos de qualquer tipo de estereótipo e preconceito.

1.1 BREVE HISTÓRICO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os livros didáticos de História são utilizados no Brasil desde a vinda da família real. Porém, em um primeiro momento, essas obras eram traduzidas das que eram escritas no exterior. Conforme Bittencourt (2004), é somente no ano de 1827 que se pode pensar na criação de grupos de autores nacionais. Esses eram pertencentes a elite intelectual da época e produziam para seus pares, já que o ensino era destinado apenas -às elites. Além disso, os manuais didáticos desse período eram escritos somente para os professores como forma de prepararem-se para ministrar as aulas.

A partir de 1888, o grupo de autores responsáveis pela elaboração dos materiais didáticos passou a contar com um maior número de pessoas e ser mais heterogêneo e compostos por docentes. Com isso, passou-se a dar maior ênfase às necessidades de sala de aula. É também nesse momento que os livros deixaram de ser apenas um manual de instruções para os professores e passaram a ser destinados aos alunos. Isso fez com que esses livros adquirissem ilustrações e atividades, com a finalidade de facilitar o ensino, o que fez com que eles ganhassem uma estrutura de composição similar a atual.

Pode-se dizer que há dois momentos distintos na trajetória dos livros didáticos no Brasil, sendo elas:

[...] o primeiro marcado por trajetórias independentes, eram utilizados de acordo com seus preços, escolhas dos professores ou re-utilizados por estarem nas bibliotecas familiares e somente em no século XX, teve a sua segunda fase marcada por políticas educacionais que investiram na regulação e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas. (MATOS, 2012, p. 173).

Apesar da longa trajetória dos livros didáticos no Brasil, esses só receberam o aval das políticas públicas durante a Primeira República, a partir do ano de 1929 quando “o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL), um órgão específico para legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para maior legitimidade ao livro didático nacional.” (FERREIRA; SILVA, 2015, p. 210-211).

Durante o período do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar, períodos marcados por governos autoritários, censura à imprensa e veiculação de livros, que esses materiais ganharam maior respaldo por parte do governo. No Estado Novo há a criação de projetos que visavam a formação da ideia de nação e sentimento de

nacionalidade. Para isso, eles encontraram uma grande possibilidade dentro do ambiente educacional. Já na Ditadura Civil-Militar, são criados órgãos responsáveis pela elaboração desses livros e esses passam a receber financiamentos estrangeiros, como por exemplo, a Colted- Comissão do Livro Técnico e Didático e o Fename-Fundação Nacional de Material Escolar.

Com o fim do regime militar e redemocratização do país, foram retomadas as reivindicações nos mais diversos campos, incluindo no educacional. No ano de 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático- PNLD.

1.2 AS TENSÕES NA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Como já abordado no item anterior, os livros didáticos da atualidade são distribuídos pelo Ministério da Educação para as escolas públicas. Quem escolhe as obras são os professores, através do Guia dos Livros Didáticos. Para poderem figurar entre as possíveis escolhas, devem atender a uma série de critérios exigidos.

O livro didático faz parte de um mercado editorial que movimenta uma grande quantidade de dinheiro, segundo Flávia Caimi (2017), o Brasil é o maior comprador de livros didáticos do mundo, movimentando cerca de 1,3 bilhão de reais por ano, por isso as editoras e autores não medem esforço para enquadrarem suas obras nos critérios estabelecidos para que elas sejam aprovadas e posteriormente escolhida pelos professores⁶ para estarem presentes nas escolas.

Julia Silveira Matos (2012) denomina essa dinâmica entre autores e editoras buscando vender seus produtos como jogo editorial de consumo que segundo ela, engloba os seguintes sujeitos:

[...] por um lado os autores com suas próprias direções teórico-pedagógicas por outro, as editoras que buscam autores capazes de suprir as expectativas dos professores dentro das tendências pedagógicas em voga, ainda o governo que almeja selecionar um número expressivo de livros que não firam suas políticas educacionais e por fim os próprios professores que possuem ideias construídas sobre o que esperam de um livro didático. (MATOS, 2012, p. 174).

⁶ Vale aqui ressaltar a importância do papel do professor como protagonista dessa escolha, visto que na grande maioria das escolas, os guias dos materiais didáticos aprovados pelo PNLD chegam aos professores que os leem, levando em conta os prós e contra de cada uma das obras e acabam optando para a que mais se identifica com sua forma de trabalhar. Ou seja, o mercado editorial acaba tendo que se adaptar ao que agrada os professores para que consigam vender suas obras.

Isso faz com que todas as etapas da produção desse material sejam feitas pensando na sua venda efetiva. Por isso, as editoras buscam das mais diversas ferramentas para chamar atenção dos seus materiais, tanto que a cada ano surgem livros com as mais diversas formas, visando trazer inovações e atrair os sujeitos que os escolhem, que no caso são os professores.

Por ser movida por um mercado lucrativo, a produção de livros didáticos passa por tensões em sua produção. Essas tensões referem-se às leis educacionais que estipulam um padrão para educação, o qual esses devem seguir (BITTENCOURT, 2011; MIRANDA; LUCA, 2004), mas essas leis não surgem apenas por vontade dos governantes. Elas são demandas da sociedade reivindicada pelos movimentos sociais que trazem à tona questões de igualdade social e inclusão de determinados conteúdos. Portanto, é de extrema importância a pressão dos movimentos sociais para que haja mudanças e seja reparada a desigualdade existente.

Quando se trata de questões que envolvem os livros didáticos, deve-se lembrar que eles se diferem dos demais livros literários, pois são feitos em função da escola e pensando em agradar o professor que é quem escolherá as obras e não em quem será o seu leitor efetivo, que são os estudantes (CASSIANO, 2005). Diferentemente dos demais livros, esses materiais são elaborados para serem utilizados durante os três anos de seu ciclo e após isso não possuem mais uma função efetiva, já que nos anos seguintes entrarão novos materiais em vigor.

Uma grande diferença entre o Livro didático e o livro literário é que aquele é produzido com base em orientações e critérios eliminatórios criados pelo governo, no qual as obras devem seguir para poderem circular no ambiente educacional e gerarem lucro para as editoras. Outra diferença é que

[...] os espaços de circulação dos livros didáticos são, pelo menos em tese, bem mais específicos que os literários, e que neles o Estado desempenha papel essencial, pois é da sua competência definir os contornos do aparato escolar, sobre o qual tem o poder de legislar, formular propostas pedagógicas, impor conteúdos, programas curriculares e normas para os profissionais que nele atuam. E é justamente a existência de uma política educacional que cria um público cativo (os alunos), que demanda livros específicos (escolares), que devem ser escritos (autores) e produzidos (editores) de acordo com programas e objetivos prescritos e reconhecidos como relevantes (Estado) pelo menos por parte da sociedade. (LUCA, 2009, p. 153).

Ou seja, os livros didáticos circulam por um público mais específico e limitado do que o literário, já que ele tem por objetivo ser utilizado nas salas de aulas e cada

um deles é voltado para um ano de cada etapa do ensino. Já o livro literário não sofre interferência do Estado em sua composição.

Para além do PNLD, o Estado conta com o PNBE- Programa Nacional Biblioteca na Escola⁷, que é responsável pela distribuição de livros literários, periódicos e teóricos-metodológico para os alunos e docentes das escolas públicas. Esses livros também passam por avaliação por especialistas para figurarem nas escolas. Apesar dessa semelhança, eles diferem dos livros didáticos, pois não são escolhidos pelos professores e não possuem uma série de normas prévias a serem observadas antes da obra ser escrita.

Além disso, os materiais didáticos não são livros para serem lidos inteiros da primeira à última página, mas tem sua leitura moldada pelo professor que pode escolher como trabalhar com esses livros. Por isso, cabe aqui destacar o papel fundamental dos docentes, que devem perceber que esses materiais são “um produto da sociedade de consumo e o utilize dentro de seus limites apenas como um recurso e não como um meio pelo qual o ensino-aprendizagem se realiza.” (MATOS, 2012, p. 83).

Portanto, é o professor que deve se comprometer com seus alunos e avaliar as possibilidades de utilizar os livros didáticos em sala de aula, não os usando como a única fonte de conhecimento para o ensino, mas ir além e buscar outros meios como livros e artigos científicos produzidos pela academia para manter-se atualizado e em constante busca por aprimorar-se.

Esse fenômeno apontado acima no qual o professor transforma o saber a ser ensinado em saber ensinado é denominado por Yves Chevallard (1991) como transposição didática. Por meio desse conceito, esse autor afirmou que o saber produzido na academia não chega exatamente da mesma forma como foi produzido no ambiente escolar, até porque os objetivos desses dois locais de ensino são distintos. À academia cabe responder questionamentos formulados em um contexto

⁷ O Programa Biblioteca na Escola foi criado no ano de 1997 pelo FNDE. O principal objetivo é ampliar o hábito da leitura nos estudantes e professores das escolas públicas. Inicialmente eram só direcionados ao ensino fundamental, mas a partir do ano de 2005 passou a contemplar também os alunos da educação infantil e ensino médio. Esses livros são distribuídos de forma alternada entre as etapas de ensino. O PNBE apresenta três modalidades diferentes: O PNBE literário, que é responsável pela distribuição de livros de literatura das mais diversas formas, entre eles poesias, crônicas, biografias, entre outros; O PNBE do professor, que se destina a fornecer livros que possam contribuir com a prática pedagógica dos professores e o PNBE periódicos, que como o nome já diz, responsabiliza-se pelo envio de periódicos qualificados para as escolas. Informações retiradas de: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 08 abr. 2021.

específico e comunicá-los à própria comunidade e, posteriormente, a à sociedade em geral.

Após ser produzido na academia, esse saber passará pela noosfera- instituição invisível aos olhos, no qual é definido por alguns profissionais e especialistas quais saberes deverão ser ensinados em sala de aula. Assim é determinado o saber a ser ensinado por meio de currículos e normas e que chegam ao professor.

Após chegar ao professor, esse transpõe aos alunos o conhecimento por meio de suas concepções, currículo e normas educacionais e subjetividades de cada profissional. E por último, um saber reformulado chega ao aluno. Esse saber é moldado por cada docente. O livro didático também faz parte dessa dinâmica, já que é o professor transpõe dele o que acha essencial e em seguida, passa aos alunos.

Ana Zavala (2014) ainda pontua que o livro didático não deve ser visto como um fator isolado, mas que ele depende do enfoque que o professor dá a ele em sala de aula, da forma com que o aluno o lerá e como se apropriará do conteúdo nele existente, das escolhas historiográficas feitas para sua elaboração e das políticas públicas que a ele se referem. Ou seja, mesmo que os docentes se responsabilizem pela utilização que fazem desses materiais, esses livros ficam em contato direto com os alunos e a forma como esses absorverão o conteúdo não pode ser controlado pelo professor. Além disso, há a questão de que os autores acabam optando por determinadas correntes historiográficas que condizem melhor com suas concepções de História, o que faz com que deixem de lado outras. O mesmo ocorre com alguns conteúdos e o enfoque que darão neles.

Os autores de Livros didáticos são essenciais para o processo de produção, pois eles dão seu nome à obra, assumindo assim a responsabilidade sobre ela. O papel do autor vai se modificando conforme a época em que essa obra se encontra e as demandas tecnológicas impostas para sua fabricação

Esses autores não precisam necessariamente ter titulação em História, porém conforme Flávia Caimi (2017) a maior parte possui e os grupos de autores contam, em sua maioria, com autores que também trabalham como professores na mais variadas etapas e modalidades do ensino, seja público ou privado, ou ainda ensino básico ou superior. São poucos os chamados autores de carreira, ou seja, aqueles que se dedicam exclusivamente a elaboração de livros didáticos.

Na atualidade, é bastante comum terem livros didáticos com mais de um autor dando seu nome a obra. No PNL 2018, dos treze livros aprovados pelo MEC para

venda, dez foram escritos por mais de um autor. Além disso, ao escrever uma obra o autor fica dependente da sua editora que geralmente os passa os primórdios de como quer que ela seja editorada e quais padrões devem seguir (BITTENCOURT, 2004).

Além do grupo de autores, os livros didáticos contam com uma equipe multidisciplinar por trás de sua elaboração, entre eles, os ilustradores, diagramadores, corretores ortográficos, entre outros, que se encarregam das mais diversas etapas, desde a inserção de imagens a correção e aprimoramento do texto.

Segundo Cerri e Ferreira: “[...] o ensino de História é também um exercício de identidade para aqueles que aprendem, na medida em que se veem representados na narrativa, pelo menos como herdeiros daquele passado [...]” (CERRI; FERREIRA, 2007, p. 81). Isso também ocorre com os Livros Didáticos, que ocupam um papel importante na representação social, pois eles podem favorecer determinados sujeitos em detrimento de outros.

Por isso, esses materiais são essenciais para a construção de identidade e consciência histórica e devem estar isentos de estereótipos e preconceitos, e ao mesmo tempo ter espaço para a representação dos diferentes sujeitos da sociedade. Portanto, são de extrema importância as avaliações desses materiais promovidas pelo ministério da educação antes de entrarem em contato com os alunos.

1.3 O PNLD: HISTÓRICO, ALCANCES, LIMITAÇÕES E RETROCESSO

Como já dito anteriormente, o Programa nacional do Livro didático foi instituído em 1985 pelo MEC e FNDE. Apesar de já figurarem em nosso país, foi a partir desse momento que o governo distribuiu gratuitamente os materiais didáticos aos alunos da rede pública, o que fez com que o livro didático se popularizasse ainda mais e atingisse um grupo mais abrangente de pessoas e pela primeira vez adotasse o caráter de reutilização.

Além disso, esses livros passaram a ser escolhidos pelos docentes, fato que foi apontado pelo próprio ministério da educação como fundamental para as políticas públicas, visto que as aulas são conduzidas por esses profissionais da educação e ninguém melhor do que os próprios para selecionarem um material que seja coerente

com sua metodologia de ensino e perspectivas, dando poder de decisão a cada professor.⁸

Porém, nesse momento esses livros destinavam-se somente aos anos iniciais do ensino fundamental. Mas foi somente na década seguinte que os materiais das mais diversas disciplinas entraram em circulação, no caso dos livros de História destinados ao Ensino Fundamental II, somente no ano de 1997.

A popularização do livro didático a partir desse período fez com que ele adquirisse um status ainda maior no cotidiano do brasileiro, já que esse livro, segundo Julia Silveira Matos (2012, p. 166-167) em alguns casos é o único material impresso que os docentes, alunos e escolas dispõem.

Por fazer parte da tradição escolar brasileira há mais de dois séculos e estar presente no cotidiano familiar, ainda é o material que passa confiança não somente aos profissionais da educação, mas também aos alunos, pais e a própria sociedade em geral (BITTENCOURT, 2010). Portanto, cabe aqui ressaltar novamente a importância desses livros passarem por um processo de avaliação.

Mas nem sempre foi assim. Flávia Caimi (2013) afirma que por muito tempo esses livros foram vistos pelos professores como um mal necessário, como uma ferramenta que os alienava e tirava sua autonomia ou um material inútil ao bom professor por sua falta de qualidade. Com o passar do tempo os docentes diminuíram esse posicionamento radical perante a esses materiais. Essa mesma autora aponta duas hipóteses para isso: um é que os professores passaram a confiar mais em seu papel de protagonista em como utilizar esse material e a segunda é a confiança nas avaliações do PNLD, que passaram a garantir que os materiais que circulassem em sala de aula seguiriam uma série de critérios.

A primeira avaliação dos livros didáticos ocorreu no ano de 1996. Ela foi realizada por uma comissão previamente selecionada. Os critérios dessa avaliação foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e a partir desse momento há por parte dos autores e editoras de livros didáticos uma maior preocupação com o que esses materiais englobam de fato, pois os livros que não se enquadram ao que é

⁸ Obviamente que no contexto em que vivemos hoje e por os livros serem reaproveitados em ciclos trienais, não necessariamente o professor que está utilizando o livro didático em um determinado ano foi quem o escolheu. Pode ser que outro profissional da mesma disciplina o tenha feito, pois era esse que conduzia as aulas no momento em que foi feita a escolha. Ainda, em situações que há mais de um docente da mesma matéria na mesma instituição, a escolha parte de um consenso entre estes.

exigido por essas avaliações são excluídos da lista e possíveis escolha para os professores. (MIRANDA; LUCA, 2004).

Os livros destinados ao ensino médio passaram a fazer parte desse programa apenas no ano de 2004, sendo distribuídos pela primeira vez no ano seguinte. Inicialmente, esse programa recebeu o nome de PNLEM- Programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio, porém mais tarde passou a ser chamado de PNLD, assim como o programa destinado ao ensino fundamental.

Atualmente, os livros são distribuídos em ciclos trienais e cada ano é destinado a um nível específico da educação básica- ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. Esses livros são escolhidos pelos professores dos colégios públicos após passarem pelas avaliações do MEC. O mercado editorial desses materiais é bastante lucrativo, como já destacado no tópico anterior.

Vale aqui ressaltar que apesar do livro didático ser escolhido pelo professor, esse material não dá autonomia suficiente ao profissional, como foi apontado pelo documento “Recomendações para uma política pública de livros didáticos”, publicado no ano de 2002, o qual foi fruto de um evento que reuniu editoras, autores de livros didáticos, membros do governo e docentes do ensino superior e do ensino básico cujo o objetivo era discutir o impacto das avaliações feitas pelo PNLD até então e apontar pontos positivos e lacunas a serem preenchidas nas avaliações posteriores. Conforme Margarida Maria Dias de Oliveira esse documento nos mostra que

[...] o modelo de livro didático que se consolidou no Brasil comporta não só os conteúdos curriculares, como também o seu desenvolvimento e formas de avaliação da aprendizagem dos alunos. Ou seja, estrutura o trabalho na sala de aula, motivando muito pouco a iniciativa e a autonomia do professor. Por isso, a partir dessa afirmação e considerando o que isso significa para o trabalho na escola, o documento recomendava que o PNLD acolhesse propostas novas que destoassem do modelo de livro didático cristalizado no Brasil. (OLIVEIRA, 2013, p. 361).

Apesar de já ter passado praticamente 20 anos desse evento, é nítido que esses materiais ainda fazem parte desse modelo cristalizado de livros didáticos. Isso ficou evidente quando analisada as resenhas das coleções aprovadas pelo PNLD 2018 disponível no Guia do Livro Didático do respectivo ano, no qual dentre as treze coleções aprovadas, apenas três não tem sua estrutura pautada na perspectiva de uma História integrada, pautando-se em eixos temáticos. Mesmo as coleções que se

estruturam com base em eixos temáticos, de alguma forma seguem uma ordem cronológica (BRASIL, 2018).

Ao analisar o Guia dos Livros didáticos de 2017, Flávia Caimi (2017) chegou a um resultado bastante semelhante, no qual nenhum dos livros apontados naquele guia fugia de uma História eurocêntrica e linear. Essa autora apontou que a estruturação de coleções por eixos temáticos, que no início do segundo milênio prometiam trazer grandes inovações aos materiais didáticos de História, aos poucos ficaram somente no plano das ideias e são pouco produzidas e difundidas no ambiente escolar.

O fato da maior parte dos livros se organizarem desse modo se dá por uma série de fatores interligados, sendo eles a tradição historiográfica cronológica linear vinda dos cursos de licenciatura em História que tem seus currículos organizados dessa maneira, o que acarreta em uma baixa adesão dos professores das escolas a esses livros por estarem habituados durante toda sua trajetória escolar, inclusive dentro das universidades, a um único modelo de História, o que faz com que estes profissionais não queiram e não sintam-se preparados a romper com essa perspectiva historiográfica e que em contrapartida pode gerar desinteresse por parte das editoras em produzir materiais que não sigam o modelo tradicional, já que estes serão pouco requisitados pelos professores, o que ocasionará em um menor retorno financeiro.

Para que ocorra uma mudança nessa maneira cristalizada que a História é retratada, o MEC sugeriu que é necessária uma mudança partindo de dentro das escolas pelos próprios professores. Portanto, os próprios docentes são convocados a partir do evento a tomarem a iniciativa e serem protagonistas desse processo de mudança, já que os livros didáticos são elaborados pensando nesse público-alvo que os irá escolher para estarem presentes nessas escolas. Se os professores romperem com esse modelo vigente de História, automaticamente as editoras e autores mudarão a forma como elaboram seus livros, já que para eles é importante que o material agrade aos docentes para que seja vendido.

Obviamente que a responsabilidade de mudança na concepção cristalizada de História não é somente dos professores. Cabe também aos autores e editoras se interessarem em elaborar materiais diferentes e mergulhar em perspectivas ainda não exploradas, saindo do tradicional; ao governo, através do ministério da educação, estimular as editoras a trazerem novas formas de se ensinar História; ao ambiente acadêmico buscar romper com a história cronológica-linear nas próprias grades dos

seus cursos, inserir nos currículos o estudo de livros didáticos e dar espaço a esses em sua graduação e pós-graduação, pois como enfatizado por Margarida Maria Dias de Oliveira (2013), os trabalhos em livros didáticos de História concentram-se predominantemente na graduação em pedagogia e nas pós-graduações em Educação.

No mesmo evento sobre livros didáticos, um dos pontos levantados como positivo foi o fato desses materiais englobarem em sua extensão as normatizações voltadas para educação, sejam elas BNCC, LDB, entre outros. Isso deve-se justamente à exigência das avaliações de que esses materiais contemplem as normas, diretrizes da educação e leis, como podemos ver nos critérios utilizados para avaliação dos livros pertencentes ao PNLD 2018, no qual a obediência às normas educacionais faz parte do quadro de avaliação em uma categoria denominada “formação cidadã”, como podemos ver abaixo:

Considera a legislação, as diretrizes e as normas oficiais que regulamentam o Ensino Médio:

- a. Constituição da República Federativa do Brasil.
- b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis mencionadas a seguir:
 - b.1. Lei nº 10.639/2003 – obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’
 - b.2. Lei nº 11.645/2008 – obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’ [...]
- c. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), com as respectivas alterações.
- d. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012 e Parecer CNE/CEB nº 5/2011.
- e. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 e Parecer CNE/CEB nº 7/2010
- f. Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação [...] (BRASIL, 2018, p. 101).

Todas essas leis e diretrizes curriculares são observadas durante o processo de avaliação dos livros. Dentro dessa avaliação, os livros devem apresentar minimamente a presença desses componentes para serem aprovados para a venda pelo PNLD. Caso não o façam, o livro não poderá circular nas escolas públicas do Brasil.

Segundo Tatiana Feitosa de Britto (2011), a forma como as avaliações do PNLD aparecia nos guias dos livros didáticos passaram por várias etapas. No início, cada um desses livros recebia uma classificação entre recomendadas com distinção, recomendadas, recomendadas com ressalvas e não recomendadas. A partir de 2001

as coleções não recomendadas passaram a não constar mais nos guias para escolha dos professores e em 2007, os guias deixaram de detalhar qual foi a avaliação que cada coleção de livro didático recebeu e apenas constar a resenha de cada uma delas.

Um dos problemas é que na resenha presente nos guias dos livros didáticos escolhidos não há os detalhes da avaliação de cada um desses livros, o que não permite que os professores consigam visualizar se o material contempla um determinado aspecto de forma superficial ou plenamente, o que faz com que o que realmente tenha peso na escola dos educadores sejam as resenhas disponíveis nos guias ou fatores editoriais já citados anteriormente.

Porém, vale lembrar que após as avaliações serem finalizadas e os livros serem aprovadas, são elaboradas as resenhas que apontam as concepções de História, metodologias adotadas e pontos positivos e negativos de cada uma das coleções. Ao escolher o livro, o professor não entra em contato diretamente com esse material, mas sim com um parecer sobre ela, o que dá uma enorme responsabilidade à composição das equipes de avaliadores.

Essas resenhas são escritas baseadas nos pareceres dados pelos avaliadores dos livros didáticos, que contam com os mais diversos profissionais, desde professores da educação básica a professores das instituições públicas de ensino superior de todas as regiões do Brasil, o que garante que esse processo de avaliação seja bastante plural e contemple múltiplas opiniões e pontos de vista diferentes.

Outro ponto positivo é que os livros didáticos se atualizam rapidamente, pois a cada ciclo trienal há novas exigências e pontos a serem acrescentados com base nas avaliações anteriores e novas demandas sociais e educacionais que surgem e que são incorporadas ao PNLD. Ou seja, esses livros acabam se atualizando mais rapidamente que os próprios currículos voltados à educação, o que faz com que esses alcancem o patamar de currículo editado, conceito esse desenvolvido por Agustín Escolano Benito (2006).

[...] o livro didático (e também os sistemas apostilados, portanto, o mercado editorial) tem assumido o papel de currículo editado, especialmente no Brasil onde há mais de duas décadas não se tem um currículo oficial/prescrito, nem se contempla uma pauta de conteúdos obrigatórios para a educação básica. O edital de convocação ao processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático, por sua vez, tem assumido o papel de indutor de uma política pública de ensino a ser adotada em todas as escolas públicas do país. (CAIMI, 2017, p. 38).

Algumas das críticas mais ferrenhas às avaliações do PNLD era o fato de serem realizadas por professores de universidades, que em sua maioria, não possuía experiência na educação básica, ao fato de não constarem os nomes dos membros que elaboraram os pareceres, já que dessa forma não havia como provar se essas pessoas possuíam ligações com algum autor ou editora, deixando dúvidas sobre a neutralidade da avaliação e a falta de clareza nos critérios adotados, permitindo interpretações ambíguas.

Para tentar melhorar em alguns desses aspectos, no ano de 2010 o MEC estipulou o Decreto 7.084/2010 que traz alguns aprimoramentos aos livros didáticos e ao processo de avaliação, entre eles:

O art. 14 do mencionado decreto, por exemplo, estipula que as universidades deverão constituir equipes técnicas para a avaliação pedagógica, formadas não apenas por professores de seu quadro funcional, mas também de outras instituições de ensino superior e da rede pública de ensino. Além disso, os integrantes das equipes de avaliação devem firmar declaração de que não prestam serviço ou consultoria, nem são parentes até o terceiro grau dos titulares de direito autoral ou de edição inscritos no processo. O § 3º do art. 20 da mesma norma inovou ao prever a possibilidade de recurso no caso de parecer indicativo de reprovação da obra. Ainda que o recurso não seja analisado por uma equipe independente, como defendem os críticos da avaliação pedagógica, o decreto determina que sua apreciação seja conduzida por três pareceristas que, embora integrantes das equipes de avaliação dos programas, não tenha participado da avaliação inicial da obra reprovada. (BRITTO, 2011, p. 10-11).

Com isso, o processo de avaliação dos livros didáticos passou a ser mais dinâmico, pois passou a contar com professores do ensino básico, o que podemos considerar como um grande avanço, já que eles possuem a vivência diária em sala de aula e entendem quais são as principais lacunas que devem ser preenchidas por ele.

Além disso, ter professores de diversas instituições universitárias do Brasil contribuindo com as avaliações dos livros didáticos faz com que esses livros ganhem em qualidade devido ao grande número de profissionais e suas mais diversas correntes historiográficas e perspectivas para o ensino de História.

Apesar da importância das avaliações dos livros didáticos, ainda há algumas lacunas a serem preenchidas. Flávia Eloisa Caimi (2017), cita algumas em seu texto intitulado “O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos” entre elas, a falta de diálogo entre as disciplinas, as atividades que não propõem reflexões aprofundadas e são baseadas somente em cópia e memorização,

o pouco espaço dado a temas que se referem a contemporaneidade e a falta de diferentes abordagens nos livros de ensino fundamental e ensino médio, desconsiderando as etapas do desenvolvimento que os alunos se encontram e suas especificidades.

Outro fator que deve ser considerado é que muitos professores não baseiam suas escolhas nos guias dos livros didáticos e nos pareceres dados pelas equipes avaliadoras, ou seja, o fato de um livro ser bem avaliado não significa que este será bem vendido. Os professores acabam optando geralmente por editoras maiores e já consagradas no mercado. Isso se deve ao processo de comercialização dos livros que se assemelha ao mercado farmacêutico.

[...] as editoras se valem das equipes de divulgadores, que, embora sejam a grande alavanca comercial das editoras, não vendem diretamente os livros para o professor ou coordenador pedagógico, mas doam tais produtos, mantendo presença constante na instituição escolar. O movimento da equipe de divulgação varia conforme o período. Existe um ciclo anual de trabalho: época do cadastro de professores, época de atuação em função do PNLD, períodos de atuação em função do professor da rede pública, época de direcionamento dos esforços para o período de planejamento das instituições particulares, entre outras atividades. A essência de todos esses esforços é a divulgação (e não venda direta) do livro didático e paradidático na instituição escolar. (CASSIANO, 2005, p. 302).

Portanto, um dos grandes desafios é fazer com que os professores deem maior credibilidade ao guia dos livros didáticos e deixem de lado o tradicionalismo de algumas editoras. Uma forma disso acontecer seria tentar aliar a forma de ver e entender História dos professores que atuam na rede básica de ensino com a dos avaliadores e que eles se sintam representados por estes e tentar dar condições semelhantes às editoras.

Porém, a ideia de dar condições semelhantes às editoras é bastante utópica, já que estas estão envoltas pelo mercado capitalista e traçam estratégias de divulgação e inserção nas escolas visando aumentar seus lucros. As coleções didáticas são produtos feitos para serem vendidos e graças ao grande capital que geram é que há interesse das editoras em produzi-los e torná-los atrativos.

Todos esses avanços e limitações do PNLD estiveram presentes até o ano de 2017, quando esse programa vai passar por alterações. Essas mudanças aconteceram devido ao cenário político em que o Brasil se encontrava.

Em 31 de agosto de 2016 a então presidente, Dilma Rousseff (PT)- eleita democraticamente em 2014 para dar continuidade ao plano de governo em seu

segundo mandato- sofreu um processo de *impeachment*, acusada de cometer “pedaladas fiscais”.

Após o impeachment, quem assumiu o poder foi Michel Temer (MDB). Apesar de ser vice-presidente do governo de Dilma, as decisões tomadas por ele após assumir o poder foram na contramão da proposta escolhida pela maioria da população brasileira nas eleições de 2014.

No que se refere a educação, podemos citar a proposição da PEC 241/2016- que posteriormente passou a ser chamada de Emenda Constitucional 241/2016, a qual congelou o teto em gastos públicos nos próximos vinte anos. Ela atinge diretamente áreas essenciais a população, pois limita a possibilidade de investimento em saúde e educação.

Além disso, promulgou a Reforma do Ensino médio por meio da Lei 13.415/2017. Essa reforma alterou completamente os currículos educacionais. Através dela, apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática são obrigatórias e as demais tiveram a carga horária reduzida, dividiu as disciplinas em áreas de saber- sendo elas- linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas- as quais os estudantes deverão escolher em qual delas gostariam de cursar, deixando as outras de lado ou ainda optar apenas pelo ensino técnico profissionalizante.

A proposta do ensino profissionalizante faz com que os alunos sejam treinados para o mercado de trabalho, o que compromete um dos principais objetivos da educação que é formar um cidadão crítico, capaz de pensar por si próprio. Sem contar que fazer com que adolescentes de 14 ou 15 anos optem por uma área de conhecimento conforme suas aptidões e perspectivas de futuro os coloca em uma situação extremamente desconfortável, já que são decisões difícil de serem tomadas com tão pouca idade. Esse adolescente ao optar por uma área e não se identificar, automaticamente sairá com um déficit de conhecimento nas demais áreas, o que o prejudicará em provas de vestibular.

Essas mudanças citadas acima são apenas algumas entre muitas trazidas pelo novo ensino médio. Na época em que começou a ser discutida, os estudantes de todo Brasil mostraram seu descontentamento com a reforma do ensino médio e a PEC 241.

Como forma de protesto ocuparam as escolas de todo o país, chegando a ter mais de mil colégios ocupados e com as aulas suspensas⁹.

Com a alteração na estruturação do Ensino Médio, há também a necessidade de adaptação dos materiais didáticos. Por esse motivo, em julho de 2017 foi instituído o Decreto 9.099/2017, o que modificou significativamente o Programa Nacional do Livro Didático- PNLD.

Uma das mudanças se refere à composição da equipe de avaliadores:

Art. 12. A escolha dos integrantes de cada comissão técnica será feita pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação das seguintes instituições:

I - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;

II - Conselho Nacional de Secretários de Educação;

III - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;

IV - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;

V - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação;

VI - Conselho Nacional de Educação;

VII - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;

VIII - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e

IX - Entidades da sociedade civil escolhidas pelo Ministério da Educação para elaboração das listas tríplices do Conselho Nacional de Educação, conforme o disposto no Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação poderá solicitar indicações de outras instituições para a escolha dos integrantes de que trata o caput. (BRASIL, 2017).

Anteriormente ao Decreto 9.099/2017, a escolha da comissão técnica era de total responsabilidade do MEC. Agora isso ocorre por indicação das demais instituições citadas acima, juntamente com outras que o ministro da educação queira solicitar indicações.

Além disso, as universidades públicas que antes conduziam todo o processo de elaboração de critérios específicos para as avaliações conforme julgavam pertinente, a partir do decreto ficaram limitadas ao MEC, que por meio de edital estabelece previamente as normas a serem seguidas no processo. Conforme Flávia Eloisa Caimi (2018), isso traz prejuízos às avaliações, pois antes eram feitas por uma instituição comprometida com a formação de profissionais da educação e produção intelectual com grande reconhecimento por parte da população.

⁹ Essas ocupações se alastraram por todo o território nacional no ano de 2016, contando com o apoio de estudantes secundaristas, universitários, professores e comunidade escolar, como é retratada na notícia “Brasil tem 1.072 escolas ocupadas contra reforma no ensino médio”, Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-tem-mais-de-mil-escolas-ocupadas-contra-reforma-no-ensino-medio,b47e6e701644c31504bbb5e96be58713jptuk49.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Outro ponto de mudança é que os livros eram escolhidos pelos professores que os utilizavam em sala de aula conforme seus critérios teóricos-metodológicos. Hoje, esses materiais didáticos podem ser selecionados pela secretaria municipal ou estadual da educação através de uma comissão responsável por indicar um único livro para toda a rede de ensino. Isso retira a autonomia dos professores sobre o processo de escolha, desconsidera suas concepções de ensino e sua experiência no magistério. Ou seja, além de tirar todo o protagonismo dado aos professores, ainda pode ser envolta por questões político-partidárias.

O novo PNLD também permite que os estados e municípios optem pelo sistema estruturado de ensino ao invés dos tradicionais livros didáticos. Esse sistema é elaborado por grandes empresas privadas. Trata-se de apostilas nas quais as aulas a serem trabalhadas já vem prontas com a justificativa de falta de tempo dos docentes para elaborarem aulas de qualidade. Esses materiais trazem vários prejuízos para educação, entre eles:

[...] os sistemas estruturados e suas apostilas não passam por processos avaliativos públicos; restringem a autonomia docente; desconsideram as necessidades locais e as especificidades dos projetos político-pedagógicos escolares; submetem o ensino e a aprendizagem a um tempo delimitado e a uma sequência predeterminada; não são escolhidos pelos professores e estudantes e sim pelas equipes gestoras; têm custo de aquisição alto, em razão da pequena quantidade; promovem a transferência de recursos públicos para empresas privadas; são pagos duplamente pelo contribuinte, uma vez que os livros didáticos são distribuídos gratuitamente aos municípios com verbas do governo federal. (CAIMI, 2018, p. 38).

Ou seja, esses materiais apostilados além de terem o custo bem maior do que o dos livros didáticos, limitam a possibilidade de o professor selecionar quais conteúdos trabalhar em sala de aula e como trabalhá-los. Essas ferramentas dão a possibilidade de exercer um maior controle sobre o que está sendo abordado nas aulas e passa a ideia de que os docentes são mal preparados para exercer a docência.

Quando essas mudanças no PNLD foram estabelecidas, o PNLD 2018, no qual os livros analisados nessa dissertação se encontram, já havia sido promulgado. Ou seja, os materiais didáticos aqui analisados não se enquadram nas modificações citadas anteriormente. Porém, é bastante importante entender que eles encerram um ciclo de avanços e limitações.

Entendemos que o Decreto 9.099/2017 que altera as avaliações e escolha dos livros didáticos representa um grande retrocesso, já que tira a autonomia de escolha

dos professores e restringem a possibilidade de preparem aulas conforme suas concepções de ensino, descentraliza o processo de avaliação dos livros didáticos das universidades públicas e insere o ensino em uma lógica mercadológica, no qual o mais importante é formar trabalhadores não pensantes ligada aos interesses de empresas voltadas à educação e a qualidade educacional é deixada em segundo plano.

1.4 OS ESTUDOS RECENTES EM LIVROS DIDÁTICOS

Reconhecendo a extrema importância do livro didático em sala de aula, as políticas públicas e as tensões que permeiam sua produção, o presente item busca elencar como encontram-se as pesquisas em livros didáticos na atualidade e seus pormenores, bem como as que tratam especificamente dos negros nos livros didáticos, com enfoque nas realizadas a partir dos anos 2000, buscando assim refletir sobre as novas contribuições que essa pesquisa pode trazer.

A partir da década de 1980 com a redemocratização do Brasil e fim da Ditadura Civil Militar, o ensino em geral ganhou um novo viés, há grandes transformações no que diz respeito a disciplina de História. Segundo Ghiraldelli Junior (2015), ao longo da ditadura civil militar, foi privilegiado o ensino tecnicista que visava

[...] a institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2015, p. 34).

É nesse período que o ensino de história passou a ser um tema de maior recorrência nas pesquisas acadêmicas e os livros didáticos ganharam destaque como tema de pesquisa nessa área. O motivo dos materiais didáticos ganharem grande visibilidade pelos pesquisadores se deu por ser nesse momento que eles assumem um importante papel dentro das instituições escolares no Brasil, pois o acesso à educação é ampliado e não há professores suficientes para suprir essa demanda. Com isso, é necessário que os livros assumam o papel de dar suporte aos professores (CARVALHO, 2014).

De acordo com Circe Bittencourt (2011), a partir de 1990 os trabalhos acadêmicos em livros didáticos passaram a ser mais bem vistas e o número de produção sobre esse tema torna-se mais amplo. As pesquisas que até 1980 se

objetivavam a investigar a transmissão de uma determinada ideologia por esses materiais, em 1990 passa a ser ligada com a ideia de formação de identidade e representações.

Para conhecer mais a fundo o número de pesquisas realizadas em livros didáticos de História a partir do segundo milênio, foi consultada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁰. Essa ferramenta de busca online tem como objetivo a ampla divulgação e fácil acesso das produções acadêmicas realizadas no Brasil. Ao todo, ela conta com 115 instituições e 623.801 documentos, sendo 455.386 dissertações e 168.416 teses. Dentro dela, é possível realizar a pesquisa pelo nome do autor, título da pesquisa ou todas essas variáveis ao mesmo tempo.

Além disso, esse *site* apresenta a possibilidade de busca avançada, pela qual pode-se englobar informações como título, autor e assunto da pesquisa na mesma busca. Também há a possibilidade de optar por apenas dissertações ou teses, por documentos que tenham ou não ilustrações ou que faça parte de um idioma específico. Ainda é possível definir o período de defesa das dissertações e teses em que se necessita do levantamento de dados.

Especificamente nessa pesquisa, foi utilizado como termo de busca “livros didáticos História”. Foi acrescentado à parte de busca refinada o período de defesa das produções acadêmicas do interesse da presente dissertação. Nesse campo, o ano 2000 foi marcado como o período inicial e o ano de 2019 como o final. O ano 2000 foi escolhido como o inicial para essa busca por marcar o início do novo milênio e por completar uma década das mudanças apontadas por Circe Bittencourt nas pesquisas em livros didáticos. O ano de 2019 foi selecionado como o final para esse período por ser o ano em que esse levantamento foi realizado.

Como resultado inicial, foram encontradas 585.359 referências. Para refinar essa busca, apenas foram abertas as que faziam parte do grupo de teses e dissertações feitas por historiadores e relacionadas aos livros de História especificamente. Após a realização desse levantamento, foi verificado o título e resumo de cada uma das teses e dissertações para comprovar se elas realmente abordavam os livros didáticos de História e as que não abordavam foram excluídas dessa amostragem. Muitos dos documentos encontrados correspondiam a pesquisas em livros didáticos de outros componentes curriculares como Espanhol, Biologia e

¹⁰ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Matemática, o que deixa evidente que a ferramenta filtrou qualquer texto que tivesse ligação com livros didáticos. Separando apenas as pesquisas que possuem como tema central os livros didáticos de História, foram encontradas 220 dissertações e teses.

Porém, o que é de interesse específico dessa pesquisa são os negros nos livros didáticos de História. Por esse motivo, foi realizado um novo levantamento tendo como palavras-chave “negros- livros didáticos -História”, utilizando novamente o período de defesa referente aos anos entre o período de 2000 a 2019. Esse novo levantamento teve como resultado 89 pesquisas filtradas. Também foram colocadas as seguintes palavras-chave respectivamente: “negras- livros didáticos- História”, “negro- livro didático- História”, “negra- livro didático- História”, “afrodescendentes, livros didáticos- história”, porém o resultado permaneceu em 89 pesquisas.

Essas pesquisas foram abertas para ver se realmente correspondiam aos itens de interesse dessa dissertação. Dentro desses 89 trabalhos, apenas 19 dissertações e teses¹¹ faziam parte dos interesses dessa pesquisa. Das 89 pesquisas levantadas, o site filtrou pesquisas sobre os negros que eram realizadas com livros de outras disciplinas escolares. Além disso, havia pesquisas dentro da História que eram voltadas aos negros, mas não especificamente aos livros didáticos, por esse motivo, foram excluídas da amostragem.

Transformando isso em percentual, podemos dizer que das 220 pesquisas realizadas com livros didáticos 8,64% delas trabalham com questões que envolvem os negros. As dissertações utilizadas para levantamentos de dados estão disponíveis no quadro a seguir:

Quadro 1 - Dissertações e teses referentes aos negros nos livros didáticos de História defendidas entre 2000 e 2019

(continua)

Autor	Título	Ano de defesa
Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho	As imagens dos negros em livros didáticos de história	2006

¹¹ O resultado inicial desse levantamento foi de 20 dissertações e teses, porém uma delas não trazia o livro didático como enfoque. Ela propunha-se a trabalhar questões étnicas raciais em todos os âmbitos do ensino de História, por essa razão, não foi utilizada nessa abordagem.

Quadro 1 - Dissertações e teses referentes aos negros nos livros didáticos de História defendidas entre 2000 e 2019

(continua)

Autor	Título	Ano de defesa
Luciano Magela Roza	A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos	2014
Joao Bernardo da Silva Filho	Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de história	2005
Raynette Castello branco,	O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife	2005
Iracly Barbosa Pires	A construção de uma identidade: representações do negro no livro didático de história de 1930 a 2005	2010
Paola Clarinda de Freitas Oniesko	A identidade negra nas imagens do livro didático de história através do olhar dos/as alunos/as.	2018
Alfredo Boulos Júnior	Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções de didáticos de história aprovadas no PNLD de 2004	2008
Segismunda Sampaio da Silva Neta	História e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos de história indicados pelo programa nacional do livro didático pnld-2013.	2015
Ralph Franco Mattos Russo	Contribuições para o estudo da imagem dos negros: avanços e permanências das imagens utilizadas nos livros didáticos de história, pós-implementação da lei 10.639/03	2012
Rayssa Andrade Carvalho	Leituras sobre representações imagéticas femininas negras em livros didáticos de história (1997-2014)	2015
Pedro Sérgio Pereira,	África e população negra nos livros de História no Brasil: um estudo de obras didáticas para o Ensino Fundamental II	2019
Fernanda Gomes Françoso,	Os lugares de mulheres negras em materiais didáticos de história da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	2017
Thiago Silveira de. Melo,	Representação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no livro didático de história do ensino médio (Campina Grande - PB).	2014

Quadro 1 - Dissertações e teses referentes aos negros nos livros didáticos de História defendidas entre 2000 e 2019

(conclusão)

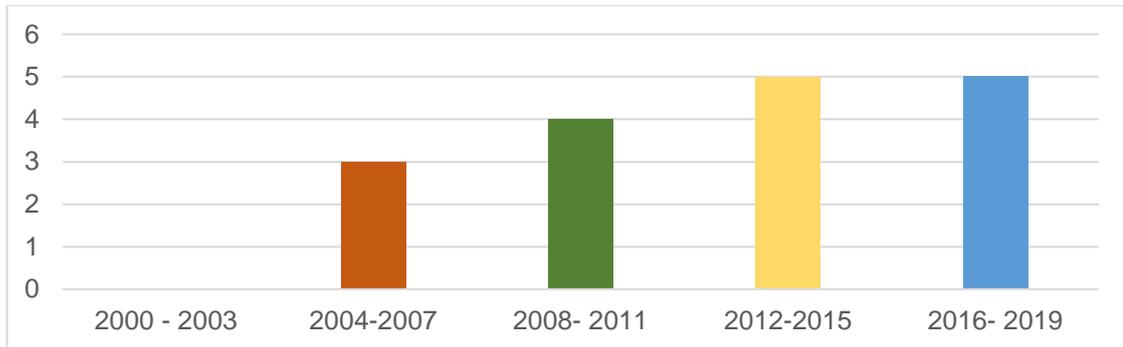
Autor	Título	Ano de defesa
Maria Cristina Dantas Pina	A escravidão no livro didático de história do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)	2009
Mírian Cristina de Moura Garrido Ribeiro	Escravo, africano, negro e afrodescendente: a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012)	2011
Artemio Ten Caten,	A prática da educação étnico-racial: um estudo da implantação da Lei Federal 10.639/03 no Paraná a partir do professor como leitor do livro didático público	2010
Neide Cristina da Silva,	O senhor oculto: racismo nos materiais didáticos de história no ensino médio	2017
Thais Fernanda Leite Madeira	Educar para as relações étnico-raciais: mudanças no campo normativo e o impacto no mercado editorial	2016
Raimundo Nonato Nascimento Junior	Educação e diversidade étnico-racial	2018

Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página do Banco Digital de Teses e Dissertações (2019).

Dessas 19 produções acadêmicas, 2 não puderam ser encontradas pela internet, o que não nos permitiu analisá-las. Portanto, a abordagem a seguir será realizada sem esses dois itens. Desse conjunto de 17 pesquisas, 3 são teses de doutorado e 14 são dissertações de mestrado. 9 das pesquisas foram realizadas por mulheres e 8 por homens. 11 foram produzidas em instituições públicas e 6 em particulares. Sobre o ano de defesa, nenhuma dissertação foi defendida dos anos 2000 a 2003, e nos períodos seguintes, o número de defesas foi aumentando gradativamente conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Número de pesquisas referente aos negros nos livros didáticos de História defendidas por período (2000-2019)



Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Uma das hipóteses para o crescimento do número de pesquisas acadêmicas sobre os negros aumentarem a partir dos anos de 2004 é o surgimento da lei 10.639/03, promulgada em janeiro de 2003 e que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as etapas do ensino e por todas as disciplinas. Isso faz com que os livros didáticos se tornem lugares estratégicos para trabalhar essa questão, visto que a maioria dos professores não possuíam embasamento suficiente para discutir esse assunto.

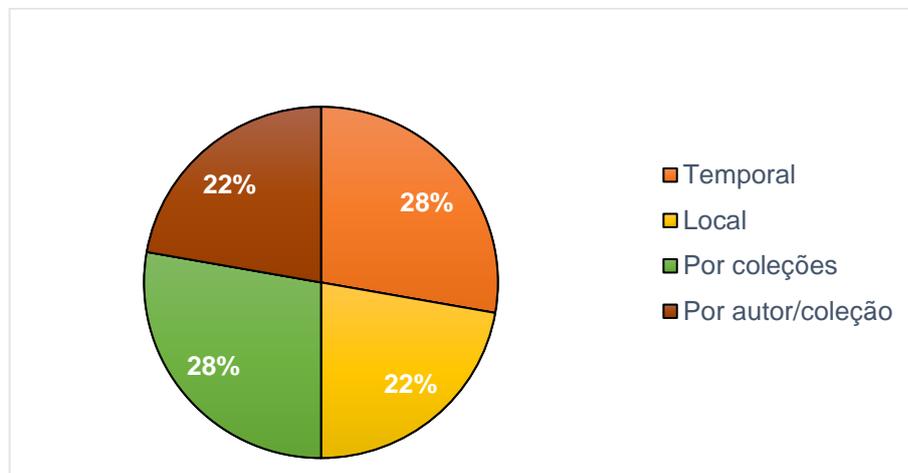
A implementação dessa lei impactou de forma intensa os autores dos livros didáticos que tiveram que adaptar suas obras para atender essa nova demanda. Com isso, surgiu grande curiosidade por parte dos pesquisadores da academia de saber como esses livros estavam trabalhando a história dos africanos e afrodescendentes. Isso se reflete diretamente na forma como essas pesquisas se articulam. Essa curiosidade foi apresentada no texto de muitos dos autores utilizados para o levantamento de pesquisas aqui realizado. Grande parte delas trazem os livros sendo abordados numa perspectiva temporal, comparando materiais que circulavam nas escolas antes da promulgação da lei com posteriores a lei, tentando identificar rupturas e permanências e se houve ou não evoluções gradativas.

1.4.1 Perspectivas de Pesquisa

Como tratado acima, uma das perspectivas adotadas pelas atuais pesquisas em livros didáticos é a perspectiva temporal, pela qual os pesquisadores se propõem a identificar rupturas ou permanências. Porém, essa não é a única utilizada pelos

autores. Nesse levantamento foram identificadas quatro perspectivas¹² diferentes de pesquisas, sendo elas a temporal, a por coleções, por local ou por autor/ coleção específica. Ainda há uma das pesquisas que se encaixa em mais de uma perspectiva ao mesmo tempo, por isso, ela foi somada duas vezes, uma vez em cada categoria em que está contida. Por esse motivo, para transformar os valores em porcentagem, o número que correspondeu a cem por cento das pesquisas realizadas foi 18, já que uma delas aparece duas vezes. Essas pesquisas se distribuem conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Percentual das perspectivas abordadas nas pesquisas referente aos negros nos livros didáticos de História (2000-2019)



Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Com base no gráfico acima, é possível perceber que todas as perspectivas citadas possuem números próximos e bem distribuído entre elas. Ou seja, as quatro formas são bem abordadas. As perspectivas mais adotadas pelos autores que dedicaram seus estudos aos negros nos livros didáticos foram as perspectivas temporal e por coleções, representando 28% desses trabalhos respectivamente.

¹² As perspectivas acima foram desenvolvidas por meio da observação do enfoque em que cada uma delas se desenvolveu.

Como temporal consideramos pesquisas que os autores analisam as mudanças ocorridas nos livros didáticos com o passar do tempo ou fazem um comparativo entre livros de uma época e outra.

A perspectiva local engloba estudos que retratam a utilização de livros didáticos dentro de uma cidade ou escola específica, geralmente possuindo alguma relação pessoal com autor.

As análises por coleções são aquelas em que o pesquisador escolhe mais de uma coleção e estuda os livros que as compõem, muitas vezes propondo comparativo entre elas e apontando semelhanças e diferenças.

Porém, as análises que são pautadas em um autor ou em uma coleção específica representam cada uma delas 22% desses estudos acadêmicos.

Um exemplo de trabalho que segue a perspectiva temporal é a dissertação de mestrado de Iracy Barbosa Pires (2010), intitulada “*A construção de uma Identidade: Representações do negro no livro didático De História de 1930 a 2005*”. Nele, a autora analisa como os negros são representados nos livros didáticos de ensino médio a partir da década de 1930 até o ano de 2005- por ter ultrapassado a criação da lei 10.639/03- sendo selecionado um livro por cada década desse período. Com isso, ela busca compreender de que maneira as mudanças que foram ocorrendo na educação impactaram a forma como os negros foram representados nesses manuais. Os livros utilizados por ela foram “*História do Brasil – curso superior*” (1935), de João Ribeiro; “*História do Brasil*” (1948), de Rocha Pombo; “*História do Brasil*” (1955), de R. Haddock Lobo; “*História do Brasil*” (1965), de Armando Souto Maior; “*História do Brasil*” (1977), de Arnaldo Fazoli Filho; “*História do Brasil*” (1987), de Antônio Pedro; “*Toda a História: História Geral e História do Brasil*” (1998), de José Jobson Arruda e Nelson Piletti e “*História Global: Brasil e Geral*” (2002), de Gilberto Cotrim. Como resultado da análise, a autora aponta para uma continuidade no pouco espaço dado aos negros nesses materiais didáticos, principalmente no que se refere ao período pós-abolição.

As pesquisas que utilizam a perspectiva de analisar apenas uma coleção ou apenas livros escritos por um determinado autor normalmente apontam como fator de sua escolha a grande aceitação do autor ou coleção dentro das escolas e pelos professores. Para isso, usam como padrão as escolas próximas a sua região ou dados disponíveis no site do MEC no FNDE, que apresentam o número de exemplares distribuídos por PNLD por coleção, escolhendo assim a mais vendida.

Uma pesquisa que adota essa perspectiva é a de Ralph Franco Mattos Russo (2012) intitulado “*Contribuições para o estudo da imagem dos negros: avanços e permanências das imagens utilizadas nos livros didáticos de história, pós-implantação da lei 10.639/03*”. O autor analisa em sua dissertação as imagens disponíveis nos quatro volumes da coleção de livros didáticos intitulada “*História das cavernas ao terceiro milênio*” pertencentes ao ensino fundamental e escrita por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. A escolha por essa coleção se dá justamente pela grande distribuição que esse material didático teve nesse ano.

As pesquisas que seguem a perspectiva do local adotam como justificativa uma identificação pessoal do pesquisador com determinada área escolhida para a pesquisa. Na maioria das vezes os autores optam pelo município, estado, escola ou conjunto de escolas de determinada região em que lecionam ou cresceram, por afirmarem ter conhecimento dos livros didáticos na prática ou para comparar com as propostas educacionais específicas desse local.

A tese de doutorado de Neide Cristina da Silva (2017), denominada “*O senhor oculto: racismo nos materiais didáticos de história no ensino médio*” é um exemplo de pesquisa que se enquadra entre as que aderem às perspectivas de local. A pesquisadora investigou o racismo nos livros didáticos de História do ensino médio que são utilizados na zona Leste de São Paulo em um colégio periférico e outro de classe média. Além da análise dos livros, ela pautou sua tese na entrevista com professores que trabalharam com os materiais didáticos e com três alunos de cada colégio que se identificavam como negros. Como resultado a mesma verificou que tanto os livros didáticos como o discurso dos alunos apontam para uma construção negativa dos negros nos livros didáticos dessa região, o que faz com que esses construam sua identidade com referência a esse conhecimento.

Por fim, os pesquisadores que escolhem os livros a serem trabalhados por coleções assim o fazem por essas serem as que passaram por avaliações do MEC¹³, aprovadas nos critérios de avaliação do PNLD que fazem parte e ainda foram fornecidas para a escolha dos professores que atuam nas escolas públicas do Brasil. Dentro dessa forma de pesquisa temos as que optam por trabalhar com todas as coleções de um determinado ciclo do PNLD ou as que trabalham com algumas delas sendo as mais distribuídas ou as que o autor conseguiu ter acesso entre elas.

Dentro dessa perspectiva, encontra-se a tese de doutorado intitulada “*Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções de didáticos de história aprovadas no PNLD de 2004*” de Alfredo Boulos Júnior (2008). Em seu trabalho acadêmico, o autor propõe-se a analisar as imagens disponíveis nos livros didáticos de História do ensino fundamental I e de que forma esses retratam os negros ao longo da História de forma geral. Além da análise das imagens por si só, ele detém-se aos textos que as introduzem e a relação desses com as mesmas e

¹³ Cabe aqui ressaltar que as pesquisas acadêmicas levantadas e que correspondem a essa perspectiva, trabalham com obras posteriores ao início das avaliações dos livros didáticos em 1996 pelo ministério da educação.

observa cuidadosamente os aspectos gráficos que envolvem a produção desses livros. Para isso, utilizou as três coleções mais distribuídas pelo PNLD de 2004. Como resultado o pesquisador aponta para pequenas mudanças na forma de representar os negros, porém reflete que os afrodescentes ficam limitados ao passado. Quando se trata de imagens que trazem esses indivíduos no tempo presente não são introduzidas corretamente e os fazem de forma inferiorizada aos brancos.

Diferentemente dos estudos acadêmicos que buscam analisar uma coleção de forma isolada ou um autor específico, essa perspectiva vai além e faz um comparativo entre coleções de um determinado período, assim podendo chegar a conclusões mais aprofundada sobre o fenômeno estudado. Quando se parte da observação de um livro didático não há como prever que todos os outros sigam esses mesmos parâmetros, pois foram escritos e editados por autores e editoras distintas. Levando em consideração os motivos elencados acima, essa pesquisa enquadra-se nesse modelo, pois através dela pretende-se analisar todas as coleções que fizeram parte do PNLD de 2018- presentes nas escolas durante o triênio 2018, 2019 e 2020.

1.4.2 Etapas do Ensino

Os autores dos estudos acadêmicos referentes a livros didáticos no momento de escolha da fonte são levados a definir entre livros que sejam utilizados pelo Ensino Fundamental ou pelo ensino médio. A opção por uma dessas etapas do ensino básico acaba selecionando também a faixa etária do público que consome esses materiais de forma direta. Nessa sessão, buscamos explicar os motivos que levaram esses pesquisadores a optarem por uma faixa etária em detrimento da outra.

Primeiramente, atentemo-nos à definição das etapas de ensino no Brasil. Elas fazem parte da educação básica que é garantida pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e prevê que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio; (BRASIL, 2013).

O ensino básico brasileiro é compreendido por três fases: a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo que destas, as que trabalham com a História e os livros didáticos são o ensino fundamental e médio, por isso daremos ênfase a essas duas etapas. O ensino fundamental é a etapa mais longa do ensino, indo do primeiro ao nono ano e englobando a faixa etária dos seis aos quatorze anos. Ela se divide em dois momentos: os anos iniciais- também chamado de fundamental I- que vai do primeiro ao quinto ano e os anos finais- denominado também de fundamental II- indo do sexto ao nono ano.

O ensino médio tem a duração de três anos e engloba adolescentes dos quinze aos dezessete anos. Essa fase tem por objetivo principal aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de estudo no ensino fundamental e é o momento de preparativo para a vida adulta e que envolve a tomada de decisão da maior parte sobre a profissão a seguir, a ida ou não ao ensino superior, entre outros aspectos.

Se tratando especificamente das pesquisas acadêmicas referentes aos negros nos materiais didáticos de História a partir do segundo milênio, a maior parte delas destina-se a livros do ensino fundamental, correspondendo a 65% desses trabalhos. Já as realizadas com manuais didáticos do ensino médio corresponde a 35% do total.

Os dados aqui levantados acabam reforçando o que foi levantado por Vitória Rodrigues Silva (2006, p. 7) em sua tese de doutorado: que os estudos de livros didáticos se direcionam em sua grande maioria ao ensino fundamental e são raros os que voltam-se a trabalhar com o ensino médio. Como justificativa para isso, a autora aponta dois fatores: o primeiro é o fato de que faz pouco tempo que o ensino médio tornou-se obrigatório, o que fazia com que essa fase do ensino atingisse um número pequeno de estudantes e o segundo é que a maioria dos trabalhos referentes a livros didáticos foi realizado em programas de pós graduação de Educação e esse grupo interessa-se mais por pesquisas que abordem principalmente os anos iniciais do ensino fundamental.

Essa questão apontada por Silva (2006) sobre as produções acadêmicas vincularem-se aos programas de pós-graduação em Educação no início dos anos 2000 acaba sendo confirmado pelas pesquisas aqui levantadas sintetizadas na tabela abaixo:

Tabela 1 - Programas de pós-graduação em que as pesquisas sobre os negros nos livros didáticos foram realizadas (2000-2019)

Programa de Pós- Graduação	Número de pesquisas	Valor em %
Educação	11	65%
História	5	29%
Estudo da Linguística	1	6%
Total	17	100%

Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Dentro das 11 pesquisas que foram defendidas em programas de pós-graduação em educação, 7 delas tinham como objeto de análise os materiais didáticos destinados ao ensino fundamental. Transformando esse valor em porcentagem podemos afirmar que 64% dos trabalhos acadêmicos referentes aos estudos dos negros nos livros didáticos no período de 2000 a 2019 destinavam-se a essa etapa de ensino. Já das 5 pesquisas defendidas em pós-graduações em História, 3 delas tiveram como objeto de estudo livros didáticos pertencentes ao ensino médio, ou seja, 60% dessas pesquisas.

Os dados levantados acima corroboram para a afirmação de que o espaço para pesquisas tendo como ênfase aspectos voltados para as salas de aula demoraram a ganhar espaço e serem reconhecidas como pesquisas que seguem os âmbitos propostos pela ciência histórica. Prova disso é que dentro desse levantamento a pesquisa mais antiga realizada em uma pós-graduação em História ocorreu no ano de 2010, seis anos após a primeira em educação a partir do segundo milênio tendo como objeto os negros nos livros didáticos que foi defendida no ano de 2004.

Um dos argumentos mais utilizados pelos autores das pesquisas que se referem aos livros do ensino fundamental para essa escolha é de que por acreditarem que é nessa fase que as crianças e adolescentes estão construindo suas identidades. Para eles, é como se esse fosse o momento adequado para que o indivíduo se desenvolva como cidadão e tome consciência das desigualdades existentes no mundo. Porém, isso não se aplica só a essa etapa de ensino, já que segundo o artigo 35 das Leis de Diretrizes e Bases:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996)

Ou seja, o ensino médio vai além de limitar-se a ser um momento de retomada dos conteúdos estudados no ensino fundamental (apesar de esse ser também um de seus princípios), ele deve educar os jovens como um cidadão crítico e autônomo intelectualmente e que saiba conviver em sociedade com todas as diferenças existentes.

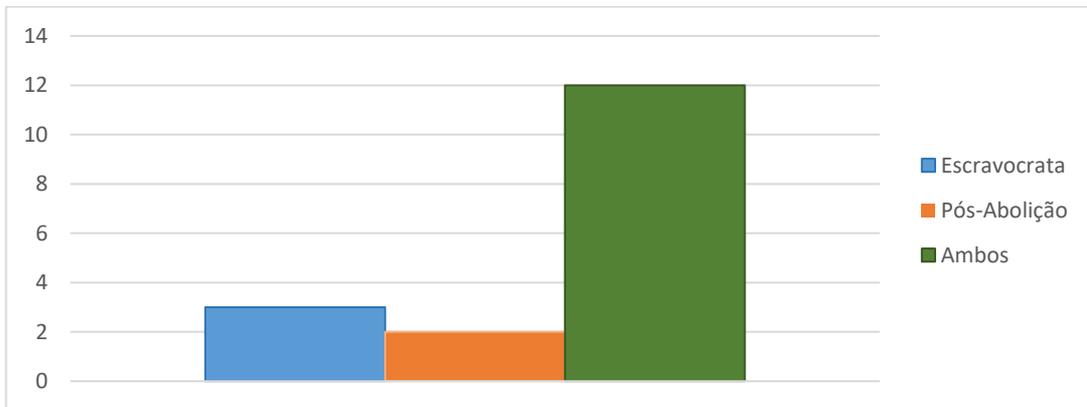
Muitas vezes essa etapa é deixada de lado por se tratar do momento em que os professores, livros didáticos e alunos voltam seus interesses para que esses possam ingressar no ensino superior. Isso faz com que questões que se referem a formação crítica e social do aluno fiquem em segundo plano, mesmo sendo prevista nas leis educacionais. Portanto, como é garantida por lei a formação do indivíduo pensante durante toda a educação básica e continua como princípio da etapa do ensino médio, deve-se dar maior atenção a forma como essa etapa do ensino traz questões referentes a isso.

Levando em consideração tudo o que foi tratado nesse item, optou-se por trabalhar com livros que direcionem-se ao ensino médio. Os motivos para isso são os números inferiores de pesquisas realizadas com esses materiais e a falta de atenção dada ao que condiz com essa etapa específica de ensino.

1.4.3 Período de Análise

Para esse item, busca-se compreender qual período histórico é mais abordado nas pesquisas pertencentes a essa amostragem. Essas pesquisas situavam-se em três períodos: uma abordando o negro durante o período escravocrata no Brasil, outro os retratando após a abolição da escravidão ao longo do período republicano, chegando até os assuntos que tratam da atualidade do Brasil e uma que retrata o negro em ambos os períodos citados anteriores, bem como o negro na História Geral do mundo. Os resultados obtidos encontram-se no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Número de pesquisas em livros didáticos (2000-2019) que se destinam aos negros por período abordado



Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página da Banca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Das 17 pesquisas abordadas, 12 delas trazem os negros em ambos os períodos brasileiros, assim como em toda história mundial. Esse valor em porcentagem representa 70% dos trabalhos acadêmicos, o que nos mostra que a maior parte das pesquisas opta por essa periodização. Isso acontece porque no momento de escolher o que pautará suas análises, os autores acabam levando em consideração outros fatores como as coleções analisadas na totalidade, a questão da perspectiva temporal buscando rupturas e permanências e como uma determinada obra ou autor retrata os negros, deixando de lado a escolha de um período específico.

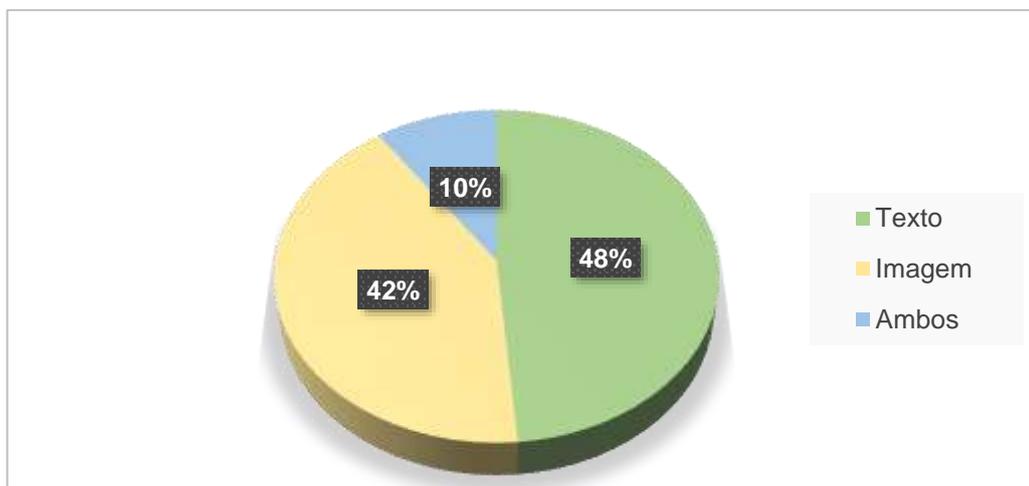
Das 5 pesquisas restantes, 3 retratam os negros durante o período de escravidão e 2 após a abolição. As que trazem os negros durante a escravidão- 18% dos trabalhos acadêmicos abordados- dedicam -suas análises a perceber qual imagem é construída do negro escravizado, que segundo esses autores, na maioria das vezes são apresentados como vítimas e em situações de submissão aos brancos, durante os castigos e trabalhos intensos, deixando de abordar com maior ênfase outros aspectos como as práticas de resistência e os conhecimentos produzidos por eles.

Já as que trazem os negros no período pós abolição, totalizando 12% das pesquisas, apontam que esses indivíduos praticamente somem das obras didáticas após a proclamação da República, o que deixa a imagem de que após a escravidão os negros tiveram condições melhores de vida. As análises dessa periodização vão até as questões da atualidade.

1.4.4 Itens analisados

Outro ponto importante em se tratando de pesquisas em livros didáticos, é entender o que especificamente dentro desse livro será analisado. Sabe-se que esses materiais são compostos por textos e imagens e dentro deles há o texto integral, box trazendo itens especiais, os exercícios e itens específicos de cada coleção. Dentro da nossa amostragem é possível perceber que 48%, ou seja, quase metade das pesquisas focam suas análises apenas nos textos dos manuais didáticos. Porém, o número de pesquisas dedicado somente a análise de imagens é bastante expressivo, totalizando 42% dos trabalhos acadêmicos levantados. Já as pesquisas que abordam tanto os textos como as imagens presentes nos materiais didáticos somam apenas 10% das pesquisas desse levantamento, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Percentual dos itens abordados pelas pesquisas voltadas aos negros nos livros didáticos (2000-2019)



Fonte: A autora.

Nota: Dados sistematizados a partir da página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Nas pesquisas acadêmicas levantadas, os autores não costumam justificar os motivos que os levaram a escolher analisar um elemento específico em detrimento do outro. A maioria dos que justificam são os que possuem trabalhos que se preocupam em aliar a análise de textos com o das imagens presentes nesses materiais.

De todos os estudos aqui elencados, nenhum propôs-se a estudar apenas os itens apartados- os chamados *box*. Esses itens são analisados como parte do texto integral. Apesar de que no caso de um levantamento sobre os negros, é importante

identificar de que forma esses são mencionados ao longo do texto, visto que quando aparecem apenas em quadros a parte pode significar que esses foram adicionados aos textos integrais apenas como um complemento para que a obra se enquadre nos critérios de avaliação proposto pelo MEC.

Também não há nenhum estudo que se preocupe especificamente com as atividades propostas em sala de aula, bem como dando exclusividade aos itens gráficos das obras. Contudo, há trabalhos que apresentam um olhar crítico da forma como esses materiais didáticos se organizam como a tese de Alfredo Boulos Junior (2008) que faz uma análise pormenorizada da capa, sistematização do conteúdo, escolha de cores e questões adicionadas a obra.

Algumas pesquisas acadêmicas que aqui foram classificadas como referentes apenas ao texto, em determinados momentos acabam citando imagens que aparecem nesse material, mas fazem isso de forma superficial, ou seja, sem aprofundar-se em uma metodologia de análise que comporte todas as figuras presentes nesse livro ou problematizar a forma como ela foi exposta e seus textos introdutórios. Por esse, motivo elas foram classificadas como pesquisas voltadas aos textos das obras.

Já as pesquisas voltadas às imagens não se limitam apenas à análise desses recursos por si só. Além de analisá-las, eles propõem uma reflexão crítica sobre os textos introdutórios e o que eles descrevem sobre essas figuras e se estão adequados com o que ali é apresentado. Silva Neta (2015), em sua dissertação denominada "*História e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos de História indicados pelo programa nacional do livro didático PNLD-2013*" na qual apresenta uma análise sobre dez coleções de livros didáticos destinados aos anos iniciais do ensino fundamental, conclui que muitos desses livros trazem imagens que estão desconectadas do texto que a introduz ou que trazem os negros de maneira inferior- como no momento da escravidão no Brasil, através de quadros de pintores- sem explicar o contexto histórico em que se deu a produção dessa imagem, fazendo que essas pareçam representar os fatos de forma fidedigna ao que aconteceu.

As pesquisas que aliam as análises dos textos com as análises de imagens assim o fazem por compreender que para verificar a situação dos negros nos livros didáticos é necessário que esses materiais sejam analisados como um todo. É o caso da dissertação de Thiago Silveira de Melo (2014), intitulada "*Representação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no livro didático de história do ensino médio (Campina Grande - PB)*", que trabalha com a análise da coleção "História das

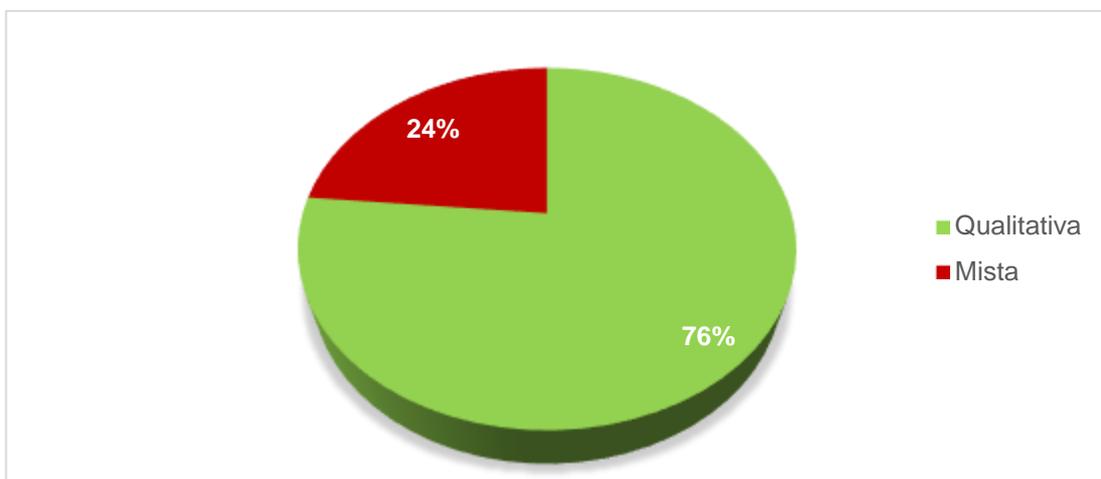
Cavernas ao Terceiro Milênio do PNLD de 2012, destinada ao ensino médio. Esse autor, além de analisar o texto das obras e as imagens, faz uso da História oral por meio de entrevistas de alunos e professores que são os consumidores diretos desses livros.

Para a presente pesquisa, optou-se por trabalhar com os livros didáticos de forma integral, ou seja, analisar os textos e as imagens presentes nesse material. Os motivos que levaram a optar por trabalhar com esses dois itens foram porque somente observando o conjunto da obra é possível apontar como os negros são representados nesses livros e por ser uma das formas menos abordadas nas pesquisas atualmente produzidas e que possuem a mesma finalidade. Ainda, pretende-se dar a devida atenção aos itens apartados, aos textos que introduzem as imagens e suas legendas e os aspectos que envolvem a produção gráfica dessas obras.

1.4.5 Metodologia

Após conhecer quais itens são mais abordados nos trabalhos acadêmicos que envolvem os negros nos livros didáticos, cabe agora conhecer mais a fundo as metodologias utilizadas para análise dessa fonte. Pelas pesquisas aqui levantadas, o método mais utilizado pela grande maioria dos pesquisadores é a análise qualitativa, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Percentual referente à metodologia utilizada para a análise dos livros didáticos que abordam a questão dos negros (2000-2019)



Fonte: A autora.

Notas: Dados sistematizados a partir da página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2019).

Das 17 pesquisas analisadas, 78% delas fazem uso da análise qualitativa, o que indica que a maior parte das pesquisas voltam-se para esse método. A análise qualitativa, muito recorrente nas ciências humanas e sociais, consiste em uma forma de analisar itens em grandes volumes como entrevistas, conteúdos de livros, documentos, fotografias, filmes, conversas de grupos, entre outros. Geralmente é utilizada para trabalhar com extensos e por trazer uma abordagem subjetiva à fonte, o que faz com que seja possível entender o fenômeno estudado ao todo, criando hipóteses e observando tendências. Ela tem por finalidade “melhorar os dados e aumentar seu volume, sua densidade e sua complexidade” (GIBBS, 2008, p. 18).

Dentro das pesquisas que enquadram-se como qualitativas, 54% utilizam a análise de conteúdo proposta por Bardin como metodologia para sua pesquisa. Essa forma de análise consiste em separar em categorias conforme as vezes que determinado item é recorrente em uma fonte para entender sua relevância. Apesar de trazer a quantificação de dados, essa continua sendo considerada uma análise qualitativa, pois

[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. Em conclusão, pode-se dizer o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência – sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual. (BARDIN, 2011)

Outras formas de análise utilizada pelos pesquisadores dos negros nos livros didáticos dentro dessa perspectiva foram a análise qualitativa descritiva e análise documental. Ainda há os autores que descrevem sua pesquisa como apenas pautada na análise qualitativa, sem pormenorizá-la. Em um caso específico o pesquisador só cita fazer uma análise com base em rupturas e permanências.

As demais pesquisas (24%) possuem uma abordagem mista, aliando a análise qualitativa à quantitativa. Todas as que realizam essa forma de análise assim o fazem por terem como objeto as imagens e, em uma delas, textos e imagens. Porém, elas não aliam essas duas formas de abordar as fontes num mesmo item. Os textos são verificados através da análise qualitativa e as imagens da quantitativa.

Outro ponto interessante é que nenhuma das pesquisas acadêmicas faz a utilização de análises quantitativas como única forma de analisar as fontes. Essa

forma de análise, como o nome sugere, consiste em quantificar itens, transformando em algo concreto e objetivo. Ela propõe-se a trabalhar com valores numéricos através de métodos matemáticos, sendo na maioria das vezes estatísticas.

Luis Fernando Cerri (2016) aponta como causas para a não utilização da análise quantitativa nas pesquisas referentes ao ensino de História no Brasil a negação desse método dentro das ciências humanas e um certo receio com as que trabalham com esse tipo de análise, pois para eles essa forma de pesquisa desconsidera a subjetividade do sujeito; a falta de conhecimento matemático dos pesquisadores das ciências humanas e a associação direta desse método com as ciências exatas e a histórica e a disputa de espaço dentro do ambiente acadêmico. Apesar disso, esse mesmo autor pontua que essas pesquisas podem trazer muitas contribuições a ciência histórica, já que bem estruturada, pode ser bem relevante aos estudos acadêmicos.

Refletindo sobre as indagações anteriores, optou-se por utilizar para essa pesquisa tanto a análise quantitativa quanto a qualitativa e não de forma isolada, mas sim como um todo, ou seja, abordando os textos e as imagens de ambas as formas, visando assim que uma complemente as lacunas deixadas pela outra.

1.5 OS LIVROS ANALISADOS, METODOLOGIA DA PESQUISA E REFERENCIAL TEÓRICO

Através das conclusões obtidas pelo levantamento dos estudos acadêmicos que referem-se aos negros nos livros didáticos de História apresentadas nos tópicos anteriores, optou-se por analisar os temas e referências aos negros no período republicano nos livros didáticos de História do ensino médio que encontram-se nas escolas públicas do país mais recentemente desde o início dessa pesquisa.

A ideia inicial era utilizar os livros correspondentes às 13 coleções que foram aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático- PNLD- referente ao ano de 2018. Porém, devido ao cenário pandêmico vivido por conta da COVID-19 a partir de 2020, houve grande dificuldade em encontrar todos os livros aprovados por esse PNLD, já que as escolas foram fechadas e o ensino se deu de forma remota e até o momento não retornaram. Por esse motivo, acabamos nos limitando a trabalhar apenas com os exemplares que conseguimos encontrar. Ao todo foram quatro dos treze livros aprovados.

A escolha desses livros se deu pelo fato de serem os que estão em contato com os estudantes do ensino público brasileiro, por serem os livros disponíveis para serem escolhidos pelos professores no processo de venda e por estarem atualmente nas escolas.

Além disso, pelo fato dessas coleções terem sido aprovadas, significa que trazem de alguma forma, mesmo que seja mínima, os critérios exigidos pelo Ministério da Educação para poder figurar como possível escolha dos professores. Como o período republicano aparece apenas como conteúdo no ensino médio no terceiro ano, será analisado apenas esse exemplar de cada coleção.

O quadro abaixo lista todos os livros aprovados pelo PNLD 18 e destacado em negrito e itálico encontram-se as quatro coleções que foram analisadas nessa dissertação:

Quadro 2 - Coleções correspondentes ao componente curricular de história aprovadas pelo PNLD de 2018

(continua)

Título da coleção	Editora	Autor(a)/ Autores
<i>História Passado e Presente</i>	<i>Ática</i>	<i>Gislaine Azevedo, Reinaldo Seriacopi</i>
<i>História Global</i>	<i>Saraiva Educação</i>	<i>Gilberto Cotrim</i>
Olhares da História- Brasil e Mundo	Editora Scipione	Bruno Vicentino, Cláudio Vicentino
História	Saraiva Educação	Ronaldo Vainfas, et al.
Cenas da História	Palavras projetos editoriais	Cândido Grangeiro
Caminhos do Homem	Base Editorial	Adhemar Marques, Flávio Beruti
Conexões com a História	Moderna	Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira
Por Dentro da História	Escala Educacional	Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes, Pedro Santiago
<i>História Sociedade e Cidadania</i>	<i>FTD</i>	<i>Alfredo Boulos Junior</i>
#Contato História	Quinteto	Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrine

Quadro 2 - Coleções correspondentes ao componente curricular de história aprovadas pelo PNLD de 2018

(continua)

Título da coleção	Editora	Autor(a)/ Autores
<i>Oficina de História</i>	<i>Leya</i>	<i>Flavio de Campos, Júlio Pimentel Pinto, Regina Claro</i>
<i>História em Debate</i>	<i>Editora do Brasil</i>	<i>Renato Mocellin, Rosiane de Camargo</i>
História das Cavernas ao Terceiro Milênio	Moderna	Myriam Becho Mota, Patrícia Ramos Braick

Fonte: A autora.

Nota: Guia dos Livros Didáticos - PNLD (2018), organizada pela autora.

A escolha por trabalhar com coleções que ainda estavam circulando nas escolas no período em que essa dissertação foi escrita se deu por entender que elas eram os livros produzidos no período mais recente e estavam em contato direto com os estudantes, sendo assim, traziam em sua composição as atuais determinações do PNLD e as concepções atuais de História.

Pensando nos conceitos citados acima, é pertinente aqui elencar que a seguinte pesquisa tem como referencial teórico a Didática da História que é uma área voltada para o ensino de história que preocupa-se com três funções fundamentais: a empírica- que volta-se para como se forma a consciência histórica e o processo de ensino e aprendizagem, a reflexiva- que preocupa-se com os interesses e intenção na prática do ensino de história e a normativa- que investiga as representações e mediações na história (BERGMANN, 1990). Por meio dessas três tarefas, ela busca entender como ocorre a circulação do conhecimento histórico na sociedade em geral. Essa busca vai além da sala de aula, pois entende que o conhecimento histórico não limita-se a ela.

A consciência histórica, pode ser caracterizada como a capacidade que todo ser humano possui de conseguir interpretar o passado, para compreender o presente e fazer projeções para o futuro, ou seja, é a capacidade de orientar-se na vida prática. Partindo desse pressuposto, pensando especificamente nos livros didáticos, Rüsen (1997, p. 79-80) indica que já que o saber histórico tem uma função na orientação cultural e na sua vida prática e que seu cumprimento é uma função do trabalho científico histórico profissional, não há como deixar de lado a forma como os livros didáticos trazem os conhecimentos históricos.

Sendo a consciência histórica o objetivo da aprendizagem por fornecer orientação para a vida prática e acabar resultando na tomada de decisões dos indivíduos, os livros didáticos devem ser pensados por essa perspectiva. O que eles representam, deixam de representar ou como representam pode contribuir para isso e também para a formação de identidades.

Entretanto, sabe-se que a consciência histórica não é construída apenas no ambiente escolar, mas que ela abrange todas as formas de conhecimentos históricos não científicos presentes na sociedade, como por exemplo as mídias, religião, família, internet, os livros, entre vários outros fatores (CARDOSO, 2008; SADDI, 2010).

Outro conceito apresentado pela didática da história e essencial para essa pesquisa é o de cultura histórica. Segundo Cardoso (2008), a cultura histórica é a maneira em que a consciência histórica se manifesta de diferentes formas. Rüsen define a cultura histórica como

[...] o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio as mudanças temporais de si próprios e de seu mundo. (RÜSEN, 2007, p. 121).

Diferentemente da consciência histórica que é inerente a todo o ser humano e acontece no âmbito individual, a cultura histórica é quando a consciência de si se liga com a consciência do todo, ou seja, da sociedade. Ela encontra-se no âmbito coletivo. E para que ocorra a construção de sentido ela não pode ser feita na mente de um indivíduo, “[...] é um processo de convergência que ocorre na Cultura Histórica, e que há que preencher com sentido e significado a construção da narrativa que envolve a experiência humana no tempo.” (DIVARDIM; SCHMIDT, 2014, p.119).

A cultura histórica também é influenciada por o que é veiculado nos livros didáticos, bem como influencia diretamente os conteúdos que neles acabam sendo veiculados. Por isso, deve-se pensar no modo dinâmico como os livros didáticos ao mesmo tempo são um produto da cultura histórica e podem influenciar na cultura histórica.

A metodologia escolhida para essa pesquisa foi aliar as análises qualitativas às quantitativas. Os motivos que levaram a essa escolha são a pouca utilização da análise quantitativa nas pesquisas que envolvem a ciência Histórica, mais especificamente as voltadas ao ensino de História e a carência que uma análise que

leve em consideração apenas aspectos qualitativos ou quantitativos pode apresentar. Além disso, trabalharemos aqui com a análise das imagens disponíveis nas obras e suas características específicas.

Essa ideia de realizar uma pesquisa mista, ou seja, que alie ambos os métodos de forma a se complementarem é apontada como fundamental para alguns autores ao referirem-se às ciências humanas. Dessa forma, as lacunas deixadas por um método poderão ser preenchidas pelo outro e assim poderá obter-se resultados mais completos (SANTOS FILHO, 2001; SEVERINO, 2007; CÂMARA, 2013). O método qualitativo traz a vantagem da abordagem mais subjetiva, já o quantitativo traz uma abordagem mais objetiva. Apesar de ser importante considerar que todo o dado quantificado na área de humanas, partiu antes de uma análise qualitativa, por meio de conceitos criados.

A análise qualitativa será realizada tendo por base a análise de conteúdo. Essa forma de análise foi desenvolvida por Bardin e consiste na interpretação das fontes extrapolando o seu limite como simples palavras. Ela ultrapassa a utilização dos dados de forma bruta. Traz uma ressignificação através de um primeiro olhar. (BARDIN, 2011, p. 47). Essa análise é dividida em etapas, sendo elas a pré-análise, exploração inicial e exploração final.

A pré-análise busca identificar, de forma superficial, o conteúdo presente nesse texto, tentando verificar pontos em comum em sua extensão. É nesse momento que levantam-se as primeiras hipóteses sobre o fenômeno a ser estudado. A exploração inicial do material consiste na seleção e classificação dos dados. Nessa etapa, ocorre a elaboração das categorias que alicerçarão o restante da pesquisa. A última fase refere-se à exploração final dos materiais através das categorias anteriormente levantadas.

A escolha de como será a matriz para o levantamento dos dados deve ser sistematizada por cada autor, dependendo das individualidades de cada pesquisa e objetivo que se busca alcançar. Para essa abordagem, serão levantadas as diferentes vezes que esses indivíduos aparecem nos livros didáticos e de que forma isso ocorre. Depois, será observado com qual frequência isso ocorre e em quantas obras eles aparecem da mesma forma.

Acreditando que não basta simplesmente os negros serem incluídos nos livros didáticos, mas sim de que forma isso ocorre, essas aparições serão separadas em categorias, sendo elas reivindicação, destaque, papel coadjuvante, trabalho e

opressão. As categorias acima foram adaptadas da análise já realizada anteriormente com negros nos livros didáticos no ano de 2017 das 10 coleções mais distribuídas no Brasil pelo PNLD 2015¹⁴.

Após separar as aparições, foi verificado o que predomina em cada um dos materiais e o que mais é mencionado na totalidade dos livros. Um outro ponto interessante a se levantar é verificar a forma como os negros aparecem, se os conteúdos fazem parte dos textos principais ou se apenas foram acrescentados nos chamados *box* como itens especiais, adicionados ao texto já existente, o que pode significar que esses textos foram incluídos posteriormente pelos autores para enquadrarem seus materiais nos critérios de avaliação do MEC e que geralmente são deixados de lado pelos professores, fazendo com que o conteúdo existente ali não seja estudado pelos alunos. Para isso, pretende-se verificar de que forma as menções mais aparecem em cada livro e no conjunto total das obras analisadas.

Também será utilizada a análise quantitativa por área ocupada pelo tema dentro da área total de texto e imagem dos livros didáticos. A análise consiste em medir a página do livro, mais especificamente o comprimento e largura, tendo como unidade de medida centímetros quadrados. Após mensurar esses valores, eles serão multiplicados para obter o valor da área de uma página em centímetros quadrado. Posteriormente, será verificado o número total de páginas e multiplicado pela área de uma página para obter o valor total da área do livro didático. Em seguida, será feita a leitura do livro em si e cada uma das partes que tiverem alguma menção aos negros serão medidas em seu comprimento e largura, o que gerará o valor por área por trecho. As áreas obtidas em cada um dos trechos serão somadas e isso compreenderá a área total em que os negros aparecem no livro didático em questão. Para saber qual espaço os negros ocupam na totalidade dos livros, os valores obtidos serão transformados em porcentagens. Por fim, será feita uma comparação entre todos os livros utilizados como fonte.

Reconhecendo a importância para os jovens negros de sentirem-se representados pela história e identificarem-se com as imagens presentes nos livros, pretende-se analisar de que forma, em que quantidade e com que relevância essas

¹⁴ Na pesquisa realizada no ano de 2017 referente ao PNLD 2015, as categorias encontradas após a pré-análise foram: trabalho, opressão, reivindicação, rebeldia e cultura. Apesar da pesquisa atual ser baseada na anterior, as categorias foram adaptadas conforme se deu as aparições nos livros do PNLD 2018 que serviram com objeto de análise para a elaboração dessa dissertação

imagens trazem esses indivíduos representados. Elas não serão analisadas como fator isolado, pois serão levados em consideração os textos introdutórios as legendas e se elas possuem veiculação direta com o tema que está sendo abordado.

Para a análise quantitativa de imagens serão consideradas as totalidades de imagens existentes nesses livros didáticos. Dentro dessa totalidade, serão verificadas quantas representam pessoas e dentre essas quantas representam pessoas negras. Depois, esses valores de figuras referente aos negros serão transformados em porcentual do total de figuras que representam pessoas, para entendê-los como parte da totalidade e contrapô-los ao total de imagem que trazem os brancos representados.

Ainda, serão verificadas de que forma as imagens que representam os negros os fazem, classificando-as em situações afirmativas e situações de inferioridade. Serão consideradas como situações de inferioridade imagens que tragam os negros em situações de desigualdade aos brancos, em situações sociais submissas- como em situações de miséria, morando nas ruas, em favelas e em situações que remetam ao período escravocrata- e como situações afirmativas, serão consideradas as imagens que os negros aparecem em igualdade aos brancos, ocupando posição de destaque na sociedade e lutando por seus direitos.

Finalmente, com a união de todas as formas de análise realizadas, poderá ser compreendido de que forma os negros são representados nos livros em sua integralidade, tanto nos textos quanto nas imagens, bem como de forma subjetiva e objetiva. Além disso, será possível saber o que predomina ao longo das coleções e em quais delas os negros estão mais presentes. Com a união dessas análises será possível identificar de que maneira e com qual intensidade as políticas públicas que envolvem as avaliações dos livros didáticos estão presentes nesses materiais.

CAPÍTULO 2 OS LIVROS DIDÁTICOS E A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO PERÍODO REPUBLICANO

No capítulo anterior, buscamos entender como se desenharam os estudos voltados aos negros nos livros didáticos do cenário atual, quais são os principais pontos convergentes e divergentes, o que é mais pesquisado e quais as demandas que novas pesquisas precisam responder.

Além disso, trouxemos uma breve discussão sobre a trajetória dos livros didáticos no Brasil e a importância das políticas públicas para este, dando enfoque ao PNLD, seu alcance e suas limitações.

Após refletirmos sobre esses aspectos, cabe-nos analisar os livros levando em consideração os aspectos menos visados nas pesquisas anteriores. Por isso, no presente capítulo os livros didáticos serão analisados de forma a mesclar análises qualitativas e quantitativas, refletindo sobre como os negros são representados no período pós-abolição.

Em um primeiro momento, para conhecer os livros será dada uma breve introdução sobre cada um deles e seus autores: como o livro se organiza, a quanto tempo encontram-se no mercado, formação acadêmica do autor, dados de produção, entre outros aspectos.

Em seguida, partiremos para as análises: primeiramente para as que apontam para o aspecto quantitativo, posteriormente análise qualitativa e por último para as análises de imagens.

2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2018

2.1.1 História Sociedade e Cidadania

Figura 1 - Capa dos Livros pertencentes a coleção “História Sociedade e Cidadania”, PNLD 2018



Fonte: ENSINO RELACIONADO. Livro História e Cidadania. **Ensino Relacionado**, 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://ensinorelacionado.blogspot.com/2019/05/livro-historia-sociedade-e-cidadania-2.html>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

Esse livro foi escrito por Alfredo Boulos Junior que é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), voltando seu doutorado justamente para questões que envolvem os africanos e afrodescendentes nos livros didáticos. O autor possui experiência no ensino tanto em rede pública quanto privada, possui anos no mercado dos livros didáticos.

A editora responsável por esse livro é a FTD, editora que está presente no mercado editorial há 110 anos. Ela surgiu na França e foi se espalhando pelo mundo todo através do trabalho dos irmãos maristas. Os livros deles chegaram ao Brasil juntamente com esse grupo e em 1902 foi publicado o primeiro livro didático dessa editora em nosso país.¹⁵

O livro desenvolvido para o PNLD de 2018 figura entre as treze coleções aprovadas por esse programa, contando com os seguintes números:

¹⁵ Informações retiradas do site da editora FTD, disponível em: <https://ftd.com.br/sobre-a-ftd/>.

Tabela 2 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Sociedade e Cidadania- PNLD 2018

Livro	Número de exemplares	Valor por unidade (R\$)	Valor total (R\$)
1ª série- aluno	714.214	8,90	6.356.504,60
1ª série- professor	9.969	11,71	116.736,99
2ª série- aluno	568.812	8,90	5.062.426,80
3ª série- aluno	511.331	8,90	4.550.845,90
3ª série- professor	7.924	11,71	92.790,04
Total	1.820.725	Total	16.278.547,00

Fonte: FNDE, PNLD (2018).

Nota: Organizada pela autora.

Partindo para o exemplar que nos interessa para essa análise, esse material está dividido em quatro unidades, sendo que nelas encontram-se mesclados capítulos que se referem à História do Brasil e História do Mundo. Elas subdividem-se em capítulos, que totalizam treze capítulos, desses cinco retratam a História do Brasil e sete a História do restante do mundo.

Esse livro retrata os fatos históricos de forma cronológica e dentro destes, estão contidos os assuntos que englobam a economia, sociedade e dá destaque especial no que se refere à cultura.

2.1.2 História Passado e Presente

Figura 2 - Capa do Livro “História Passado e Presente”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018



Fonte: E-DOCENTE. Editora Ática, Scipione e Saraiva. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/pnld/2018/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

Esse livro didático foi escrito por Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Gislane é mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora universitária e possui experiência nas redes públicas e privadas do ensino regular. Além de ser autora desse livro, é coautora da Coleção Teláris, que são livros didáticos destinados aos anos finais do Ensino Fundamental.

Reinaldo Seriacopi é bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Apesar de não ter formação na área de História, é editor dos livros dessa área. Assim como Gislane, também é coautor da coleção Teláris.

O presente livro foi editado pela Editora Ática. Essa editora foi criada no ano de 1965 por dois irmãos que instituíram um curso para a educação de jovens e adultos e como precisavam de materiais, imprimiram as primeiras apostilas. No ano seguinte já contavam com mais de 20 livros no mercado.¹⁶

Os números alcançados por esse material didático no PNLD 2018 estão presentes no gráfico a seguir:

¹⁶ Informações retiradas do site da editora Ática. Disponível em: <https://www.aticascipione.com.br/quem-somos/>.

Tabela 3 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Passado e Presente- PNLD 2018

Livro	Número de exemplares	Valor por unidade (R\$)	Valor total (R\$)
1ª série- aluno	220.893	8,01	1.769.352,93
1ª série- professor	3.086	11,12	34.316,32
2ª série- aluno	173.816	8,45	1.468.745,20
2ª série- professor	2.588	11,12	28.778,56
3ª série- aluno	158.408	8,45	1.338.547,60
3ª série- professor	2.430	11,12	27.021,60
Total	561.221	Total	4.666.762,00

Fonte: FNDE, PNLD (2018).

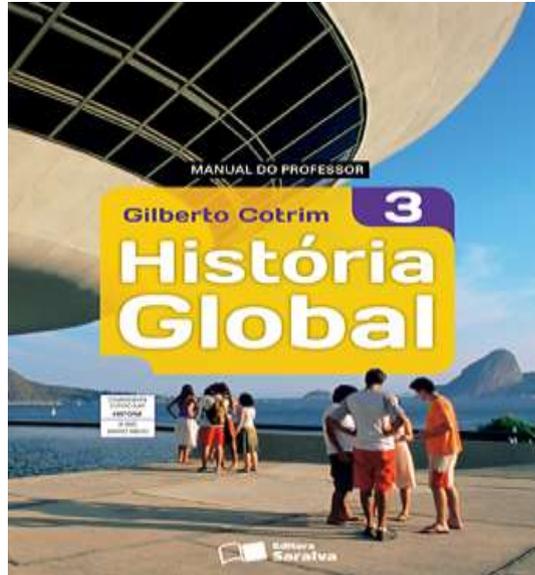
Nota: organizada pela autora.

O livro didático ao qual pautaremos nossa análise está dividido em 4 unidades que mesclam entre elas História do Brasil e do restante do mundo. Cada unidade se subdivide em capítulos. Ao todo, esse livro conta com 13 capítulos, sendo 4 destinados especificamente a História do Brasil.

Nesse material didático a organização dos assuntos abordados se dá de forma cronológica. O livro aborda aspectos econômicos, sociais e culturais. Os itens culturais geralmente são trabalhados com maior ênfase nos itens a parte.

2.1.3 História Global

Figura 3 - Capa do Livro “História Global”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018



Fonte: E-DOCENTE. Editora Ática, Scipione e Saraiva. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/pnld/2018/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Os livros didáticos dessa coleção foram escritos por Gilberto Cotrim. Esse autor é bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP-SP) e mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie. É professor da rede particular de ensino e possui vasta experiência na elaboração de materiais didáticos. Já foi presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livro Educativo.

A coleção aqui descrita foi editada pela Editora Saraiva que foi fundada em 1917 por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva. No início, os livros eram voltados a área do direito. A partir de 1990 essa editora passou a publicar materiais didáticos destinados à educação básica.

Os livros dessa coleção que figuraram entre os aprovados para a escolha dos professores alcançaram os seguintes números no PNLD- 2018:

Tabela 4 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História Global- PNLD 2018

Livro	Número de exemplares	Valor por unidade (R\$)	Valor total (R\$)
1ª série- aluno	451.895	8,05	3.637.754,75
1ª série- professor	6.185	10,74	66.426,90
2ª série- aluno	352.375	8,50	2.995.187,50
2ª série- professor	5.153	11,19	57.662,07
3ª série- aluno	315.642	8,50	2.682.957,00
3ª série- professor	4.788	10,74	51.423,12
Total	1.136.038	Total	9.491.411,34

Fonte: Página do FNDE, PNLD (2018).

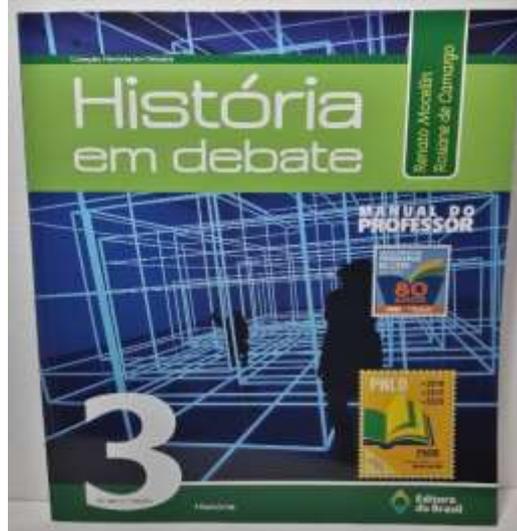
Nota: organizada pela autora.

O exemplar do terceiro ano analisado possui quatro unidades, sendo duas destinadas a História do mundo e duas a História do Brasil separadamente. As unidades se dividem em 15 capítulos, dentre esses, sete são destinados a História do Brasil especificamente.

Assim como os demais materiais já citados acima, esse livro está organizado de forma cronológica. A maior diferença deste para os outros livros didáticos é que ele separa a História do Brasil em unidades específicas a ela e o fato de dar maior ênfase aos aspectos políticos e econômicos, reservando menor espaço aos aspectos culturais.

2.1.4 História em debate

Figura 4 - Capa do Livro “História em debate”, 3º ano do Ensino Médio, PNLD 2018



Fonte: COMPARTILHAR ENSINO. Livro de História do 3º ano do Ensino Médio. Compartilhar Ensino, 6 de junho de 2019. Disponível em: <https://decompartilharensino.blogspot.com/2019/06/livro-de-historia-do-3-ano-ensino-medio.html>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Essa coleção tem como autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. Renato Mocellin é graduado em História, Direito e Estudos Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em educação por essa mesma instituição. É professor de curso preparatório para vestibular¹⁷.

Rosiane de Camargo é graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR e pós-graduada em História do Brasil pela Faculdade Bagozzi (PR). É professora da rede básica de ensino, atuando tanto na segunda etapa do ensino fundamental como no ensino médio.

A editora responsável por esse material é a Editora do Brasil. Essa editora foi criada em 1943 com o objetivo de fornecer materiais didáticos para educação brasileira. Na atualidade, possui materiais que englobam todos os segmentos da educação básica.¹⁸

¹⁷ Informações retiradas do site Escavador. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/839141/renato-mocellin>.

¹⁸ Informações retiradas do site da Editora do Brasil. Disponível em: <https://www.editoradobrasil.net.br/>.

Os números alcançados com a venda dessa coleção de livros didáticos estão presente na tabela abaixo:

Tabela 5 - Quantidade de livros vendidos e valores recebidos pela coleção História em Debate- PNLD 2018

Livro	Número de exemplares	Valor por unidade (R\$)	Valor total (R\$)
1ª série- aluno	63.693	13,56	863.677,08
1ª série- professor	918	18,08	16.597,44
2ª série- aluno	49.961	14,31	714.941,91
2ª série- professor	754	18,83	14.197,82
3ª série- aluno	44.710	14,31	639.800,10
3ª série- professor	714	18,83	13.444,62
Total	160.750	Total	2.262.658,97

Fonte: Página do FNDE, PNLD (2018).

Nota: organizada pela autora.

O livro didático pertencente ao terceiro ano está dividido em 10 capítulos. Esses capítulos em sua maioria, mesclam a História do Brasil e História do mundo, com exceção de três capítulos, sendo um destinado especificamente ao continente africano e os outros dois ao Brasil (autoritarismo e redemocratização).

Diferentemente dos outros três livros aqui analisados, esse se organiza por meio de eixos temáticos como “direito à liberdade”, “cultura informação e poder”, entre outros. Dentro dos temas, os assuntos continuam a ser organizados em ordem cronológica.

2.2 ANÁLISE POR ÁREA

Com essa análise procuramos entender qual é o espaço ocupado pelos negros no Brasil durante a República. Para isso, foi medido uma página dos livros em comprimento e largura e em seguida, esses valores foram multiplicados para assim estabelecermos o valor da área de cada página do livro em centímetros quadrados. Porém, como trabalharemos com um grande número de páginas, visto que cada livro conta com aproximadamente 250 páginas, esse valor foi convertido para metros quadrados.

Como o interesse para essa pesquisa são somente os trechos referentes a História do Brasil, não há como considerarmos os capítulos que tratam de outros

assuntos. Por esse motivo, fizemos o levantamento de quantas páginas há em cada item dos livros e separamos entre as que trazem itens introdutórios ou conclusivos como aberturas de unidades, fechamentos de capítulos e referências, as que se referem a História Mundial e as que retratam especificamente a História do Brasil¹⁹. Os valores encontrados estão disponíveis na tabela abaixo:

Tabela 6 - Espaço ocupado pela História do Brasil nos livros didáticos de História- PNLD 2018

Livro	Número de Páginas	Área (M²)	Valor em %
História, Sociedade e cidadania	113	637,04	39,24
História Passado e Presente	85	479,19	29,51
História Global	128	721,6	44,44
História em Debate	109	614,49	37,85

Fonte: A autora.

Com base na tabela acima é possível perceber que a maior parte dos livros traz em sua extensão predominantemente conteúdos referentes a história do mundo, visto que em todos os livros analisados a porcentagem referente a História do Brasil é menor que 50% e apesar de não aparecerem nessa tabela, os valores referentes a História mundial ultrapassam 50% e os dos itens introdutórios não atingem 15% dos livros.

Apesar dos materiais didáticos trazerem o Brasil e sua História em menos de 50% de sua extensão, a diferença entre eles é um ponto a ser levado em consideração. O livro que contém um maior espaço destinado a História do Brasil é o *História Global*, de Gilberto Cotrim, que possui praticamente 15% a mais de espaço destinado a História nacional se comparado ao livro *História Passado e Presente*, o que apresenta esse item em menor extensão. O mesmo se dá com os textos que retratam o restante do mundo, pois estão presentes em maior quantidade no livro *História Passado e Presente*.

Retomando especificamente as análises, para levantar os trechos que contém os negros, foram lidos os capítulos que fazem menção a História do Brasil e cada

¹⁹ Os valores atribuídos a cada livro estão detalhados no final dessa dissertação no “APÊNDICE B- Divisão de cada livro”.

trecho em que os negros eram citados foram medidos em seu comprimento e largura e em seguida, esses valores multiplicados para se obter a área total daquele trecho. Por fim, foram somadas as áreas de todos os trechos em que os negros apareciam.

Dentro desses trechos, foram considerados tanto a parte escrita- seja itens presentes na totalidade do texto, propostas de atividades e pesquisas, poemas ou canções ou em itens apartados em sessões especiais- quanto a parte iconográfica. Para todos esses itens, a forma de medi-los foi a mesma. A ideia de mensurar a parte escrita juntamente com as imagens se deu justamente para poder verificar a representação dos negros na totalidade do livro e não somente dos textos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 7 - Espaço ocupado pelos negros na História do Brasil republicano nos livros didáticos de História- PNLD 2018

Livro	Área Total (m²)	Valor em %
História Sociedade e Cidadania	55,79	8,76%
História Passado e Presente	41,36	8,63%
História Global	41,62	5,77%
História em Debate	53,19	8,66%

Fonte: A autora.

Os resultados encontrados deixam evidentes que apesar da questão dos negros ser amparada pela lei 10.639/03 e os livros didáticos passarem por um processo de seleção no qual isso é um ponto fundamental da avaliação, esses materiais dedicam uma parte muito pequena para personagens históricos cuja significância na história do Brasil é muito maior.

Todos os livros apresentam menos de 10% da totalidade dos capítulos que retratam a História do Brasil ao longo do Período Republicano destinados aos negros. Ou seja, há um subdimensionamento no espaço destinado a representação dos negros na História brasileira.

O fato é que esse pequeno espaço reservado aos negros desses materiais faz com que os jovens deixem de conhecer a trajetória dos negros após a abolição e acabem reproduzindo inverdades ou estereótipos que circulam no senso comum. Ou

até mesmo que os jovens negros conheçam a História do seu povo e não se sintam representados no ambiente escolar.

Sabemos da enorme importância do livro didático no ambiente escolar, visto que muitas vezes esse acaba sendo o determinante do currículo, já que as condições das escolas e a realidade dos professores, como pouco tempo para preparo de aulas, carga horária de até 40 horas, trabalho excessivo em correções de provas e trabalhos, entre outros fatores, acabam impedindo que os docentes busquem alternativas para além dos livros didáticos.

2.3 ANÁLISE POR CATEGORIAS

Como já citado no primeiro capítulo, essa análise pauta-se na análise de conteúdo de Bardin (2011). Em um primeiro momento foi feita uma leitura geral das obras apenas para identificar onde havia menções aos negros. Posteriormente, esses materiais didáticos foram relidos e essas menções foram agrupadas em categorias semelhantes. As categorias que estabelecemos através do que encontramos nas obras foram: reivindicação, destaque, papel coadjuvante, trabalho e opressão.

Na categoria de reivindicação estão contidas as menções que trazem os negros em posição de luta por algum direito ou participação efetiva em algum movimento específico. Nessa categoria, esses indivíduos mostram-se como protagonistas em diversas causas, sendo elas lutas por questões raciais ou não.

Um exemplo disso ocorre no livro didático História Passado e Presente, no capítulo em que é retratada a Primeira República no Brasil. Essa menção se dá quando é trabalhada a discriminação étnica sofrida pelos afrodescendentes após o fim da escravidão e as teorias raciais utilizadas como subsídios para isso. Em contraponto, esse material aponta a imprensa negra como uma das alternativas para reagir ao preconceito:

Os negros e os afrodescendentes reagiram a mais essa forma de discriminação étnica fundando jornais que, entre outras atividades, procuravam valorizar o negro, reforçar os laços de identidade étnica, contribuir para a autovalorização das características físicas e culturais dos afrodescendentes, de maneira que eles se sentissem seguros para reivindicar seus direitos de cidadãos. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p. 52)

Já na categoria de destaque foram agrupadas as menções que apresentam os negros ocupando um papel de destaque na sociedade, seja como ator, cantor, jogador

de futebol, entre outros. Diferentemente da categoria anterior, essas pessoas são somente citadas por seus trabalhos, mas não aparecem reivindicando algo.

Isso acontece, por exemplo, no livro *História em Debate* no capítulo em que está sendo abordada a cultura durante a Ditadura Civil-Militar, mais especificamente o tropicalismo. O livro cita as diversas áreas que esse movimento cultural abrangeu e a mudança social que ele ocasionou e os artistas que fizeram parte dele, entre eles Gilberto Gil.

O Tropicalismo teve maior visibilidade na música, sobretudo com Caetano Veloso, Tom Zé, Gilberto Gil, Gal Costa, Torquato Neto, o grupo Os Mutantes (Rita Lee, Arnaldo Baptista e Sérgio Dias) e o maestro Rogério Duprat, mas também influenciou os representantes do Cinema Novo, como Glauber Rocha. No teatro, apareceram peças anárquicas de José Celso Martinez Corrêa e as montagens do grupo do Teatro Oficina. Na poesia, destacaram-se nomes como Augusto de Campos e Décio Pignatari. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 249).

Como coadjuvante foram agrupados os trechos que trazem pessoas negras, mas apenas como coadjuvante, ou seja, sem muita relevância no acontecimento que está sendo abordado pelo livro didático. Geralmente, essas pessoas estão junto de algum outro personagem branco que ganha o respectivo destaque.

Os trechos agrupados como trabalho, como o próprio nome já diz, retratam os negros exercendo algum tipo de serviço na sociedade. Aqui se engloba qualquer profissão. Ela diferencia-se da categoria de destaque pelo fato de que nela só são consideradas pessoas que ocupam papéis sociais midiáticos, ou seja, são reconhecidos por grande parte da população.

Por fim, a categoria de opressão diz respeito às menções que trazem os negros em situações de desvantagem ou que remetam a escravidão e inferioridade. Isso acontece quando são citados como moradores de favelas e em condições de pobreza extrema, como vítimas de preconceito racial ou atos violentos, como moradores de rua ou como autor de alguma espécie de crime.

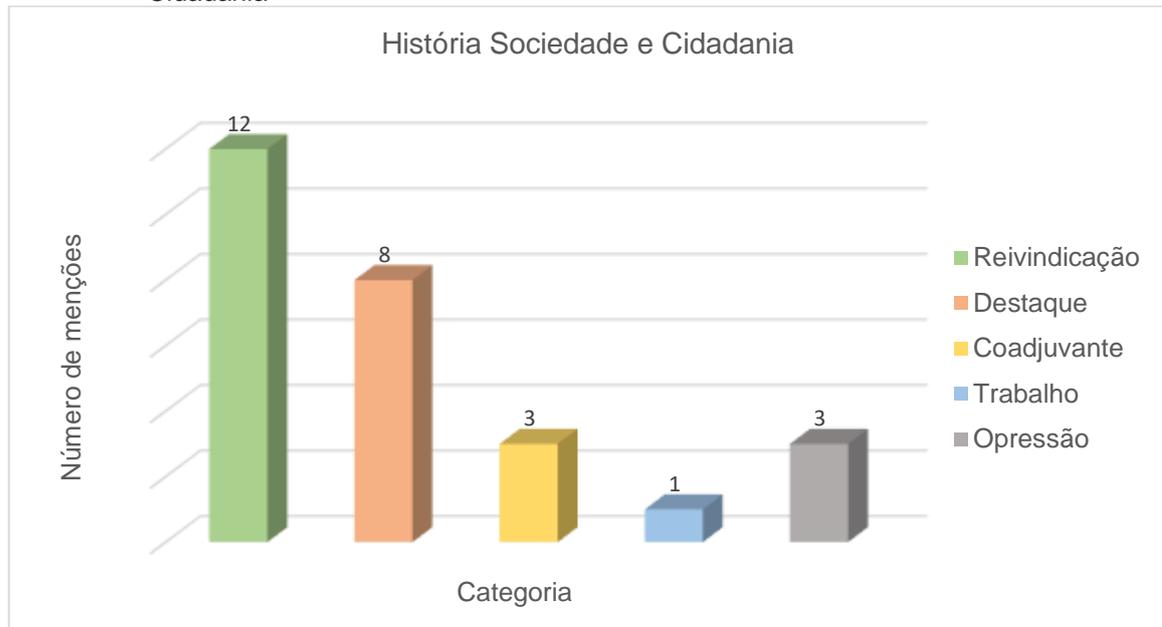
Apesar dessa análise focar na parte textual das obras, as imagens não foram desconsideradas nessa etapa. Durante a leitura, separamos as imagens que traziam os negros representados, visto que a maior parte delas contava com legenda explicativa. Portanto, mesmo que não fosse citado que algum indivíduo daquela imagem era negro, essas legendas foram contabilizadas, pois a explicação refere-se ao que está sendo apresentado na imagem.

Optamos também por analisar cada um dos livros de forma separada para assim poder dar maior ênfase a cada um desses materiais e a forma como trazem os negros representados e posteriormente, traçar um comparativo entre eles.

Cada livro didático teve a contagem de quantas menções em toda sua extensão era referente aos negros. Desse total, foram contabilizadas quantas menções se encaixavam em cada categoria anteriormente citada.

Partindo para as análises, o livro História Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior possui 27 menções aos negros nos capítulos que retratam a História do Brasil no período republicano. Essas menções dividem-se nas categorias da seguinte forma:

Gráfico 6 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Sociedade e Cidadania



Fonte: A autora.

Observando o gráfico acima fica evidente que a forma como os negros são representados nesse material em mais da metade das menções são em categorias que os trazem lutando por alguma causa específica ou ocupando lugares importantes na sociedade. As categorias de reivindicação e destaque contabilizam juntas 20 menções.

O fato de a categoria de reivindicação ter maior incidência é bastante relevante, pois nela os indivíduos negros aparecem como protagonistas de suas próprias lutas. Nesse livro didático, todos os itens da categoria de reivindicação possuem relação

com as lutas por igualdade racial. São citados durante a Revolta da Chibata, o teatro experimental do negro (TEN), as lutas pelo fim da ditadura civil-militar, integrando o movimento negro unificado (MNU) e até mesmo em fatos mais recentes como na luta pela elaboração da constituição de 1988.

Um exemplo disso dá-se quando o autor discorre sobre a Revolta da Chibata. Desde o começo ele faz questão de enfatizar a grande participação dos afrodescendentes nesse movimento e dá grande espaço a trajetória de vida de João Cândido, como podemos ver abaixo:

Outra rebelião importante para compreender a história da Primeira República começou no mar e foi liderada por marinheiros, entre os quais havia um grande número de afrodescendentes [...] em 16 de novembro de 1910, durante uma viagem com destino ao Rio de Janeiro, o marinheiro negro Marcelino Rodrigues Meneses foi condenado a 250 chibatadas, embora o regulamento previsse no máximo 25. (BOULOS JÚNIOR, 2017, p. 67-68).

O mesmo ocorre em outros momentos como quando é citado que somente graças à pressão dos diversos movimentos sociais, entre eles o movimento negro, é que a constituição trouxe alguns fatores como tornar o racismo crime inafiançável e o direito de propriedade aos remanescentes das comunidades quilombolas que ocupavam a área.

Outra categoria com muitas menções e que é bastante positiva são as que os negros aparecem como figuras de destaque na sociedade. Isso ocorre quando o autor dedica uma página toda aos feitos do jogador Garrincha durante a Copa do Mundo de 1962, quando enfatiza a importância do jogador Pelé na Copa do Mundo de 1970, quando mostra a importância do Mestre Bimba para a legalização da capoeira, ou em um item a parte sobre Lima Barreto, quando na imagem deste há a seguinte legenda:

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922); afrodescendente e de origem pobre, esse escritor carioca produziu uma obra original, que desvela por meio de uma linguagem objetiva e coloquial os preconceitos e os desmandos vigentes no Rio de Janeiro da Primeira República. (BOULOS JÚNIOR, 2017 p. 75)

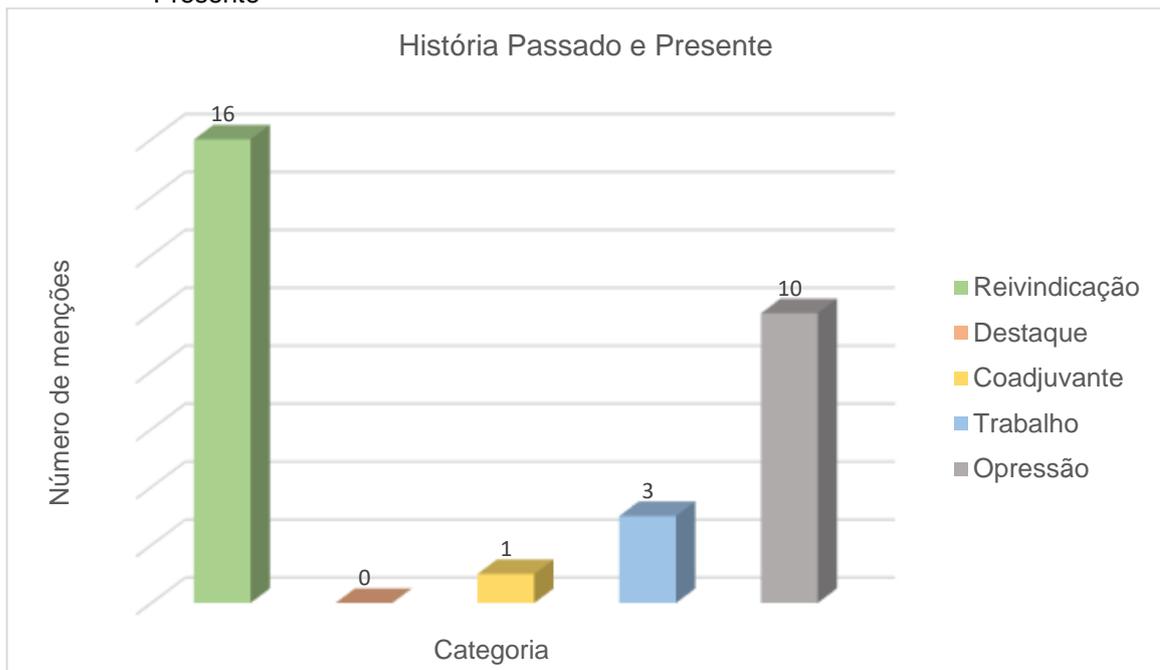
Porém, em alguns casos, não é citado que se trata de personalidades negras como é o caso de quando é mencionado a participação de Milton Nascimento e Gilberto Gil juntamente com outros artistas da passeata dos 100 mil. Como não há imagens, para quem não conhece esses indivíduos é impossível identificá-los como negros.

A única citação à categoria de trabalho acontece em uma imagem e sua legenda, na qual aparece um pracinha negro da Força Expedicionária Brasileira (FEB) se despedindo do seu filho antes de partir para a Segunda Guerra Mundial. O fato dele ser negro não é citado na legenda. Essa imagem foi classificada como trabalho, por não se encaixar em nenhuma das demais categorias e por acreditar que o serviço militar pode ser considerado como uma espécie de trabalho.

A categoria de opressão, a única que pode ser considerada como uma representação negativa, aparece poucas vezes entre os trechos que fazem menção aos negros. A primeira citação aparece quando está sendo trabalhado a modernização do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Nesse texto, o autor enfatiza o processo de formação das favelas e as péssimas condições de vida nessas e em uma imagem do Morro do Pinto, na legenda é mencionado que a maior parte dos habitantes desse local é formada por afrodescendentes.

O livro História Passado e Presente, escrito por Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi faz ao todo 30 menções aos negros nos capítulos que retratam a História do Brasil ao longo do Período Republicano. Essas menções distribuem-se entre as categorias da seguinte maneira:

Gráfico 7 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Passado e Presente



Fonte: A autora.

Com o gráfico acima é possível perceber que a categoria com mais menções é a de reivindicação. Mais da metade de todas as vezes em que os negros são citados nesse livro são nessa categoria. O que é bastante positivo, já que nela esses indivíduos são representados buscando melhores condições de vida e reivindicando seus direitos.

Assim como no livro anterior, a maior parte das menções nessa categoria tem relação com as reivindicações envolvendo questões raciais, como por exemplo, a citação que apresenta a imprensa negra como uma importante forma de resistência e posicionamento desses indivíduos e em um exercício que faz com que os estudantes reflitam sobre a sua importância (AZEVEDO; SEPIACOPI, 2017, p. 52-54).

Também, há uma grande incidência de atividades que propõem a reflexão sobre o movimento negro e suas lutas, como é o caso da atividade presente no item “interpretando documentos e imagens” da página 187 desse material. Nesse exercício, o enunciado traz uma breve introdução sobre a trajetória do TEN e estimula os alunos a refletirem sobre a importância deste para os negros e sugere que os mesmos pesquisem sobre as lutas do movimento negro na atualidade.

Um ponto negativo desse material é que a segunda categoria mais citada é a de opressão. Dentre as trinta menções existente nesse livro didático, dez apresentam os negros dessa forma. As menções retratam esses indivíduos sofrendo preconceito e com desvantagem em relação aos brancos desde o início da República até a atualidade.

Esse tipo de menção está presente em todos os capítulos, mas no que ela mais aparece é no capítulo que retrata o Brasil no início da República. Nesse capítulo é bastante citada a política de branqueamento e a desvalorização dos negros pela sociedade. Além disso, há uma imagem em que aparecem crianças negras em condições precárias de vida no interior do Brasil. Esse livro conta com um resumo em forma de esquema no final de cada capítulo e no resumo deste os negros aparecem como discriminados na sociedade do Brasil da passagem do século XIX para o século XX.

Apesar de não ser o capítulo que essa categoria mais aparece, é importante destacar o grande número de citações no capítulo denominado “Desafios para um Brasil democrático”. Esse capítulo retrata o Brasil após a redemocratização até a atualidade. As menções de opressão aos negros acontecem quando são colocados em pauta os problemas enfrentados nos dias de hoje como a maior dificuldade dessa

população em arrumar empregos, o menor acesso à educação e saúde e a violência sofrida por jovens negros pelos policiais.

A categoria que menciona negros em posição de destaque não teve nenhuma citação nesse livro, o que significa que não foi destinado espaço aos negros que ocupam ou ocuparam uma posição social importante e são reconhecidos pela maior parte da população. O mesmo não acontece com indivíduos brancos que aparecem em todos os capítulos destinados ao Brasil. Isso é um fato preocupante, já que pode transmitir a falsa sensação de que somente pessoas brancas foram importantes para a História brasileira.

Como coadjuvantes, os negros aparecem apenas uma vez em um item a parte denominado “Os anos dourados”. Nesse item é citado o filme “O pagador de promessas” e na legenda da imagem, é dado destaque ao ator principal- Leonardo Vilar- e as mulheres negras que representam as baianas sequer são citadas na legenda:

Figura 5 - Cena do filme “O pagador de promessas”

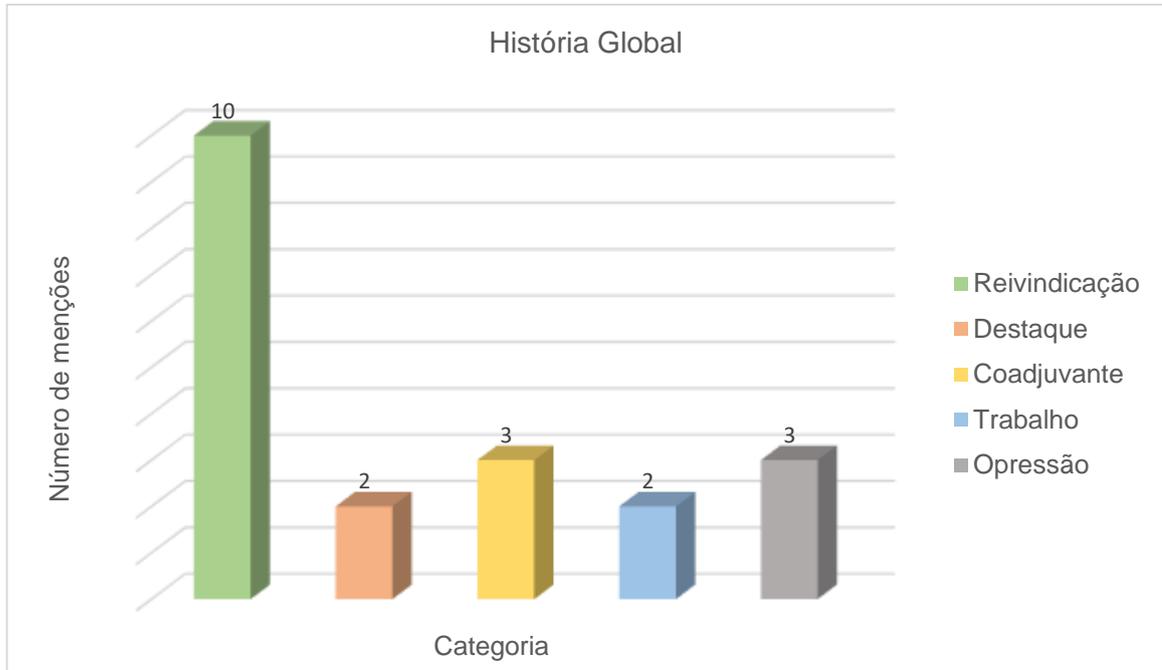


Fonte: AZEVEDO, G; SERIACOPI, R. **História Passado e Presente**: do século XX aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2017.

Na categoria de trabalho, duas das citações acontecem quando são abordadas as péssimas condições de trabalho no início da industrialização no Brasil. A última menção assim como no livro anterior, acontece na mesma imagem já colocada nesse trabalho em que aparece um pracinha negro se despedindo de seu filho antes de partir para a Segunda Guerra Mundial.

O livro pertencente a coleção História Global, de Gilberto Cotrim faz ao todo 20 menções aos negros ao longo do Período Republicano no Brasil. Essas menções subdividem-se nas categorias abordadas anteriormente da seguinte maneira:

Gráfico 8 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático História Global



Fonte: A autora.

A categoria que mais aparece nesse livro didático é a de reivindicação, ocupando exatamente a metade das menções deste livro. Ou seja, as demais citações ocorrem com menor frequência. Como já relatado anteriormente, é importante que os negros sejam vistos como protagonistas de suas lutas.

A maior parte das citações que trazem os negros reivindicando seus direitos se dá ao longo da Primeira República. Em todas elas fica claro a luta desses indivíduos para estabelecer-se na sociedade após o fim da escravidão e na nova realidade que a República recém-estabelecida trazia. Isso acontece, por exemplo, quando o livro trabalha a Revolta da Chibata e a luta dos marinheiros negros. Eles dão ênfase ao fato de os castigos aplicados remeterem a escravidão, mas principalmente a figura de João Cândido- o almirante negro- e os demais marinheiros como protagonistas desse movimento e ao fim do castigo por chibatadas, como podemos ver na citação abaixo:

Sob a mira dos canhões e após alguns disparos, o governo respondeu, depois de quatro dias de muita tensão, que atenderia a todas as exigências dos marujos. Rapidamente, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto

que punha fim às chibatadas e anistiava os revoltosos, já que o motim, no direito militar, é considerado um crime contra a disciplina. (COTRIM, 2016, p. 112).

As duas categorias que possuem o mesmo número de menções e que dão uma conotação mais negativa para a forma como os negros aparecem são a coadjuvante e opressão. Duas das três vezes em que os negros aparecem como coadjuvantes se dá por meio de imagens. Uma delas traz Getúlio Vargas em uma visita a um orfanato no qual encontram-se crianças negras como coadjuvantes. A outra aparece logo na abertura do primeiro capítulo referente ao Brasil através de uma pintura feita em 1889 de autoria desconhecida. Nela, é retratada o início da República por meio de alguns líderes republicanos como Deodoro da Fonseca recebendo a bandeira republicana e bem ao canto da imagem, aparecem duas mulheres negras como podemos ver a seguir:

Figura 6 - Pintura “Alegoria à Proclamação da República e à partida da família imperial”



Fonte: COTRIM, G. **História Global**: 3º ano- ensino médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

A outra menção que coloca os negros como coadjuvantes acontece quando é citado a criação do Estatuto da igualdade racial, que garantiu melhores condições de vida para essa população. Porém, em nenhum momento é citada a luta da população negra para que conseguissem adquirir esse direito. A impressão que fica é de que essa população recebeu isso de outros sem o menor esforço. Como se fossem agraciados por alguém.

Assim como na categoria anterior, duas das três menções acontecem no período inicial da República. Uma dessas menções ocorre em um item a parte que se refere aos excluídos da Primeira República. Nesse item, o autor utiliza trechos de um

texto das historiadoras Margarida de Souza Neves e Alda Heizer que se refere as reformas que ocorreram no Rio de Janeiro e intensificaram as desigualdades sociais, dentre elas, os ex-escravizados que continuaram a ser excluídos (COTRIM, 2016). A outra menção se dá quando é retratado Gregório Fortunato como mandante do atentado da Rua Tonelero.

Tanto a categoria de destaque quanto a de trabalho receberam duas menções cada nesse material didático. As duas citações que foram classificadas como destaque relacionam-se com imagens. Uma delas se encontra em um item a parte denominado “Em destaque” e é retratada a trajetória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. Para isso, fazem uso do texto do cardeal e arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Esse texto dá destaque ao gol feito por Carlos Alberto Torres, negro que era capitão da seleção brasileira. Ao lado do texto há uma imagem deste em destaque e levantando a taça da Copa, como podemos ver abaixo:

Figura 7 - Carlos Alberto Torres levantando a taça da copa do mundo de 1970



Fonte: COTRIM, G. **História Global**: 3º ano- ensino médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

A categoria de trabalho conta com dois quadros que representam os negros trabalhando. Ambos se situam no início da Primeira República. Um deles é o quadro “Operários” de Tarsila do Amaral. Essa obra representa trabalhadores de diversas etnias, inclusive os negros. O outro quadro faz parte do acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo e não possui data nem autoria definida. Ele retrata dois trabalhadores negros carregando sacas de café no Porto de Santos:

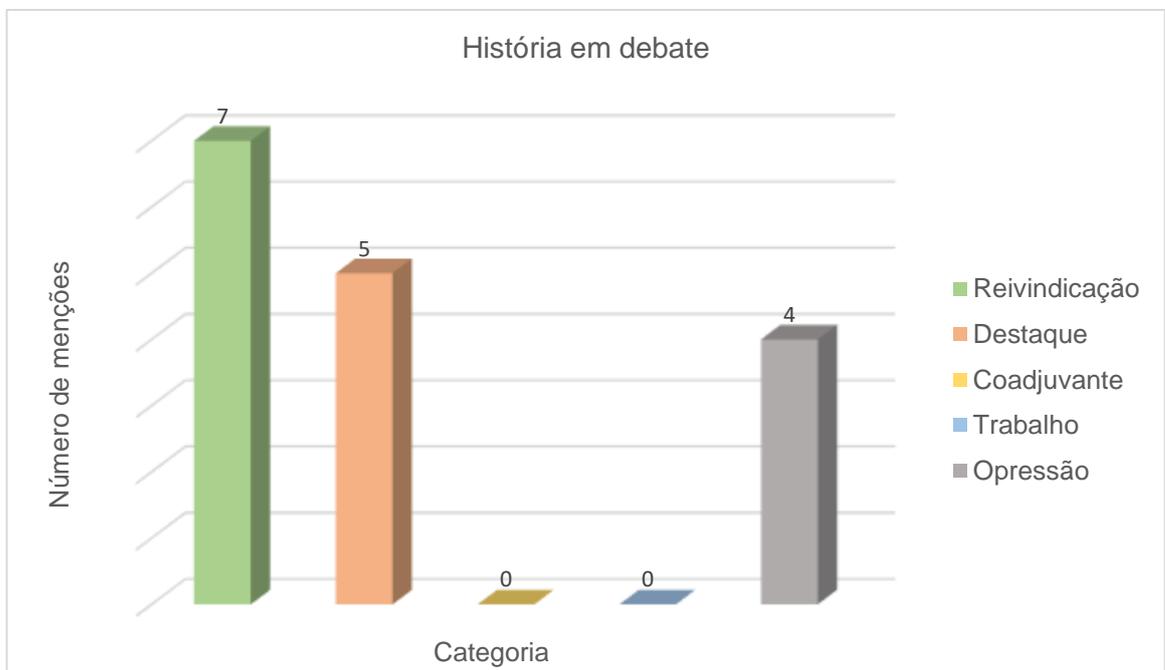
Figura 8 - Trabalhadores carregando as sacas de café



Fonte: COTRIM, G. **História Global**: 3º ano- ensino médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Por fim, o livro *História em debate* faz dezesseis menções aos negros em todo o espaço destinado ao Brasil durante a República. Essas menções se subdividem nas categorias já citadas aqui da seguinte maneira:

Gráfico 9 - Número de menções por categoria dos negros no livro didático *História em Debate*



Fonte: A autora.

Analisando o gráfico acima podemos perceber que há duas categorias que não receberam nenhuma citação nesse material, são elas coadjuvante e trabalho. O fato de não ter nenhuma menção aos negros como coadjuvantes é um fato positivo, já que essa categoria agrupa as aparições que trazem essas pessoas em segundo plano, na qual na maior parte das vezes, servem como pano de fundo para uma narrativa que traz um personagem branco como protagonista. O que nos mostra que todas as vezes em que os negros apareceram nesse livro eles ocuparam um lugar de relevância na narrativa.

Além disso, um outro ponto bastante positivo desse material é que as categorias de reivindicação e destaque são as que estão em maior presença nesse livro didático. Essas duas categorias juntas englobam dois terços das citações aos negros. Isso faz com que a maior parte das vezes em que os negros são citados ou eles estão lutando por seus direitos ou estão ocupando lugar de destaque na sociedade.

Praticamente todas as menções aos negros em situação de reivindicação se dão quando é retratada a Ditadura Civil-Militar no Brasil. As imagens os trazem lutando pela liberdade de expressão juntamente com indivíduos brancos ou pelo direito ao voto no movimento “Diretas já”.

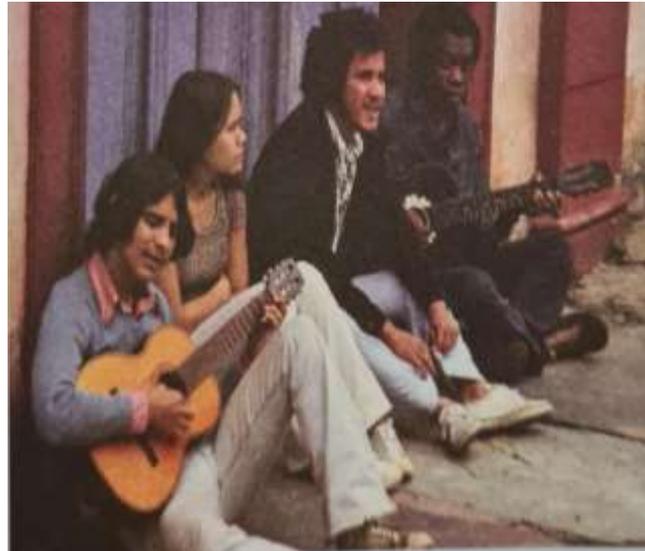
Já no caso dos textos, na maior parte das vezes são citados artistas negros que se opuseram à ditadura como Gilberto Gil, Zé Ketí e João do Vale, mas em nenhum momento pontua o fato deles serem negros, o que faz com que a maior parte dos alunos não os identifique como tal, por não os conhecerem e não saibam da participação dos negros nesse momento importante da História do Brasil. Isso fica evidente no trecho abaixo, no qual o nome de Gilberto Gil é citado dentre outros artistas:

No campo cultural foi um período de grande efervescência. Mesmo em tempo de censura às produções artísticas e aos meios de comunicação, as ações de repúdio ao regime eram constantes. [...] Na música, campo de maior expressão do Tropicalismo, explodiam os grandes festivais, nos quais nomes como Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé e tantos outros faziam sucesso com canções de protesto. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 114).

Diferentemente disso, o item a parte denominado “Um movimento musical de jovens na ditadura”, no qual é retratada a trajetória de artistas que lutaram contra a ditadura, dando destaque ao clube da esquina e especialmente a Milton Nascimento,

traz duas imagens deste integradas ao texto, o que faz com que seja possível que os estudantes identifiquem esse artista como negro, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 9 - Clube da esquina



Fonte: MOCELLIN, R.; R. CAMARGO. **História em debate**: 3º ano- ensino médio. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. p. 168.

Assim como na categoria de reivindicação, a categoria de destaque tem a maior parte de suas menções no período da Ditadura Civil-Militar. E da mesma forma que a anterior, os artistas são simplesmente citados no texto sem imagens para ilustrar quem são. É o caso de Martinho da Vila, sambista que é mencionado como um dos artistas que foi favorecido com o abrandamento da censura.

Porém, há uma exceção a isso. Quando é trabalhado a Tropicália e a mudança trazida por ele na sociedade, na sequência tem uma imagem da capa do disco “Tropicália ou Panis et Circensis”, na qual Gilberto Gil é retratado juntamente com os demais artistas que tiveram suas canções nesse disco, como vemos abaixo:

Figura 10 - Capa do disco “Tropicália ou Panis et Circensis”



Fonte: MOCELLIN, R.; R. CAMARGO. **História em debate**: 3º ano- ensino médio. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. p. 168.

A terceira e última categoria que aparece nesse livro é a de opressão. A maior parte de menções dessa categoria acontecem quando são retratados problemas da atualidade na sociedade brasileira. Um exemplo disso se dá quando os autores retomam o conceito de escravidão, diferenciando a escravidão da antiguidade com a da modernidade e enfatizam o legado negativo deixado por ela:

Sem dúvida, a pior herança que a escravidão deixou para o Brasil foi o racismo, nem sempre explícito, o que levou alguns mais ufanistas a proclamar que, em nosso país, havia uma 'democracia racial'. O racismo esteve presente - e infelizmente ainda está - em nossas relações sociais. (MOCELLIN; CAMARGO, 2016, p. 275).

As demais citações se referem a uma atividade que busca fazer com que os estudantes reflitam sobre a situação dos negros na atualidade e em uma citação na parte que retrata a intolerância religiosa na atualidade, que apesar de não serem mais proibidas como antes da República, as religiões de cunho africano ainda não malvistas pela sociedade.

Com essa análise ficou perceptível que todos os livros didáticos trazem como categoria mais citada a de reivindicação. Isso é bastante positivo, já que geralmente os negros são associados à escravidão e a sujeitos que aceitaram de forma pacífica todas as situações de opressão impostas a eles. Portanto, trazer os negros reivindicando seus direitos faz com que essa ideia de pacificidade seja desconstruída.

Outro fato importante é que todos os livros trazem os negros em condições de opressão. Isso faz com que os alunos entendam que após o fim da escravidão os negros não passaram a ter as mesmas condições de vida que os brancos, mas que o preconceito racial continuou enraizado na cultura brasileira.

Trabalhar com os negros em situação de opressão se encaixa no que o Bodo von Borries (2018) denomina de “*burdening history*”, ou História difícil/traumática. Esse autor denomina como traumáticos assuntos sensíveis do passado que trazem sentimentos de vergonha, culpa e luto. São chamados de difícil justamente por fazerem refletir sobre acontecimentos pesados que geram dívida histórica com populações oprimidas, como é o caso do holocausto na Alemanha nazista ou da escravidão no Brasil.

Apesar de complexos, esses temas devem ser trabalhados, pois através deles, os estudantes podem refletir sobre como os grupos envolvidos nessa História difícil foram afetados com ela e perceber que a sociedade atual deve reparar os erros do passado. Portanto, é importante que os livros didáticos tragam os negros representados em situação de opressão.

Porém, é uma via de mão dupla, já que ao mesmo tempo que é importante que os negros sejam representados em situação de opressão, não é interessante que essa categoria seja a mais mencionada, pois se ela ganha maior espaço do que a de reivindicação, fica a falsa sensação de que os negros não lutaram contra o preconceito racial, o que não verdade. Seria interessante que os livros conseguissem equilibrar situações de reivindicação com opressão.

2.4 ANÁLISE DAS IMAGENS

Ao longo de todas as análises, as imagens foram levadas em consideração. Porém, pensando que seria interessante analisá-las individualmente e em seus pormenores, decidimos dedicar uma parte da análise somente a elas.

Para essa análise, foram quantificadas as imagens que faziam parte dos capítulos referentes a História do Brasil Republicano e representavam pessoas. Qualquer imagem que representasse apenas objetos foram excluídas da contagem. Após definir qual a totalidade de imagens que representam pessoas, foram verificadas em quantas delas aparecem pessoas negras e esse valor foi transformado em porcentagem.

Além de quantificar as imagens que representam pessoas negras, também foram verificadas as que eram indecifráveis, ou seja, não dava para determinar se as pessoas retratadas eram negras ou brancas, ou pertencentes as duas raças. Isso ocorre com imagens que retratam passeatas, protestos ou comícios nas quais há um grande número de pessoas e a fotografia foi registrada pensando em mostrar o grande número de participantes.

As imagens nas quais não é possível distinguir se os participantes são negros ou não foram subtraídas da quantidade total antes de ser realizado o cálculo do percentual de imagens que retratam os negros para se ter um resultado mais preciso.

Um ponto importante a ser levantado aqui é que algumas das imagens trazem negros e brancos representados juntos, por isso, se um livro didático possui apenas 40% das suas imagens representando pessoas negras, não quer dizer que os outros 60% representem pessoas brancas, pois a porcentagem de imagens que os retratam seria maior que 60%, já que há imagens que trazem as duas raças juntas.

Os resultados dessa análise estão presentes na tabela a seguir:

Tabela 8 - Quantidade de imagens referentes aos negros ao longo da república brasileira nos livros didáticos de História - PNLD 2018

Livros	Total de imagens	Indecifráveis	Imagens negros	Imagens negros (%)
História Sociedade e Cidadania	81	13	22	32,35%
História Passado e Presente	65	17	19	39,58%
História Global	57	12	13	28,89%
História em Debate	58	09	11	22,45%

Fonte: A autora.

Observando a tabela é possível perceber que em todos os livros os negros estão presentes em menos da metade das imagens, já que nenhum dos dois atingiu 40% dessa totalidade. Também vale destacar que o livro História Global traz uma porcentagem menor que os demais livros, já que a quantidade de imagem que tem os negros sendo representados malmente ultrapassam 20% do total de imagens que retratam pessoas. Pensando no grande número de negros existente no país e que foram protagonistas da História, fica nítido que há um grande esquecimento por parte

da equipe responsável pela inserção de imagens nos livros didáticos em acrescentar imagens nas quais estes apareçam como parte da História.

A partir dessa análise fica nítido que é dado pouco espaço às imagens que representam pessoas negras. Apesar de serem poucas, não basta apenas sabermos em qual quantidade elas estão presentes nos livros, mas de que forma elas aparecem. Pensando nisso, as imagens foram separadas em duas categorias: situações afirmativas e situações de inferioridade e foram contabilizadas o total que representa cada uma delas.

Como situações afirmativas consideramos qualquer imagem que traga os negros equiparados aos brancos quando representados juntos, ocupando papéis de destaque na sociedade seja como artista, atleta, escritor, entre outras funções, trabalhando, protestando contra algo e fazendo parte de algum movimento específico, seja ele envolvendo causas raciais ou não.

Foram consideradas como situações de inferioridade as imagens que representam os negros em situação de desigualdade se comparados aos brancos. Também foram consideradas como situações de inferioridade imagens que tragam situações que façam referência à escravidão, que esses indivíduos apareçam em condição de extrema pobreza e de péssima qualidade de vida, como prisioneiros ou até mesmo moradores de rua.

O resultado dessa análise foi o seguinte:

Tabela 9 - Classificação das imagens que representam os negros no período republicano nos livros didáticos de História- PNL D 2018

Livros	Situações afirmativas	Situações afirmativas (%)	Situações de inferioridade	Situações de inferioridade (%)
História Sociedade e Cidadania	21	95,45%	1	4,55%
História Passado e Presente	19	84,21%	3	15,79%
História Global	13	100,00%	0	00,00%
História em Debate	10	90,91%	1	09,09%

Fonte: A autora.

Apesar do número absoluto de imagens dos negros não representar nem metade das presentes nos livros didáticos, na classificação a maior parte delas aparece como positiva, ou seja, os negros são retratados exercendo funções

importantes e posições relevantes da História. Vale aqui destacar o livro História Global que não traz nenhuma imagem classificada aqui como negativa.

No livro História Sociedade e Cidadania, essas imagens classificadas como situações afirmativas estão espalhadas por todos os capítulos, desde os que retratam o início da República ao que se refere aos desafios do Brasil na atualidade. Uma dessas imagens está presente no capítulo destinado à Ditadura Civil-Militar. Ela aparece quando é citado o milagre econômico e a ligação do futebol com a aceitação das situações políticas por parte da população, visto que o Brasil foi campeão da Copa do Mundo de 1970, tendo como principal herói da conquista Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Na imagem ele aparece no exato momento em que comemorou um gol que fez jogando contra a seleção da Itália na Copa do México:

Figura 11 - Pelé comemorando um gol feito na Copa do Mundo do México em 1970 contra a seleção da Itália



Fonte: BOULOS JÚNIOR, A. **História sociedade e cidadania:** 3º ano - ensino médio. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016. p. 211.

Assim como no anterior, no livro História Passado e Presente as menções aos negros em situações afirmativas estão espalhadas por todo o livro, com exceção do capítulo que retrata o Brasil contemporâneo, que conta com apenas uma imagem. Porém, os dois capítulos que contemplam mais imagens afirmativas são “O Brasil durante o governo Vargas” e “Da renúncia de Vargas à diretas já”. Isso ocorre devido a maior parte dessas imagens categorizadas dessa maneira retratarem os negros em manifestações e protestos contra os dois governos ditatoriais retratados nesse capítulo: o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar.

Um exemplo de imagem afirmativa no livro de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi está presente no capítulo “Da renúncia de Vargas à diretas já”, no item a

parte “Ligas camponesas”, no qual é retratado o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em 1961. Nesse congresso, os camponeses, principalmente do Nordeste se reuniram para reivindicar a reforma agrária e que os direitos trabalhistas também chegassem ao campo.

Figura 12 - Primeiro congresso nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas- Belo Horizonte- 1961



Fonte: AZEVEDO, G; SERIACOPI, R. **História Passado e Presente**: do século XX aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2017. p. 184.

O livro História Global, assim como os outros dois, tem todas as imagens em situações afirmativas bem distribuídas entre os capítulos. Na abertura da unidade 2 intitulada “República e Sociedade”, é retratada a obra “Arcos da Lapa” de Heitor dos Prazeres em 1965. Além de Heitor ser um artista afrodescendente, sua obra retrata pessoas negras dançando frevo durante o carnaval, como podemos ver abaixo:

Figura 13 - Pintura “Arcos da Lapa” de Heitor dos Prazeres



Fonte: COTRIM, G. **História Global**: 3º ano- ensino médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 72-73.

O livro *História em Debate*, diferentemente dos demais não traz nenhuma imagem que retrate os negros na Primeira República ou durante a Era Vargas, ou governos populistas. A primeira imagem dos negros no Brasil republicano está presente no capítulo referente à Ditadura Civil-Militar. Para além desse período, há uma imagem que retrata algumas mulheres da Frente Brasil Popular em uma passeata em novembro de 1989 a favor da candidatura de Lula a presidência do Brasil.

Figura 14 - Passeata das mulheres da Frente Brasil Popular, Rio de Janeiro-1989



Fonte: MOCELLIN, R.; R. CAMARGO. **História em debate**: 3º ano- ensino médio. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. p. 176.

Porém, não dá para deixar de lado as imagens que retratam os negros em situações de inferioridade e que aparecem nesses materiais. No livro *História*

Sociedade e Cidadania há apenas uma imagem de cunho inferior e essa encontra-se no capítulo intitulado “A Primeira República”. Essa foi assim classificada por retratar os negros como moradores de favelas em péssimas condições de vida no Rio de Janeiro do início da República, como podemos ver a seguir:

Figura 15 - Favela do Morro do Pinto - Rio De Janeiro



Fonte: BOULOS JÚNIOR, A. **História sociedade e cidadania:** 3º ano - ensino médio. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2016. p. 211.

Já no livro didático História Passado e Presente, o número de imagens em situação de inferioridade é maior. São três que representam os negros dessa forma. A primeira delas encontra-se no capítulo denominado “Brasil: do final do século XIX à Revolução de 1930”. Essa imagem aparece quando está sendo trabalhado as condições de vida da população no interior do Brasil. Nela aparecem três crianças em condições de extrema pobreza em consequência das secas.

Figura 16 - Camponeses no interior do Ceará entre 1877 e 1879



Fonte: AZEVEDO, G; SERIACOPI, R. **História Passado e Presente**: do século XX aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2017.

A segunda imagem classificada como situação de inferioridade está presente no mesmo capítulo da anterior e aparece quando o livro aborda a Guerra de Canudos. Essa imagem foi colocada como negativa, pois ela retrata os negros junto as pessoas que se renderam ao exército. Estes aparecerem como derrotados, feridos e aprisionados pelos militares. Se essa imagem trouxesse os participantes em outro momento do conflito não seria classificada dessa maneira.

Figura 17 - Pessoas que se renderam ao exército em Canudos



Fonte: AZEVEDO, G; SERIACOPI, R. **História Passado e Presente**: do século XX aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2017. p. 76.

A terceira imagem se encaixa no mesmo contexto da anterior. Ela também está presente no mesmo capítulo e aparece quando está sendo trabalhado a Guerra do Contestado. A imagem foi classificada como situação de inferioridade por representar um negro entre o grupo de rebeldes presos após o fim desse conflito. Assim, como a anterior, se retratasse esse mesmo grupo em qualquer outro momento que não fosse o da prisão, ela não seria classificada dessa forma.

Figura 18 - Presos após o fim da Guerra do Contestado



Fonte: AZEVEDO, G; SERIACOPI, R. **História Passado e Presente**: do século XX aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2017. p. 184.

No livro *História em debate*, a imagem que retrata os negros em situação de inferioridade encontra-se no capítulo “Direito à liberdade: o desafio da tolerância”. Nesse capítulo, são debatidas as situações de alguns grupos que hoje em dia estão em situação de inferioridade na sociedade brasileira. Nele foi feito um retrospecto de fatos passados que fizeram com que a situação desses grupos chegasse na situação que está hoje em dia. Um desses grupos são os negros. Deste, é lembrado a situação em que chegaram ao Brasil como escravizados, vindos à força e sendo obrigados a abandonar seus costumes. A imagem em situação de inferioridade representa justamente esse momento.

Figura 19 - Pintura representando os escravizados



Fonte: MOCELLIN, R.; R. CAMARGO. **História em debate**: 3º ano- ensino médio. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. p. 275.

Apesar dessa imagem não retratar especificamente a República brasileira, ela foi contabilizada por a escravidão ser abordada para servir como contextualização para a situação dos negros em todo esse período.

Outro ponto que devemos destacar é que é importante que os livros tragam textos e imagens que retratem a marginalização dos negros, principalmente no século 20, pois não há como deixar de lado as dificuldades enfrentadas por esses povos e como isso reflete na atual situação dos povos negros na atualidade. Se um livro deixa de apresentar esse lado da História, pode ser que passe a falsa ideia de que desde o início da República os negros estão em condições de igualdade perante aos brancos, o que não é verdade.

Pensando nisso, o fato da maior parte das imagens serem positivas não cria um estereótipo errôneo dos negros, mas por conter imagens negativas em sua extensão mostra que esses materiais não deixaram de representar as situações de preconceitos e desigualdade social sofrida por estes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ideia principal dessa dissertação foi buscar refletir como os negros foram representados nos livros didáticos de História pertencentes a atualidade ao longo do Período Republicano Brasileiro. Partimos do pressuposto de que quase vinte anos após a promulgação da Lei 10.636/03 que torna obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e africana, já se passou tempo suficiente para que o ensino como um todo passasse por adaptações trazidas pela lei.

Consideramos essa lei um grande avanço, pois como já refletido anteriormente, até mesmo o número de dissertações e teses sobre os negros nos livros didáticos aumentaram. Isso se deu após a implementação da lei. Foi necessário que os professores suprissem as demandas impostas por essa. Como muitos professores não tiveram contato com esse assunto de forma intensificada em suas graduações, os livros didáticos ganharam papel de destaque para suprimir essa nova demanda.

Além dessa lei, sabemos que a presença de conteúdos referente aos negros é um dos critérios levado em conta no momento das avaliações dos livros didáticos pelo PNLD. Caso não sigam os critérios exigidos pelo MEC, esses materiais não poderão ser escolhidos pelos professores, o que ocasionaria prejuízos para as editoras. Como esses materiais didáticos são cercados por um mercado editorial gigantesco, obviamente as editoras incluem os conteúdos obrigatórios em suas obras.

Porém, não basta só incluir, é necessário saber de que maneira esses conteúdos são retratados, com que profundidade e em que quantidade são abordados. Pensando nisso, para tentarmos responder esse questionamento da melhor maneira possível, unimos as análises qualitativas e quantitativas, baseado no que é proposto por Santos Filho (2001), que uma análise mista faz com que lacunas deixadas por uma sejam respondidas pela outra.

Através do levantamento feito das dissertações e teses produzidas no Brasil a partir do início do segundo milênio sobre livros didáticos de História, ficou claro que a maior parte delas utilizou apenas a análise qualitativa. Uma das hipóteses levantadas por Luis Fernando Cerri (2016) para isso é um certo receio dos pesquisadores em ciências humanas de se trabalhar com análises quantitativas devido a associação direta dessa forma de análise com as ciências exatas. O fato de análises quantitativas serem pouco exploradas nas ciências humanas nos fez optar por realizá-las.

Por meio da análise por área, ficou evidente que o espaço dado à conteúdos que se referem aos negros dentro da História do Brasil República é muito pequeno. Nenhum dos livros aqui analisados ultrapassou 10% de toda sua área destinada a retratar os negros, independente da forma que os fazem. Isso mostra que mesmo havendo leis como a 10.639/03 e sendo um dos critérios de possível exclusão dos livros que figuram entre as escolhas dos professores, é necessário que esse espaço seja ampliado.

Pensando que não basta simplesmente entender qual o espaço destinado aos negros, mas de que forma esse espaço é ocupado, realizamos a análise por área. Nela, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2011). Por meio da leitura inicial identificamos os trechos que se referiam aos negros e, posteriormente, com uma leitura mais aprofundada, separemos em categorias essas aparições, sendo elas: reivindicação, trabalho, opressão, destaque e coadjuvante.

A categoria com maior incidência em todos os livros é a de reivindicação. Isso é um ponto positivo, já que na maior parte das vezes que eles apareceram, estão lutando por seus direitos e são retratados como protagonistas de sua própria História, desconstruindo a ideia de que esse povo reagiu de forma pacífica as formas de opressão que sofreram ao longo do tempo.

Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013), o movimento negro só passou a existir como uma organização política a partir de 1931 com a Frente Negra Brasileira, porém desde o início da vinda dos africanos como escravizados, eles usavam das mais diversas estratégias para fugir dessa situação imposta a eles. O fato de os alunos terem contato com os negros na posição de reivindicação faz com que eles os vejam de forma positiva.

Apesar de ser importante que os negros sejam representados reivindicando seus direitos, esses livros não podem deixar de representar esses indivíduos em situação de opressão. Deixar de retratá-los assim poderia acarretar uma falsa impressão de que após o fim da escravidão a situação dos negros se equiparou a dos brancos, o que não é verdade.

A questão do preconceito racial não tem suas raízes somente na escravidão. Após o início da República esse preconceito foi remoldado para a nova realidade brasileira “[...] a cor passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção desse tipo de

diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural.” (BARROS, 2009, p. 51).

Todos os livros analisados nessa pesquisa trazem os negros em situação de opressão, o que é um fato positivo. Mas ao mesmo tempo, entendemos que deve haver um equilíbrio nessas menções. Elas não devem ser as que mais aparecem, para não passar a sensação de que os negros agiam de forma pacífica as opressões que sofriam, porém elas devem deixar de estar presentes, pois somente através delas é possível entender o grande preconceito racial existente em nosso país na atualidade.

Somente estudando a *“burdening history”*, ou seja, uma história densa e traumática (BORRIES, 2018) é que será possível conscientizar a civilização dos crimes cometidos e entender a dívida histórica que temos com alguns indivíduos na atualidade. Um exemplo disso são as cotas raciais, que muitas pessoas acabam não entendendo a necessidade de sua existência justamente por não possuírem contato com essa história traumática.

No caso da análise das imagens, o livro História Global não apresenta nenhuma imagem representando os negros em situação de inferioridade. Já os livros História Sociedade e Cidadania e História em debate possuem respectivamente apenas uma imagem os representando nessa situação. O livro História Passado e Presente possui três imagens os representando dessa forma.

Ou seja, a maior parte desses livros não trouxe 10% de suas imagens em situação de inferioridade (com exceção do livro História passado e presente, que apresenta mais de 15%). Isso é um ponto negativo, pois como apontado anteriormente, é necessário que tenhamos contato com a História traumática para fazer relações da situação atual desses indivíduos com as situações de discriminação do passado.

Como refletido por Ana Zavala (2014), em seu artigo *“Para leer un manual de historia. Una mirada desde las herramientas de análisis”* o livro didático não é uma variável independente. Ele depende da forma como o professor o usa e qual enfoque é dado a ele, como os alunos os veem, das políticas públicas que os englobam e das escolhas historiográficas feitas pelos autores.

Nessa pesquisa, por motivos já elencados anteriormente, optamos por trabalhar apenas com os livros didáticos. Porém, deixamos aqui alguns questionamentos que podem ser respondidos em pesquisas futuras.

Uma delas é a relação dos alunos com os livros didáticos e a relevância que eles dão a esse instrumento de aprendizagem. Como já dito aqui, não são os alunos que escolhem os livros, mas são eles que os utilizam. Seria interessante pesquisar qual a confiabilidade que esses materiais passam aos alunos, visto que vivemos em um contexto em que a internet ganhou grandes proporções e nela podemos encontrar respostas as mais diversas questões (sejam elas respostas corretas ou não).

Outro ponto a ser pesquisado é o espaço que os professores dão a esse material dentro da sala de aula na atualidade. Se ele serve somente como base ou complemento, se a aula toda é pautada nele ou apenas parte dela, se é utilizado como documento histórico passível de erro ou como detentor da verdade, se são realizadas as atividades ou se os professores optam por não os utilizar. A forma como o professor manuseia esse material faz total diferença, portanto, além de conhecer como o livro didático retratou os negros é importante entender como o professor o vê.

Ainda, outro aspecto que não foi analisado aqui e seria interessante é entender em que medida as atividades sobre os negros propõem reflexões sobre as condições enfrentadas por essa população ou se as atividades apenas solicitam cópia e memorização de datas, fatos e personagens históricos.

Entendemos a extrema importância da avaliação dos livros didáticos e a efetividade das políticas públicas que o cercam. Reconhecemos os grandes avanços trazidos pelo PNLD e por leis que envolvem diretamente a educação. Porém no PNLD de 2018, ainda havia muito a evoluir no que se refere aos negros nos livros didáticos. O espaço dado para esses indivíduos após o fim da escravidão no Brasil era pequeno. Ainda há um sumiço dos negros nesses materiais ao longo do período republicano. É preciso que seja dado mais espaço a História traumática tanto em textos como imagens e atividades.

Cabe aqui ressaltarmos mais uma vez que apesar de notarmos algumas limitações e lacunas a serem superadas nos livros didáticos pertencentes ao PNLD de 2018, também reconhecemos os avanços conquistado ao longo do tempo nesses materiais graças aos critérios dos processos de avaliação e seleção dos livros didáticos.

Da mesma forma, entendemos que as alterações propostas pelo Decreto 9.099/2017 que alteraram o Programa Nacional do Livro Didático representam um retrocesso para todos os avanços conquistados desde a criação desse programa.

As mudanças na forma de avaliação, a limitação da participação das universidades públicas nesse processo, a possibilidade de descentralização da escolha dos livros nos professores conforme suas concepções de ensino, passando essa tarefa as redes municipais ou estaduais de educação e a opção de adoção dos sistemas estruturados de ensino- ferramentas que tornam mais fácil o controle do que está sendo abordado em sala de aula- e o envolvimento cada vez maior do ensino com grandes empresas que voltam suas produções ao mercado editorial fazem com que o ensino perca qualidade, o que vai contra os princípios da constituição de 1988 pela qual “se afirma a responsabilidade estrita do Estado brasileiro frente ao atendimento dos estudantes na educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (CAIMI, 2018, p. 38).

Portanto, devido a todas essas mudanças, é provável que muitos dos pontos positivos encontrados nessa análise não estejam presentes nos próximos livros do PNLD que circularão nas escolas públicas. O cenário em que se encontra a educação brasileira é assustador. Cada vez mais é deixado de lado a formação crítica do cidadão e colocado como prioridade do ensino formar pessoas aptas ao mercado de trabalho sem questionar o sistema vigente.

Apesar desses pontos levantados, acreditamos no grande potencial do ensino de História e em sua importância para que sejam superados os preconceitos existentes e que os jovens sejam conscientizados sobre as dívidas históricas da nossa sociedade perante os negros e demais grupos minoritários.

Por acreditar no local estratégico que a História ocupa na conscientização das pessoas, vemos como fundamental que seja exigido cada vez mais dos livros didáticos. Que as avaliações sejam mais rígidas, que os professores se comprometam cada vez mais com a escolha desses materiais didáticos e abandonem o tradicionalismo de algumas editoras, que os autores se comprometam a dar maior espaço a grupos minoritários, que a academia rompa com a tradição eurocêntrica e que os alunos sejam ouvidos no processo de elaboração. Ou seja, para que os livros didáticos evoluam é necessário que haja comprometimento de todos os setores da sociedade.

Porém, até que ponto os profissionais da educação conseguem ter influência sobre os conteúdos que estarão nos livros didáticos? Principalmente após os novos critérios do PNLD que limitam o poder de escolha dos professores e dão espaço para

a adoção de materiais estruturados, que trazem aulas prontas, desconsiderando a capacidade do docente em elaborar suas aulas e possibilitando um controle sistemático dos conteúdos que estão sendo abordados.

Da mesma forma que sabemos que a influência dos professores nos materiais didáticos (principalmente após a promulgação do PNLD 2017) é mínima, reconhecemos que a situação mercadológica em que o ensino se encontra não permite que os autores de materiais didáticos fujam dos padrões vigentes na atualidade, pois caso optem por produzir um livros didáticos com novas perspectivas, a probabilidade de não terem suas obras bem vendidas faz com que as editoras não invistam recursos para produção desse tipo de material.

Tanto no modelo anterior como no atual do PNLD, não é aberto espaços para ouvir os leitores efetivos dos livros didáticos que são os alunos. Não se sabe o que os estudantes pensam sobre esse material e a relevância que dão aos conteúdos disponíveis nele e a ideia de consultá-los parece cada vez mais distante.

Por fim, cabe a nós lutarmos para que esses retrocessos que a educação brasileira sofreu nos últimos anos sejam superados. Sabemos que não é uma tarefa fácil e que o cenário não é nada otimista. Mas, o que nos resta é direcionar nossas forças à superação dessas barreiras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização do Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, p. 91-108, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. D. A construção social da cor. In: BARROS, J. D. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 50-53.
- BENITO, A. E. **Currículum editado y sociedad del conocimiento: texto, multimedialidad y cultura de la escuela**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.
- BERGMANN, K. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, p. 29–42, 1990.
- BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.
- BITTENCOURT, C. M. F. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.
- BOULOS JÚNIOR, A. **A construção de uma identidade: representações do negro no livro didático de História de 1930 a 2005**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BORRIES, Bodo Von. **Jovens e consciência histórica**. SCHMIDT, M. A.; FRONZA, M.; NECHI, L. P. (org. e trad.) Curitiba: W.A. Editores, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história: ensino fundamental: anos iniciais**. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais**. Brasília, 2013.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio**. Brasília, 2014.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais**. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais**. Brasília, 2016.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2018: história – Ensino médio**. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil.

Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRITTO, T. F. de. O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados. **Centro de Estudo de consultoria do Senado**, v. 92, jun. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-92-o-livro-didatico-o-mercado-editorial-e-os-sistemas-de-ensino-apostilados>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAIMI, F. E. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de História: estado do conhecimento, tendências e perspectivas. In: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO J R, A. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013. p. 35-52.

CAIMI, F. E. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M de S. **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 33-54.

CAIMI, F. E. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 21-40, dez. 2018.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul/dez. 2013.

CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CASSIANO, C. R. de F. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 287-312, jul./dez. 2005.

CARVALHO, R. A. As Imagens em Livros Didáticos de História: Leituras de Representações de Mulheres Negras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 7, 2014. **Anais [...]**. São Paulo, USP, 2014.

CERRI, L. F.; FERREIRA, A. R. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, M. D.; STAMATTO, M. I. S. **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 74-86.

CERRI, L. F. Dados quantitativos na reflexão didática de estudantes e professores de História. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 10, p. 138-158, 2016.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. Paris: La Pensee Sauvage, 1991.

DIVARDIM, T.; SCHMIDT, M. A. Consequências da teoria da narrativa histórica para a didática da história: algumas possibilidades para a práxis dos professores. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás. Ano 6, n. 11, dez. 2014.

FERREIRA, S. N.; SILVA, H. M. S. Um olhar sobre a trajetória política do Livro Didático no Brasil. In: SEMANA DE LICENCIATURA, 7, 2015. **Anais [...]**. Jataí, out. 2015, p. 209-215.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

MATOS, J. S. Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012.

MELO, T. S. de. **Representação da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no livro didático de história do ensino médio (Campina Grande - PB)**. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.

MIRANDA, S. R.; DE LUCA, T. R. O Livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: Uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M. A. A. (org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

NASCIMENTO, A. P. do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, M. A. A. (org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-26.

NUNES, J. A. Um novo lugar social a ser ocupado: os intelectuais e as representações dos negros no Brasil republicano. **Revista história e diversidade**, v. 10, p. 166-181, 2018.

OLIVEIRA, M. M. D. de. O Programa Nacional Do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO J R, A. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013. p. 357-372.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 13-35.

ORTIZ, R. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 36-44.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, A. A. O movimento negro no Brasil, a partir do início do século XX. In: ORTIZ, R. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. p. 109-141.

PEREIRA, J. S. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 21-43, jun. 2008.

PIRES, I. B. **A construção de uma identidade**: representações do negro no livro didático de História de 1930 a 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

RÜSEN, J. El libro de texto ideal: reflexiones entorno a los medios para guiar les clases de historia. **Didáctica de las Ciências Sociales, Geografía e Historia**, n. 12, p. 79-93, 1997.

RÜSEN, J. **História Viva**: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UNB, 2007.

RUSSO, R. F. M. **Contribuições para o estudo da imagem dos negros**: avanços e permanências das imagens utilizadas nos livros didáticos de História, pós-implantação da lei 10.639/03. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SADDI, R. Didática da História com sub-disciplina da ciência histórica. **História e Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, p.13-59, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA NETA, S. S. da. **A construção de uma identidade: representações do negro no livro didático de História de 1930 a 2005**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, E. T. da. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. In. **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, n. 69, ano 16, jan./fev., 1996.

SILVA, H. R. da. **O intelectual no campo cultural francês: do Caso Dreyfus aos tempos atuais**. *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395- 413, jul. 2005.

SILVA, N. C. da. **O senhor oculto: racismo nos materiais didáticos de história no ensino médio. 2017**. 269 f. 2017. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

SILVA, V. R. **Concepções de História e de Ensino em manuais para o ensino médio Brasileiros, Argentinos e Mexicanos**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZAVALA, A. Para leer un manual de historia. Una mirada desde la herramienta de análisis. **Secuencia**, n. 90, p. 177-189, set./dez. 2014.

APÊNDICE A - APARIÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

História Sociedade e Cidadania:

(continua)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Guerra de Canudos: entre os sobreviventes	63	01,50	20,50	30,75
Modernização do Rio de Janeiro e ida para favelas	66	11,70	11,00	128,70
Charge Revolta da Vacina	67	08,50	20,50	174,25
Revolta da Chibata: marinheiros da baixa patente- afrodescendentes	67-68	21,00	20,50	430,50
Questão do Enem: Canudos: negro como sobrevivente	72	24,00	10,25	246,00
Item a parte: Lima Barreto	75	15,00	20,50	307,50
Abertura do Capítulo: imagens de Wilson Baptista e Aaulfo Alves	108	27,50	20,50	563,75
Imagem: Júlio Prestes em comício	117	06,90	09,00	62,10
Imagem: Mestre Bimba	121	11,30	20,50	231,65
Imagem pracinha da FEB	124	10,70	20,50	219,35
Abertura do Capítulo: Feitos do Garrincha- Copa de 1962	180	27,50	20,50	563,75
Imagem: Vargas em 1950 acompanhado de Gregório Fortunato	184	08,50	20,50	174,25
Gregório Fortunato: mandante do atentado na Rua Tonelero	186	00,50	20,50	10,25
Imagem: JK acompanhado por artistas negros	190	09,30	13,50	125,55
Imagem: mulheres na Marcha da família com Deus pela liberdade	198	07,70	09,60	73,92
Item a parte: Show de Opinião: Zé Ketí, Nara Leão e João do Vale	207	21,50	20,50	440,75
Resistência democrática: Milton Nascimento e Gilberto Gil na passeata dos cem mil	208	01,50	20,50	30,75

(conclusão)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Imagem: Pelé comemorando o gol contra a Itália- Copa de 1970	211	09,00	20,50	184,50
Imagem: Participantes do Movimento Diretas Já	217	09,50	20,50	194,75
Nova Constituição: Movimento Negro como protagonista na Constituição de 1988	220	02,00	20,50	41,00
Nova Constituição: racismo como crime e direito aos remanescentes de quilombos	221	06,00	10,50	63,00
Imagem: Campanha eleitoral de Collor	266	07,10	20,50	145,55
Desigualdade entre negros e brancos na atualidade	282	02,00	20,50	41,00

HISTÓRIA PASSADO E PRESENTE:

(continua)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Imagem: Condições de trabalho na industrialização do Brasil	49	05,10	12,40	63,24
Legenda da imagem de um jornal da imprensa negra	52	08,00	05,50	44,00
Item a parte: importância dos jornais produzidos pela imprensa negra	54	01,00	20,50	20,50
Imagem: crianças camponesas em extrema pobreza	58	05,10	08,30	42,33
Imagem: Pessoas que se renderam ao exército em Canudos	59	10,00	10,40	104,00
Imagem: Presos no final da Guerra do Contestado	60	05,50	09,60	52,80
Revolta na Marinha: O Almirante negro	62	19,00	20,50	389,50
Esquema-resumo: negros-discriminados no Brasil no início da República	67	01,00	05,00	05,00

(conclusão)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Imagem da Atividade sobre industrialização no Brasil	71	08,00	06,20	49,60
Texto e imagem: Frente negra brasileira	118	27,50	20,50	563,75
Imagem: Participantes do Integralismo	122	08,20	13,50	110,70
Imagem: Manifestação Cívica em maio de 1941	123	08,30	12,40	102,92
Imagem: Pracinha se despedindo do filho ao ir para a Segunda Guerra Mundial	P	05,80	07,80	45,24
Imagem: Participantes do Queremismo	125	05,00	07,50	37,50
Interpretando documentos e imagens: alteração na imagem com menino negro	127-128	27,50	20,50	563,75
Propostas do movimento negro não avançam na Constituição de 1946	179	02,00	10,50	21,00
Imagem: Filme "O pagador de promessas"	183	06,90	09,40	64,86
Imagem: I Congresso de Lavradores e Trabalhadores agrícolas	185	04,20	04,20	17,64
Imagem e texto: Marcha dos cem mil: Gilberto Gil e Milton Nascimento	189	12,50	20,50	256,25
Gilberto Gil e a censura durante a Ditadura	190	03,00	10,50	31,50
O fim da ditadura: protesto pela morte de Robson Silveira da Luz	194	03,50	08,00	28,00
Imagem: Integrantes do Movimento Negro Unificado em protesto em 1978	194	11,50	12,00	138,00
Abertura do capítulo: ações policiais abusivas contra jovens negros	259	02,00	20,50	41,00
Imagem: Turma de EJA- 2014	268	08,20	10,50	86,10
Situação das minorias sociais na atualidade	269	02,50	20,50	51,25
Hora de refletir: Atividade sobre desigualdades sociais	277	08,80	20,50	180,40

HISTÓRIA GLOBAL:

(continua)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Imagem representando o início da República	74	15,00	17,00	255,00
Citação de José Murilo de Carvalho- busca por espaço na sociedade	78	05,50	20,50	112,75
Questão do ENEM sobre a Capoeira	82	18,00	10,25	184,50
Imagem: Quadro “Operários” de Tarsila do Amaral	97	16,10	20,50	330,05
A vida em Canudos	105	07,00	10,25	71,75
Interpretar fontes- Euclides da Cunha	106	11,50	20,50	235,75
Item a parte: Matrizes do samba: forma de resistência	110	15,50	20,50	317,75
Item a parte: revolta dos excluídos	111	03,50	20,50	71,75
Item a parte: Reivindicação dos marinheiros	112	16,00	20,50	328,00
Reação do governo à Revolta da Chibata	112	03,50	20,50	71,75
Item a parte: Cantos e Chibatas- João Cândido: herói	113	20,50	27,50	563,75
Imagem: Quadro “Roda de samba” de Di Cavalcanti	116	14,40	10,25	147,60
Imagem: Visita de Vargas a um orfanato	137	10,50	12,40	130,20
Atentado na Rua Tonelero: Gregório Fortunato como mandante	223	02,50	20,50	51,25
Imagem: Gilberto Gil e outros artistas na passeata dos cem mil	241	08,50	20,50	174,25
Item a parte: A copa de 1970 (destaque a Carlos Alberto Torres)	246	22,10	20,50	453,05
Imagem: Participantes do Movimento Diretas Já	257	16,50	20,50	338,25

(conclusão)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Criação do Estatuto da igualdade racial	277	03,00	20,50	61,50

HISTÓRIA EM DEBATE:

(continua)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Imagem: Ato público contra ditadura em 1979	165	15,00	20,5	307,5
Item a parte: Clube da esquina e músicas de protesto contra a ditadura	168-169	55,00	41	2255
Imagem: Diretas já	172	10,50	20,5	215,25
Imagem: Passeata da Frente Brasil Popular- 1989	176	08,50	10,3	87,55
Espetáculo Opinião: Zé Ketí	248	07,00	10,25	71,75
Texto e imagem: tropicália- Gilberto Gil	249	27,50	10,25	281,88
Exilados pela ditadura	249	07,50	10,25	76,88
MPB renovada: Milton Nascimento	251	04,30	10,25	44,08
Artistas de samba: Martinho da Vila	251	02,60	10,25	26,65
Imagem do primeiro Rock in Rio	252	09,00	10,25	92,25
Imagem de estudantes reunidos em escadaria	268	11,00	20,50	225,5
Escravidão e racismo e os impactos na atualidade	275	27,50	20,50	563,75
Organizando ideias: atividade para identificar racismo no cotidiano	276	27,50	20,50	563,75

(conclusão)

Trecho	Páginas	Altura	Largura	Área (cm)
Religiões africanas e o preconceito	279	19,00	10,25	194,75
Atividade sobre a Lei 10.639 e o avanço da sociedade	285	17,00	16,00	272,00

APÊNDICE B - DIVISÃO DE CADA LIVRO

HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA

Trecho	Nº de Páginas	Área (M)	%
Itens introdutórios e conclusivos	19	107,11	06,60
Trechos referentes à História do Brasil	113	637,04	39,24
Trechos referentes à História do Mundo	156	879,45	54,17
TOTAL	288	1623,60	100,00

HISTÓRIA PASSADO E PRESENTE

Trecho	Nº de Páginas	Área (M)	%
Itens introdutórios e conclusivos	32	180,40	11,11
Trechos referentes à História do Brasil	85	479,19	29,51
Trechos referentes à História do Mundo	171	964,01	59,38
TOTAL	288	1623,60	100,00

HISTÓRIA GLOBAL

Trecho	Nº de Páginas	Área (M)	%
Itens introdutórios e conclusivos	26	146,575	9,027778
Trechos referentes à História do Brasil	128	721,60	44,44444
Trechos referentes à História do Mundo	134	755,425	46,52778
TOTAL	288	1623,60	100

HISTÓRIA EM DEBATE

Trecho	Nº de Páginas	Área (M)	%
Itens introdutórios e conclusivos	13	73,29	4,51
Trechos referentes à História do Brasil	109	614,49	37,85
Trechos referentes à História do Mundo	166	935,83	57,64
TOTAL	288	1623,60	100